



**Conferência Ibero-Americana
de Chefes de Estado e de Governo**

Reuniões Ministeriais Setoriais

Relatório final

2008



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008



Secretaría General
Iberoamericana

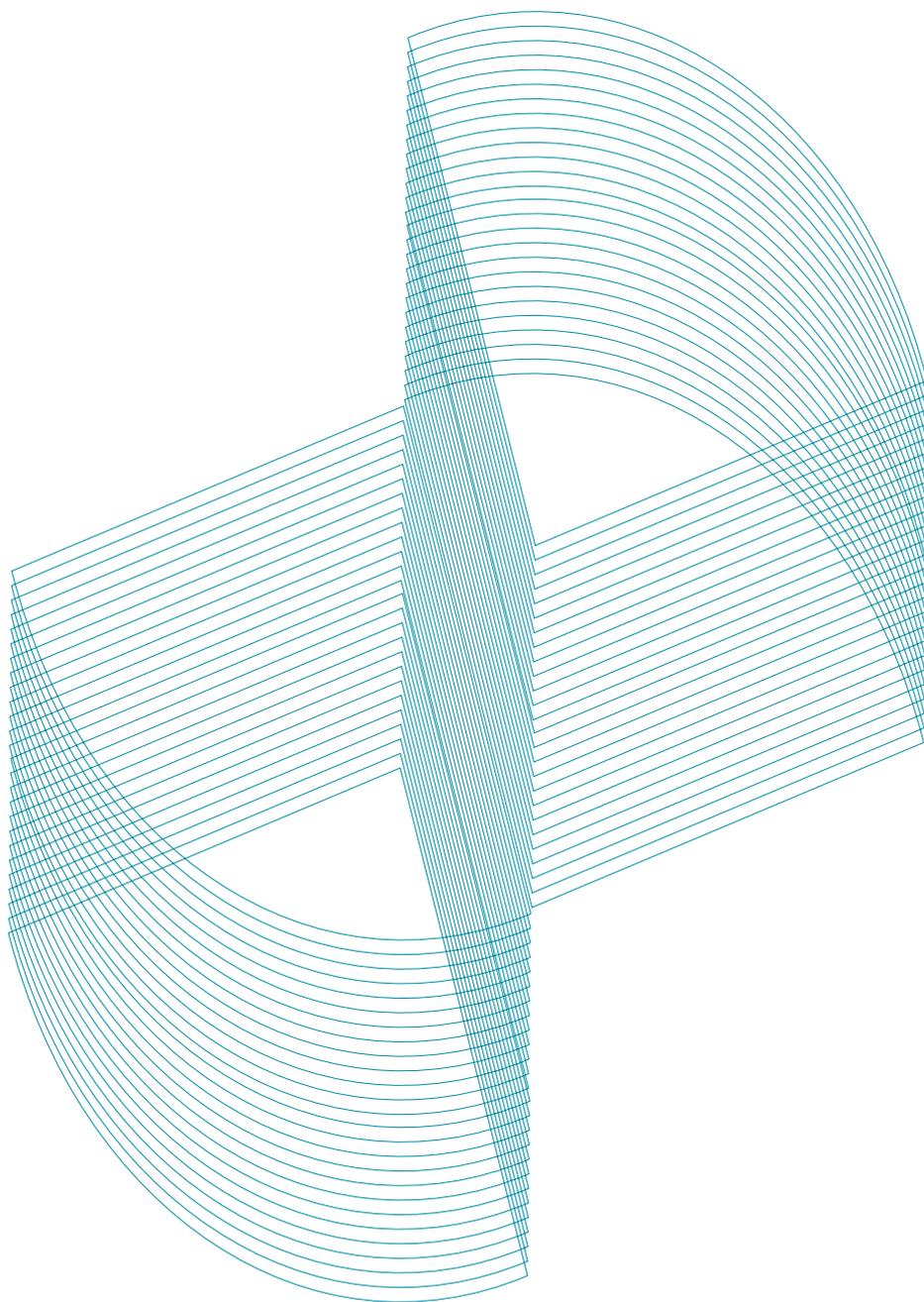
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Índice

RELATÓRIO	7
PRONUNCIAMENTOS SOBRE JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO NAS DECLARAÇÕES MINISTERIAIS	21
RESULTADOS DAS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	27
FICHAS TÉCNICAS E DECLARAÇÕES	31
◆ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	32
◆ AGRICULTURA	37
◆ CULTURA	42
◆ EDUCAÇÃO	46
◆ GÊNERO	50
◆ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	55
◆ JUSTIÇA	61
◆ JUVENTUDE	74
◆ MEIO AMBIENTE	82
◆ PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES	92
◆ SAÚDE	96
◆ TRABALHO	102
◆ TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA	109
◆ TURISMO	114
◆ HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	120
CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	126
ASSISTÊNCIA ÀS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	129
◆ QUADRO ESTATÍSTICO	131
◆ NOTAS AO QUADRO ESTATÍSTICO	132
QUADRO HISTÓRICO DAS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS DA XII À XVIII CÚPULA	135
QUADRO DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	141
ANEXOS	143
◆ DECLARAÇÃO DE SÃO SALVADOR	145
◆ COMPROMISSO DE SÃO SALVADOR PARA A JUVENTUDE E O DESENVOLVIMENTO	152
◆ PROGRAMA DE AÇÃO DE SÃO SALVADOR	155

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Relatório



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Relatório

As diversas Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) realizadas ao longo do ano¹, previamente a cada Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, refletem o diálogo político e a cooperação que caracterizam a Conferência Ibero-Americana. A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), nos termos das alíneas b), c) e d) do artigo 2 de seus estatutos², ocupa-se, junto com a Secretaria *Pro-Tempore*³, da preparação dessas reuniões, a elas assiste, elabora os respectivos relatórios e as informações de acompanhamento, e guarda sua memória histórica mediante a custódia das Declarações.

A presente publicação contém um resumo dos temas substantivos tratados em cada RMS em 2008, as referências feitas nas declarações, atinentes ao tema central da XVIII Cúpula: "Juventude e Desenvolvimento", os principais resultados concretos de tais reuniões, a ficha técnica correspondente – na qual se cita, em forma de nota, o mandato proveniente da XVIII Cúpula que compete a cada ministerial⁴ – e os textos integrais das Declarações Ministeriais, também disponíveis na página web da Secretaria-Geral Ibero-Americana (www.segib.org). A documentação adicional, como anexos ou outros textos de trabalho provenientes dessas reuniões, encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria-Adjunta da SEGIB.

A título de informação complementar, constam ainda desta publicação o Calendário da XVIII Conferência Ibero-Americana, o quadro estatístico de comparecimento às RMS em 2008, o histórico das RMS celebradas nos últimos sete anos, o quadro ilustrativo da estrutura da Conferência e, como anexos, os documentos emanados da XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo: a Declaração de São Salvador, o Compromisso de São Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento e o Programa de Ação de São Salvador.

¹Ver quadro histórico na página 135

²b) Apoiar a Secretaria *Pro-Tempore* na preparação das Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo; c) Colaborar com a Secretaria *Pro-Tempore* e com o país anfitrião quando necessário na preparação, coordenação e acompanhamento das Reuniões Ministeriais Setoriais; d) Desempenhar, em coordenação com a Secretaria *Pro-Tempore*, as funções de relator nas Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, nas Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e nas Reuniões Ministeriais Setoriais

³A Secretaria *Pro-Tempore* cabe ao país sede da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo.

⁴Consignado tanto na Declaração de São Salvador, como no seu Programa de Ação ou no Compromisso de São Salvador

Reunião Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude (São Salvador, abril 3)

Com a presença de delegados de 19 países ibero-americanos, esta RMS⁵ foi convocada de maneira excepcional, em virtude do tema central da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo: “Juventude e Desenvolvimento” e da declaração de 2008 como Ano Ibero-Americano da Juventude. Na reunião foi dado a conhecer o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015, que será apresentado aos Chefes de Estado em outubro próximo, como um instrumento integrador da articulação dos Estados, da sociedade civil e da cooperação internacional para a execução das políticas e planos dirigidos à inclusão social dos jovens ibero-americanos. Caso seja aprovado, deverá ser desenvolvido sob a liderança da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). O documento final da reunião, assinado pelos chefes de delegação, solicita a inclusão da perspectiva da juventude, junto com as de gênero, indígena e afro-descendente, como eixo transversal de todas as ações da cooperação Ibero-Americana. Ressalta o compromisso dos países com a divulgação da Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens e com as celebrações deste ano dedicado à Juventude. Em dezembro de 2008 se celebrará a XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, na cidade de Caracas.

XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação (Salinitas, maio 19-20)

A Declaração final desta Conferência⁶ assinada pelos delegados de 20 países, destaca a vontade dos ministros de promover - a partir de uma política comum - a renovação educacional de forma rápida e profunda nos próximos 11 anos. Esta proposta argentina, acolhida por todos os países, sob o título “Metas Educativas 2021: a Educação que queremos para os jovens dos Bicentenários”, será apresentada aos Chefes de Estado na XVIII Cúpula, embora a sua aprovação final seja esperada na XX Cúpula na Argentina. Busca a alfabetização plena para 2015, fixa prazos mínimos de escolarização, aponta para a obrigatoriedade da educação secundária em toda a região e confere especial ênfase à formação técnico-profissional, com vistas atender à inserção no trabalho e à produtividade. No desenvolvimento do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) os ministros apoiaram a criação do Centro de Altos Estudos Universitários Ibero-Americano e o funcionamento dos Institutos para o Desenvolvimento e a Inovação Educacional (IDIEs); comprometeram-se a fortalecer a Rede de Portais Educativos (RELPE) e solicitaram a elabo-

⁵ A Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

⁶ A Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

ração de projetos educativos destinados a propiciar níveis mais altos de exercício da cidadania para jovens em situação de risco ou privação de liberdade, a bem de sua adequada inserção social. Os ministros reconheceram o progresso do Plano Ibero-Americano de Alfabetização (PIA) e instaram os governos a manter seus esforços para universalizar a educação e a alfabetização, esperando que para tanto, contribuam os estudos e conclusões do Congresso de Alfabetização realizado em Havana (9-12 de junho). Quanto à Iniciativa Pablo Neruda apoiaram o plano operativo elaborado pela Unidade Coordenadora⁷.

XI Conferência Ibero-Americana de Cultura (São Salvador, maio 22-23)

A esta reunião⁸ assistiram delegados de 19 países, que ratificaram seu compromisso com o direito de acesso à cultura e à livre criação e expressão artísticas, vinculando esses direitos à formação integral dos jovens. Levaram adiante o desenvolvimento do Plano de Ação da Carta Cultural Ibero-Americana e trataram da comemoração dos Bicentenários das Independências, em que se destacam as denominadas Rotas da Liberdade, uma série de itinerários histórico-culturais criados especialmente para os jovens. Solicitaram à OEI procurar metodologias comuns e indicadores compartilhados de medição cultural, e à SEGIB apresentar um projeto de direfenciação de quotas entre países, de acordo com a capacidade de cada um, para participação nos programas de cooperação ibero-americana. Havendo a Secretaria-Geral Ibero-Americana informado sobre o progresso na formação da Orquestra Juvenil Ibero-Americana, os ministros aprovaram, em sua Declaração, o Programa Ibero-Americano de Orquestras Juvenis apresentado como programa Cúpula para adoção pelos Chefes de Estado e de Governo. Congratularam-se com as atividades elaboradas no marco do ano Ibero-Americano dos Museus e exortaram os países a aderir à Iniciativa IBERMUSEUS para convertê-la em Programa; manifestaram seu apoio ao Primeiro Congresso Ibero-Americano de Cultura (México, outubro de 2008), dedicado ao cinema e ao audiovisual, e propuseram à Cúpula gerar ações concretas para a conservação e proteção do patrimônio cultural subaquático. Nesse sentido, convocaram uma comissão de especialistas ibero-americanos para avaliar e investigar essa questão.

⁷Formada pela OEI, SEGIB e o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB).

⁸A Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

II Conferência Ibero-Americana de Gênero

(São Salvador, junho 5-6)

Esta reunião, convocada em torno do tema “Gênero, Juventude e Desenvolvimento” contou com a presença de delegados de 19 países. As ministras e representantes solicitaram à SEGIB que incluísse os dados correspondentes à Península Ibérica na atualização do relatório sobre a América-Latina que se apresenta ao Observatório de Igualdade, relatório este elaborado em 2007 pela CEPAL, AECID e SEGIB. Encomendaram à OIJ a formulação de um Programa Ibero-Americano para prevenir a violência intrafamiliar e contra as mulheres, especialmente as jovens*, para consideração da XVIII Cúpula. Comprometeram-se com a promoção de políticas transversais de atendimento às mulheres, sobretudo às jovens, a fim de eliminar todas as formas de exclusão e violência contra elas, bem como da cooperação internacional, particularmente a cooperação sul-sul, para apoiar os programas a serem desenvolvidos para implementar iniciativas ibero-americanas tais como o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude.

X Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência

(São Salvador, junho 19)

Convocada sob o tema “Garantia e Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, e Prevenção de Riscos para um Desenvolvimento Pleno”, a Conferência teve a participação de delegados de 18 países. Tratou, entre outros assuntos, do andamento do Programa de cooperação em Formação de Políticas de Infância. A respeito, consignou-se na declaração final o propósito de estabelecer os objetivos e âmbitos de aplicação do Fundo Ibero-Americano da Infância, no contexto do Programa, destinando-o à implementação de ações de cooperação horizontal. Acordou-se submeter à consideração dos Chefes de Estado um programa apresentado pela OIJ sobre sexualidade, afetividade e prevenção da gravidez adolescente*; a proposta implicaria ampliar a outros países o programa regional que esse organismo vem promovendo com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP). Elevaram ainda aos Presidentes a necessidade de ações conjuntas para a proteção contra delitos informáticos que atentem contra os direitos e a segurança de crianças e adolescentes, tais como a exploração sexual comercial infantil e a pornografia infantil.

* Que deverá ajustar-se aos procedimentos do Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana.

X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado

(São Salvador, junho 26-27)

A esta RMS⁹ assistiram delegados de 18 países, que decidiram dar impulso a um enfoque integral transversal de políticas de juventude na gestão pública. Seguindo sua tradição de promover os princípios éticos nos diferentes aspectos da administração do Estado, aprovaram, em sua Declaração final, a Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública que se eleva à XVIII Cúpula para adoção, e o Programa Acadêmico 2008-2010 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP).

X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde

(São Salvador, julho 11-12)

Com a assistência de representantes de 18 países, esta reunião teve como tema “Juventude, Saúde e Desenvolvimento”. Resolveu implementar políticas interseoriais para melhorar o acesso dos jovens e adolescentes à saúde e adotar 11 medidas para reduzir a pobreza, a desnutrição, a mortalidade materno-infantil e a prevalência do HIV-SIDA para cumprir com as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM). As delegações analisaram os indicadores de maior incidência na juventude, da gravidez não desejada aos problemas de pobreza e marginalização, abuso de substâncias psico-ativas e violência. Decidiram elevar à XVIII Cúpula uma iniciativa de cooperação denominada “Adolescentes e Jovens Saudáveis: Fortalecendo a Resposta Integrada do Sistema de Saúde para Jovens e Adolescentes” * e concordaram em dar seguimento às propostas apresentadas pelas redes temáticas, de ações conjuntas em tabagismo, migração e recursos humanos em saúde, políticas de medicamentos, doações e transplante de órgãos, e aprendizagem e pesquisa em saúde, levando em conta os impactos na população jovem e adolescente. Comprometeram-se também a promover o Programa Ibero-Americano Bancos de Leite Humano e a Rede Ibero-Americana de Proteção Social em Saúde.

VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo

(Salinitas, julho 18)

Representantes de 20 países assistiram a esta RMS, onde se discutiu o tema “Turismo, Juventude e Desenvolvimento”. Encerrou-se com um acordo dos ministros de definir políticas sociais de turismo que incluam a criação de infra-estruturas

⁹O Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

* Que deverá ajustar-se aos procedimentos do Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana.

adequadas, o estabelecimento de sistemas de apoio para as populações menos favorecidas e o emprego de fontes de energia renováveis e novas tecnologias como ferramentas de capacitação e de comercialização de destinos turísticos. Os delegados renovaram o compromisso de estabelecer uma Rede Ibero-Americana de Centros de Formação Turística e encarregaram a SEGIB e a OIT de elaborar um estudo prévio para que a oferta de capacitação responda às demandas do setor turístico. Acordaram envidar esforços conjuntos com as autoridades de educação de seus países para a criação de redes de centros educacionais de nível primário e secundário, no intuito de incrementar o nível de cultura turística dos jovens. Decidiram buscar novas fontes de cooperação internacional para os países que registram menores índices de desenvolvimento, a fim de que possam aceder às tecnologias de ponta e aprimorar a formação profissional dos jovens em matéria turística. Resolveram levar a cabo programas de apoio às pequenas e médias empresas e dar continuidade aos projetos de abertura de mercados e de promoção dos principais destinos turísticos; nesse contexto, deram seu apoio ao projeto apresentado por El Salvador denominado: "Promoção de uma Cultura de Paz através dos Empreendimentos Turísticos"* elevado à XVIII Cúpula.

VIII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura

(São Salvador, setembro 2)

Com a presença de delegados de 13 países, esta reunião teve como tema "Juventude e Fortalecimento do Espaço Ibero-Americano de Segurança Viária". Os estudos correspondentes apresentados demonstraram que os jovens são a população mais afetada nos índices de acidentes. Os ministros acordaram elevar à Cúpula a criação da Associação Ibero-Americana de Segurança Viária e apoiaram a convocação de um encontro ibero-americano de segurança viária em fevereiro de 2009. Seu objetivo será dirigido a redução da sinistralidade viária em cada um dos países-membros, graças à adoção de medidas e ações efetivas que reduzam o número de acidentes, proporcionando assim a base para um futuro plano estratégico de segurança viária que contemple homologação e harmonização em matéria de normas, regulamentos, códigos, capacitação, educação e sinalização no âmbito ibero-americano. Decidiram igualmente estudar a possibilidade de criar um Observatório Ibero-Americano de Segurança Viária e começar a delinear um Espaço Ibero-Americano de Segurança Viária.

* Que deverá ajustar-se aos procedimentos do Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana.

XIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Vivenda e Desenvolvimento Urbano

(Salinitas, setembro 5)

Os 13 representantes que participaram deste foro¹⁰ analisaram temas relacionados com a cidade como espaço de cidadania e lugar de encontro entre aqueles que são diferentes. Os ministros falaram da inclusão social sob a perspectiva dos jovens. Trocaram idéias sobre boas práticas e se comprometeram com a salvaguarda do espaço público mediante programas de intervenção urbana integral com a participação dos jovens em sua formulação, execução e avaliação, a fim de gerar mais espaços públicos e de melhorar os existentes. Decidiram dar prioridade aos jovens chefes de famílias vulneráveis ou de baixa renda, no acesso à moradia e na legalização de suas propriedades, em sendo o caso.

I Foro Ibero-Americano de Ministros do Trabalho

(Salinitas, setembro 8-9)

Reunidos em torno do tema “Juventude, trabalho decente e desenvolvimento em democracia”, participaram deste foro 17 delegados. Em sua Declaração os ministros acordaram aprofundar medidas para melhorar a qualidade da educação e da formação profissional, promover o diálogo social pelo trabalho decente e sem discriminação, elevar os níveis de proteção social e ampliar sua cobertura e integrar os serviços públicos de emprego às demais políticas do mercado de trabalho. Assumiram o compromisso de otimizar os sistemas de informação e análise do mercado de trabalho, a fim de delinear estratégias para melhorar a situação do emprego e torná-lo acessível aos jovens, erradicar o trabalho infantil, e promover o emprego de tecnologias da informação e comunicação para gerar mais e melhores oportunidades de emprego, especialmente orientados aos jovens.

IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Agricultura

(Salinitas, setembro 17)

Com presença representantes de 16 países e tendo por tema “Segurança Alimentar e Juventude Rural”, esta Conferência comprometeu-se a promover os investimentos no setor agropecuário para atenuar o impacto dos preços dos alimentos, a estimular programas de produção eficiente de alimentos, e a intercambiar, entre os países ibero-americanos, tecnologia apropriada, recursos financeiros e

¹⁰A Assembléia de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano da América Latina e o Caribe (MINURVI) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

assistência técnica, a fim de acelerar o desenvolvimento agropecuário e de criar condições favoráveis para manter aos jovens nas zonas rurais. Acordou facilitar o comércio de alimentos e insumos agropecuários para elevar o nível de segurança alimentar regional, reduzindo as barreiras comerciais. Decidiu também levar ao conhecimento da XVIII Cúpula a proposta “Bolsa Competitiva, Juventude Rural e Segurança Alimentar”*, apresentada por El Salvador, e gestionar perante os organismos internacionais recursos de cooperação para o setor agropecuário. Os ministros solicitaram à FAO elaborar, com a participação dos países ibero-americanos, um plano de contingência alimentar para reforçar a segurança alimentar e um plano de desenvolvimento rural integral. Elevaram à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo uma proposta de Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão Territorial*.

XVI Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (São José, setembro 18-19)

Os delegados de 20 países, presentes a esta conferência¹¹ acordaram celebrar um convênio marco com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD); e promover o entendimento e a cooperação entre as redes de cooperação jurídica internacional IberRede e Eurojust, assim como aproximar posições entre as redes judiciais européias penal, civil e mercantil, para facilitar o intercâmbio de informações entre seus membros e os da IberRede. Decidiu dar continuidade aos estudos e trabalhos nas áreas de acesso à Justiça, reforma da Justiça, cooperação jurídica internacional e inclusão de novas tecnologias ao processo, para a democratização da Justiça. Entre as novas áreas de trabalho dotadas pela Conferência, destacam-se as relativas à reforma de sistemas penitenciários e luta contra a impunidade; segurança e justiça, incorporando a luta contra a delinqüência organizada internacional no capítulo de cooperação jurídica internacional; e o fortalecimento e garantia dos direitos dos cidadãos no processo, a transparência e a qualidade da Justiça, a reforma do processo civil e a perspectiva das políticas migratórias.

¹¹A Secretaria-Geral da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

*Que deverá ajustar-se aos procedimentos do Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana

VIII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Assunção, setembro 29-30)

Presentes delegações de 19 países, este Foro tratou de temas relacionados com as seguintes áreas:

- 1) qualidade ambiental:** referiu-se à importância da gestão integral adequada de substâncias, materiais e resíduos para aprimorar os modelos de gestão, ao uso de tecnologias apropriadas, ao fortalecimento de instrumentos técnicos e jurídicos e ao intercâmbio de experiências;
- 2) recursos hídricos:** destacou o progresso havido na coordenação e colaboração entre a Rede de Diretores-Gerais da Água-Conferência de Diretores-Gerais Ibero-Americanos da Água (CODIA) e a Secretaria-Técnica Permanente (SPT). Aprovou a transformação da Iniciativa de cooperação para a Formação e Transferência de Tecnologia em Matéria de Recursos Hídricos em Programa Ibero-Americano da Água;
- 3) diversidade biológica:** ratificou o imperativo de cumprir com os objetivos de redução da taxa de perda de biodiversidade enunciados no Convênio de Biodiversidade Biológica e propôs adotar, no âmbito desse Convênio, um regime internacional - juridicamente vinculante - de acesso aos recursos genéticos que garanta a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização assim como o uso dos conhecimentos tradicionais associados. Defendeu o fomento da produção e uso sustentável de biocombustíveis e propôs mecanismos de intercâmbio de informações de experiências na conservação de ecossistemas e uso sustentável de recursos naturais;
- 4) mudança do clima:** reafirmou seu compromisso com a agenda internacional e com as distintas Convenções subscritas, instou à articulação das iniciativas regionais em matéria de mudança do clima¹² e assinalou a atenção especial que requerem os pequenos estados insulares e centro-americanos por sua vulnerabilidade à mudança do clima.

O Foro sublinhou a necessidade de esforços para garantir a sustentação de um meio saudável, em função do compromisso do Estado com a juventude, e tomou nota da proposta salvadorenha denominada "Programa Ibero-Americano de Educação Ambiental para a Reciclagem*", assim como da proposta apresentada pelo Panamá em matéria de gestão integrada do conhecimento sobre meio ambiente e desenvolvimento, a serem estudadas.

¹²Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental, Estratégia Centro-Americana de Mudança Climática e Programa Ibero-Americano de Adaptação à Mudança do Clima.

*Que deverá ajustar-se aos procedimentos do Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana.

XII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)

(Montevideu, outubro 2-3)

Com a presença de 15 delegados, esta reunião acordou redobrar esforços para a aplicação do Memorando de Entendimento para a Coordenação e Gestão da RIMPE, aprovado em 2005, a fim de sistematizar as atuações e dar consistência aos acordos e medidas que dela emanam. Deu seu respaldo ao Programa IBERGOP, analisou os resultados do Curso sobre Sistemas de Avaliação das Políticas Públicas para a Coesão Social, desenvolvido em cinco módulos IBERGOP no ano letivo de 2008, e propôs um novo ciclo para 2009 sobre Formulação e Avaliação das Políticas Públicas e Inovação.

XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude

(Santiago, Chile, janeiro 29-30/2009)¹³

Convocada sob o lema “Participação e Institucionalidade Juvenil”, esta reunião contou com a presença de 19 delegados. Convocou-se uma vez passada a XVIII Cúpula tanto para informar aos ministros sobre os resultados e mandatos da Conferência e das atividades de um ano dedicados ambos aos jovens, bem como para aprovar a Estratégia de Implementação do Programa Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude, recentemente sancionado pelos Chefes de Estado. Entre as ações imediatas a empreender se acordaram as relativas à nomeação de pontos centrais e o desenvolvimento de materiais para pôr em marcha a Campanha Ibero-Americana contra a Violência de Gênero encomendada na XVIII Cúpula à OIJ e à SEGIB, continuar com a difusão da Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude e acometer os mandatos provenientes da Cúpula, vontade que ficou consignada com citações taxativas das áreas de maior urgência e relevância, no documento final rubricado pelos ministros em forma de acordos. Apresentou-se também, o segundo relatório CEPAL-OIJ sobre Juventude denominado “Juventude e Coesão Social, um modelo para armar” e os estudos sobre Juventude e o bônus demográfico, Fecundidade Adolescente e Juventude Indígena e Afrodescendente elaborados pela OIJ, CELADE e UNFPA. Por último, se instou à OIJ-SEGIB a planejar o sistema ibero-americano de indicadores da juventude.

¹³ Esta reunião, convocada inicialmente para o mês de dezembro de 2008, teve que ser adiada por motivo de força maior, para janeiro de 2009, mas corresponde à XVIII edição da Conferência Ibero-Americana.

Atuação da SEGIB

A SEGIB vem procurando aprofundar a inserção das Reuniões Ministeriais Setoriais no quadro da Conferência Ibero-Americana, mediante o acompanhamento permanente de cada uma, a identificação de sua possível convergência temática com outras reuniões e a exploração de sinergias entre os mandatos emanados da Cúpula e os trabalhos das RMS.

Com base na transparência, na pertinência e na horizontalidade, busca-se consolidar um mecanismo operacional que, desde a convocação das reuniões até o seguimento de seus consensos, assegure o tratamento orgânico do processo e a participação no nível apropriado. Esse exercício tem por objetivo:

- a) incrementar os vínculos de cooperação no espaço ibero-americano;
- b) definir agendas em sintonia com os mandatos das Cúpulas;
- c) levar a cada Cúpula propostas viáveis e de alto sentido prático e
- d) formular, sempre que possível, aportes concretos relacionados com o eixo temático a ser abordado pelos Chefes de Estado e de Governo em sua reunião anual.

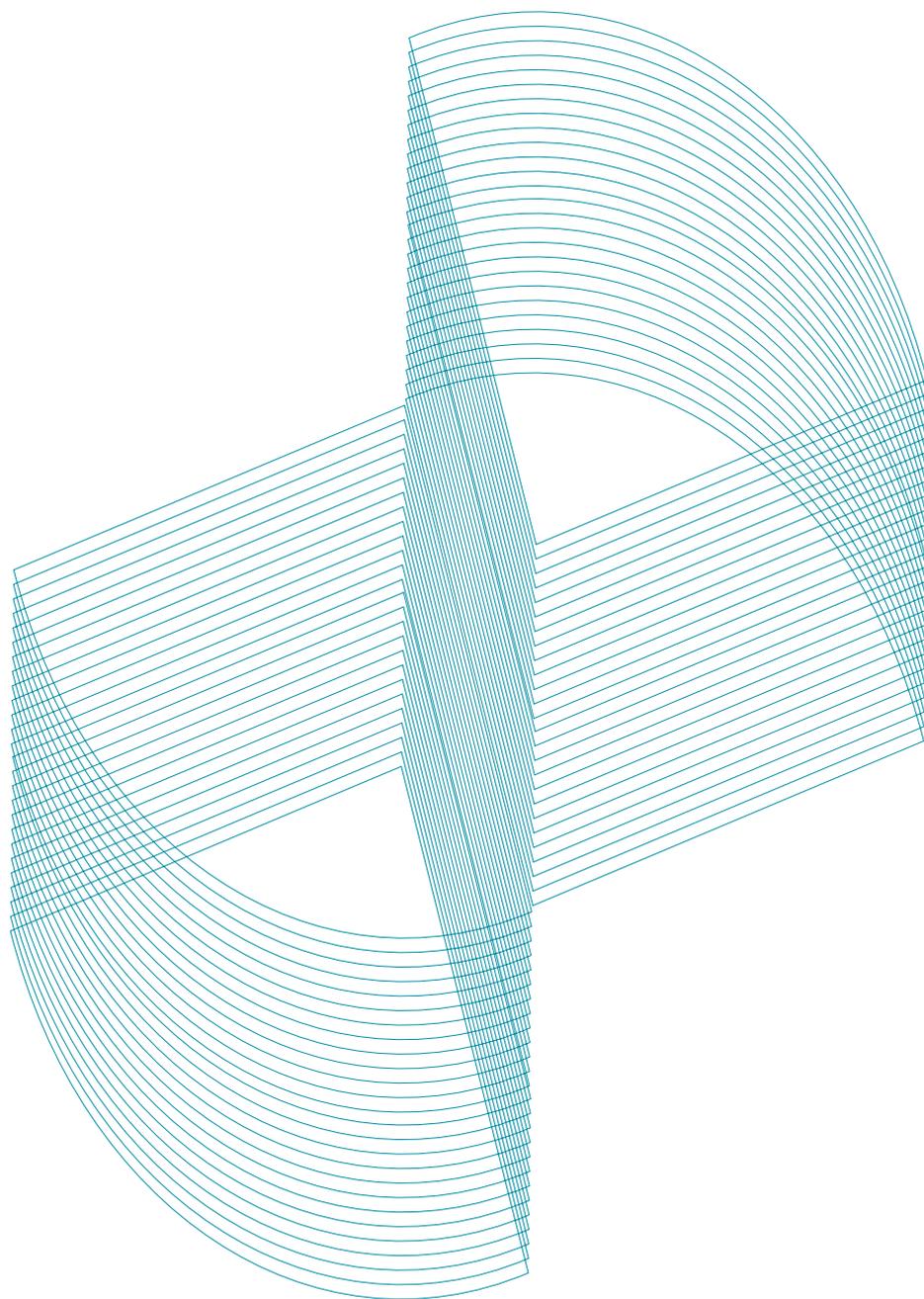
A fim de alcançar esses objetivos, a SEGIB, em constante e estreita colaboração com a Secretaria *Pro-Tempore*, vem concentrando esforços numa articulação efetiva, coordenando a circulação permanente e eficaz da informação entre os Coordenadores Nacionais, as Secretarias Técnicas e as demais instâncias envolvidas na organização e seguimento das Reuniões Ministeriais Setoriais.

O acompanhamento sistemático dessas reuniões, de seus resultados e do número e nível de participação¹⁴, aliado ao processo de reflexão em curso sobre a institucionalidade da Conferência Ibero-Americana, motivaram a inclusão, na proposta de Fortalecimento Institucional da Conferência apresentada aos Estados membros, de estabelecimento, como norma geral, de uma periodicidade bienal para as RMS. Essa medida permitirá que as agendas acordadas pelos ministros sejam tratadas no diálogo político ao mais alto nível e que os programas de cooperação que delas resultem gozem de tempo suficiente para sua implementação, desenvolvimento e seguimento, de acordo com o estabelecido no Convênio de Bariloche e no Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana.

¹⁴ Ver notas sobre o quadro estatístico de assistência às RMS na página 131

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

*Pronunciamentos sobre Juventude e Desenvolvimento
nas Declarações Ministeriais*



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Pronunciamentos sobre Juventude e Desenvolvimento nas Declarações Ministeriais

O tema central da XVIII Reunião dos Chefes de Estado Ibero-Americanos - Juventude e Desenvolvimento - foi também o eixo temático transversal de todos os debates e postulações ministeriais setoriais convocadas no âmbito da Conferência Ibero-Americana em 2008. Cada uma, de sua própria perspectiva, apresentou contribuições e propôs ações, estratégias ou programas relacionados com o compromisso global ibero-americano de atingir a meta do pleno desenvolvimento e inclusão social das e dos jovens ibero-americanos.

A reunião ministerial de **Juventude** marcou o ponto de partida com sua proposta de Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015. Trata-se de uma estratégia integral multimodal e intersetorial que prevê programas, ações e projetos a serem empreendidos pelos distintos setores sob a liderança da OIJ. Busca a integração plena e o desenvolvimento harmonioso dos jovens ibero-americanos. Esse plano serviu de elemento orientador para a formulação de políticas e propostas em prol dos jovens na ótica específica de cada RMS. Os responsáveis pela pasta da **Administração Pública** resolveram promover, com a participação ativa dos jovens, um enfoque integral transversal de políticas de juventude no âmbito da gestão pública, mediante a coordenação intersetorial das organizações que desenvolvem planos e programas no contexto ibero-americano. Consideraram imprescindível fortalecer a cooperação internacional para desenvolver estratégias que melhorem a qualidade das políticas públicas no quadro do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude. Da perspectiva da **Agricultura**, os ministros acordaram estudar o projeto Bolsa Competitiva: Juventude rural e segurança alimentar, que El Salvador apresentou com a assessoria da FAO; comprometeram-se a velar pelo respeito aos direitos humanos e laborais dos jovens trabalhadores das áreas agrícola, pecuária e pesqueira e solicitaram aos organismos regionais e internacionais aplicar recursos de cooperação em projetos agropecuários que incluam capacitação e educação para jovens rurais, a fim de que permaneçam no campo e possam converter-se em agentes de mudança e líderes comunitários. No âmbito da **Cultura**, convieram em que as políticas públicas para a juventude devem consolidar os valores que promovem a diversidade cultural e que a cooperação internacional, em matéria de políticas para a juventude, requer a criação de canais de comunicação e mecanismos de diálogo intercultural. Registrou-se convergência quanto à ratificação dos direitos ao acesso à cultura e à livre criação e expressão artísticas e sua vinculação com a

formação integral dos jovens ibero-americanos, com ênfase nos migrantes. No que diz respeito à **Educação**, os ministros comprometeram-se a desenvolver políticas educacionais com vistas a uma melhoria efetiva na preparação dos jovens para alcançar patamares mais elevados de educação, bem-estar e desenvolvimento. Os Ministros fizeram progresso no tocante ao Plano de Metas Educativas 2021 para os jovens do Bicentenário, uma estratégia de amplo alcance que visa adequar os currículos acadêmicos às necessidades e demandas de um mundo cada vez mais competitivo. Pretendem desenvolver, igualmente, uma proposta educacional para propiciar níveis mais altos de exercício da cidadania para jovens em situação de risco ou privação de liberdade, a bem de sua adequada inserção na sociedade. Os responsáveis por questões de **Gênero** voltaram sua atenção para a definição de políticas públicas, planos e programas sob a perspectiva de gênero, políticas essas que contribuam para reduzir as brechas entre os e as jovens e para prevenir os problemas que afetam a juventude, como a gravidez adolescente, as doenças sexualmente transmitidas, a exploração sexual e as práticas de risco. Comprometeram-se a promover a participação plena dos jovens na formulação das políticas públicas, sobretudo em matéria de educação e saúde sexual e reprodutiva, e a combater toda forma de exclusão e discriminação. Pretendem apoiar programas criados especialmente para jovens em conflito com a lei, nos âmbitos da prevenção e do acesso pleno à justiça, como parte do processo de desenvolvimento integral e do respeito pelos direitos humanos; partilhar boas práticas que levem à maior incorporação das jovens nas instâncias do poder político, social e econômico, nos níveis nacional e regional, incluindo, para tanto, os indicadores de juventude na base de dados do Observatório de Gênero; e tomar medidas para a erradicação de toda forma de violência contra as mulheres, particularmente as jovens. Solicitaram à OIJ elaborar uma proposta de programa ibero-americano para prevenir e atender às vítimas da violência intrafamiliar e de gênero entre jovens. Quanto à **Infância e Adolescência**, o acordado, no que diz respeito à juventude, foi a implementação de medidas e programas para prevenir a exploração sexual (e a pornografia infantil), os maus-tratos, a exclusão e a violência, assim como a gravidez adolescente. Neste contexto apresentaram à consideração da Cooperação Ibero-Americana um projeto de programa ibero-americano sobre sexualidade, afetividade e prevenção da gravidez adolescente. Os ministros da **Justiça** destacaram a importância de fomentar políticas públicas que favoreçam a inclusão social dos jovens, para que a falta de oportunidades não venha a redundar em condutas violentas ou delitivas e para garantir-lhes o acesso efetivo à Justiça; nesse sentido, solicitaram apoio a iniciativas de acesso que incorporem a juventude como grupo prioritário de destinatários, fomentando o conhecimento de seus direitos, em particular os estipulados na Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens. Os Ministros encarregados do **Meio Ambiente** acordaram promover mecanismos para incrementar a participação dos jovens na construção de sociedades em bases sustentáveis e fomentar iniciativas regionais de juventude e mudança do clima com a participação de crianças, adolescentes e jovens nas discus-

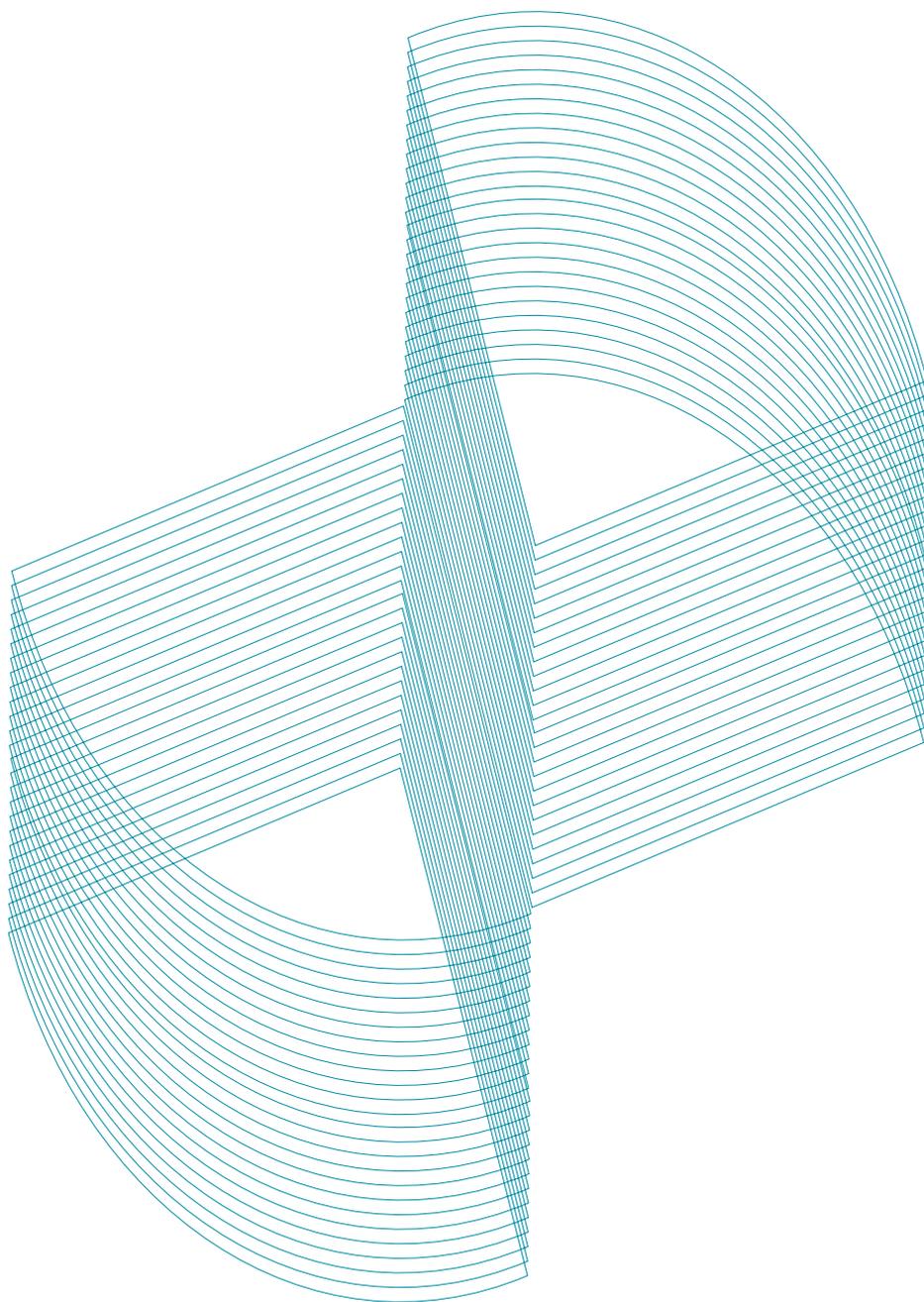
sões nacionais e regionais sobre meio ambiente. Propuseram à XVIII Cúpula reconhecer os jovens como atores estratégicos para o êxito da gestão ambiental - uma vez que são agentes e beneficiários da implementação do critério de sustentabilidade ambiental - e pediram aos países ibero-americanos assumir seu compromisso e responsabilidade para com as gerações presentes e futuras de jovens, com empenho em garantir a sustentabilidade de um ambiente saudável que ofereça melhores níveis de bem-estar para todos os povos. Os ministros da **Presidência** julgaram necessário que os interesses da juventude se reflitam em todas as políticas públicas - que devem ser políticas de Estado - e transversalmente nas ações setoriais. Decidiram intercambiar experiências quanto as políticas públicas adotadas nos países ibero-americanos, com vistas a fortalecer e revalorizar o papel dos jovens no desenvolvimento dos povos. Os encarregados da pasta da **Saúde** pronunciaram-se em prol da luta contra a pobreza, a gravidez precoce, a desnutrição e as doenças sexualmente transmitidas, problemas que afetam aos jovens; acordaram definir programas de atendimento integral em saúde e proteção social para os jovens e, nesse sentido, apresentarão à consideração da cooperação ibero-americana a iniciativa Adolescentes e Jovens Saudáveis: fortalecendo a resposta integrada do sistema de saúde. Dedicarão especial atenção à problemática emergente, social e de saúde pública, decorrente do consumo de drogas pelos jovens. No que se refere ao **Trabalho**, o compromisso assumido foi no sentido da promoção do trabalho decente para a juventude ibero-americana, estímulo às PMEs, garantia de acesso ao crédito e atualização de conteúdos do currículo acadêmico, para que os jovens se formem com habilitações adequadas à demanda do mercado de trabalho. Os Ministros envidarão seus melhores esforços por erradicar o trabalho infantil e combater todas as formas de discriminação que sofrem os jovens em razão de sua condição (etnia, gênero, idade, sexo, etc.). Para melhor analisar o mercado de trabalho, tomarão medidas para aperfeiçoar os sistemas de informação sobre suas variações, base fundamental para a geração de oportunidades de emprego. Quanto ao **Transporte**, dado que as mortes em estradas são a primeira causa de óbito entre os jovens, esta RMS dedicou-se ao estudo e definição de estratégias para melhorar a segurança viária. A esse respeito propôs-se uma harmonização de normas com vistas à criação do Espaço Ibero-Americano de Segurança Viária. No tocante ao **Turismo**, os ministros assinalaram que se trata de uma atividade geradora de emprego jovem, razão pela qual deverão favorecer investimentos neste campo, e dar continuidade a seus esforços na implementação da rede ibero-americana de centros de formação turística. Abrirão espaços de recreação e lazer, atendendo também às demandas da população jovem. Rejeitaram e combaterão todo tipo de exploração e turismo sexual; e deram seu apoio ao projeto apresentado por El Salvador denominado Promoção de uma cultura de paz através dos empreendimentos turísticos. Quanto à **Habitação e o Desenvolvimento Urbano**, as autoridades do setor manifestaram seu empenho na criação de espaços urbanos adequados, onde os jovens possam desenvolver-se de maneira integral, exercendo plenamente seu direito à cidade. Os ministros comprometeram-



se a incluir os jovens chefes de famílias mais vulneráveis, de baixa renda, nas categorias prioritárias para o acesso à moradia e para a promoção da legalização de suas propriedades e outras formas de direito de posse.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Resultados



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Resultados

Consensos dos respectivos ministros

Elevar à XVIII Cúpula:

- ◆ Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015
- ◆ Programa Ibero-Americano de Orquestras Juvenis IBERORQUESTRAS
- ◆ Programa Ibero-Americano IBERMUSEUS (passaria de Iniciativa a Programa)
- ◆ Programa Ibero-Americano de Água (subsume e amplia a Iniciativa de Formação em Gestão de Recursos Hídricos)
- ◆ Proposta de Metas Educativas 2021: a educação que queremos para os jovens do Bicentenário (em processo de elaboração)¹
- ◆ Centro de Altos Estudos Universitários Ibero-Americano
- ◆ Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública
- ◆ Associação Ibero-Americana de Segurança Viária
- ◆ Observatório Ibero-Americano de Segurança Viária (a implantar)

Pendentes de cumprimento dos requisitos do Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana:

- ◆ Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão Territorial
- ◆ Iniciativa Ibero-Americana: Adolescentes e Jovens Saudáveis: fortalecendo a resposta integrada do sistema de saúde para adolescentes e jovens
- ◆ Programa Ibero-Americano de Sexualidade, Afetividade e Prevenção da Gravidez Adolescente (OIJ)
- ◆ Programa Ibero-Americano para prevenir e atender à violência intrafamiliar e de gênero entre jovens (a elaborar pela OIJ)

¹Deverá ser elevado à XX Cúpula na Argentina.

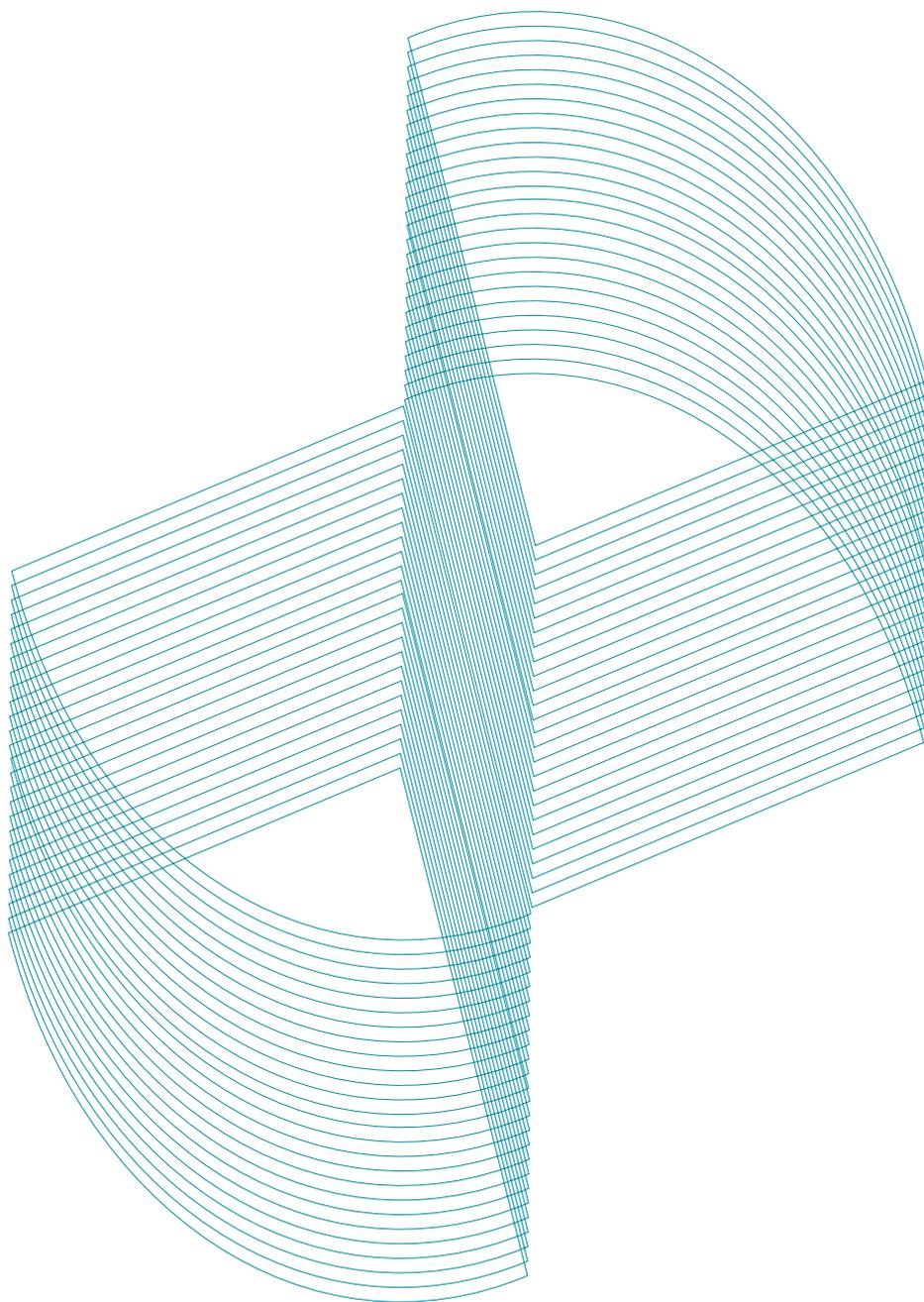


Aprovados nas RMS:

- ◆ Promoção do trabalho decente para a juventude ibero-americana
- ◆ Projeto de promoção da cultura de paz através de empreendimentos turísticos juvenis
- ◆ Institutos para o Desenvolvimento e a Inovação Educativa (IDIEs)
- ◆ Plano estratégico de segurança viária (a elaborar)
- ◆ Rotas da Liberdade (para a comemoração dos Bicentenários das Independências)
- ◆ Cooperação jurídica internacional na luta contra a delinquência organizada internacional e política migratória (COMJIB-IberRede)

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Fichas Técnicas e Declarações



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Fichas Técnicas e Declarações

- ◆ Administração Pública e Reforma do Estado
- ◆ Agricultura
- ◆ Cultura
- ◆ Educação
- ◆ Gênero
- ◆ Infância e Adolescência
- ◆ Justiça
- ◆ Juventude
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Presidência e Equivalentes
- ◆ Saúde
- ◆ Trabalho
- ◆ Transporte e Infra-Estrutura
- ◆ Turismo
- ◆ Habitação e Desenvolvimento Urbano

Ficha Técnica Administração Pública e Reforma do Estado 2008

Conferência:	X Conferência Ibero-Americana da Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaria Técnica da Presidência de El Salvador			
Contato:	Jaime Acosta	Endereço:	Alameda Manuel Enrique Araujo, 5500.
Cargo:	Coordenador de Acompanhamento Estratégico		São Salvador, El Salvador
e-mail:	jacosta@ccpsp.gob.sv		
Telefone:	(503) 2248 9000 / 2248 9271		
Fax:	(503) 2243 7857 / 2243 9930		
Secretaria Técnica: CLAD - Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento			
Contato:	Julio César Fernández Toro	Website:	www.clad.org.ve
Cargo:	Secretário-Geral	Dirección:	Calle Herrera Toro, Quinta CLAD
e-mail:	clad@clad.org.ve		
Telefone:	(58-212) 992 4064 / 3297 / 5953 (58-212) 993 7277 / 9104		Las Mercedes Apartado Postal 4181 / 1010-A Caracas, Venezuela
Fax:	(58-212) 991 8427		
SEGIB – Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Dirección:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 26 -27 junho		
2007:	IX Conferência, Pucón (Chile), 31 maio-1 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria de Cooperação			
EIAPP Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Programa de Ação de São Salvador parágrafo 25			

X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado

São Salvador, El Salvador, 26 e 27 de junho de 2008

Consenso de São Salvador

- ◆ Juventude e Desenvolvimento
- ◆ Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública
- ◆ Programa Acadêmico 2008–2010, Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas
- ◆ Resoluções e Acordos

Os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e os Chefes de Delegação dos Países Ibero-americanos, reunidos nos dias 26 e 27 de junho de 2008, em São Salvador, El Salvador, sob iniciativa do Centro Latino-americano da Administração para o Desenvolvimento (CLAD), com o apoio e co-organização do Governo de El Salvador, e o apoio do Governo da Espanha, reuniram-se na X Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, com o fim de debater sobre:

a importância do tema que convocou a XVIII Cúpula Ibero-americana dos Chefes de Estado e de Governo: “Juventude e Desenvolvimento”

a necessidade de adotar a “Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública”; e

a aprovação do Programa Acadêmico da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas 2008 – 2010;

com o fim de incrementar as capacidades institucionais necessárias para garantir a governabilidade democrática, a consecução dos objetivos de desenvolvimento e equidade social e a coordenação eficiente da cooperação nestas matérias.

Obtiveram consenso sobre as considerações que a seguir se enunciam, decidindo que serão apresentadas na XVIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em El Salvador nos dias 29 a 31 de Outubro do presente ano.

Juventude e Desenvolvimento

Promover, com a participação ativa dos e das jovens, um enfoque integral e transversal de políticas de juventude no cenário da gestão pública, mediante a coordenação intersetorial das organizações que desenvolvem planos e programas Ibero-América.

Neste sentido, é imperativo promover o fortalecimento da cooperação internacional para desenvolver estratégias que melhorem a qualidade das políticas públicas no quadro do Plano Ibero-americano de Juventude.

Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública

A experiência dos últimos anos nas Administrações Públicas ibero-americanas mostra que as diversas iniciativas para alcançar os paradigmas da qualidade e a excelência na gestão pública estão enfrentando numerosos obstáculos para a sua implementação e desenvolvimento. Os desenhos atuais dos modelos de excelência, ainda que sejam de grande utilidade e rigor para melhorar a gestão pública, são complexos e requerem um grande esforço para prosperarem. Razões pelas quais é preciso encontrar algumas respostas a estes desafios, a partir dos ensinamentos que forem extraídos dos enfoques e experiências nesta matéria.

Com base nesta necessidade, os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e Chefes de Delegação dos Países Ibero-americanos, reunidos nos dias 26 e 27 de Junho de 2008 em São Salvador, El Salvador, com o apoio técnico do CLAD, desenvolveram um instrumento que serve como guia e orientação aos Governos de Ibero-América para alcançar a viabilidade de sistemas de qualidade e excelência.

Conseqüentemente, os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e Chefes de Delegação dos Países Ibero-americanos adotaram a “Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública” que será levada à consideração dos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América.

Programa acadêmico 2008-2010, Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas

Dando continuidade à criação da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas pela VIII Conferencia Ministerial, reunida em 22 e 23 de Junho de 2006 em Montevideo, Uruguai, considera-se necessário aprovar a proposta do seu segundo Programa Acadêmico 2008-2010, de acordo com as necessidades atuais da Ibero-América em matéria de formação de dirigentes e funcionários públicos, conforme a “Carta Ibero-americana da Função Pública”; que da continuidade ao

Programa Acadêmico 2007-2008; que reflete as resoluções e recomendações adotadas pelo seu Conselho Acadêmico Assessor, reunido em Buenos Aires, Argentina, em Março do presente ano; que atualiza as áreas temáticas estratégicas, os critérios para a inclusão dos cursos e estabelece uma metodologia para a execução das suas atividades acadêmicas; e que incorpora as observações e propostas sobre os temas antes assinalados que foram aprovados na X Conferencia Ibero-americana dos Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado.

Resoluções e Acordos

Os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e Chefes de Delegação dos Países Ibero-americanos, reunidos nos dias 26 e 27 de Junho de 2008, em São Salvador, El Salvador, por ocasião da X Conferencia Ibero-americana dos Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, decidiram adotar as seguintes resoluções:

- 1. Aprovar** as considerações formuladas em torno do tema que convocou a XVIII Cúpula Ibero-americana dos Chefes de Estado e de Governo sobre “Juventude e Desenvolvimento”.
- 2. Aprovar** a adoção da “Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública”, cujo texto devidamente assinado se anexa a este documento.
- 3. Aprovar** a programação acadêmica 2008-2010 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas, com o fim de dar continuidade à suas atividades, assim como diligenciar mediante os seus órgãos os meios necessários para seu financiamento, quando corresponda.
- 4. Solicitar** à Secretaria *Pro-Tempore* da XVIII Cúpula Ibero-americana que eleve à consideração dos Chefes de Estado e de Governo as resoluções anteriores.

Assim mesmo acordamos:

- 1. Expressar** o reconhecimento e felicitar o Governo de El Salvador, por meio da Secretaria Técnica da Presidência, pela excelente co-organização da Conferência, pela hospitalidade e suas contribuições ao clima de confraternização Ibero-americana que caracterizaram esta reunião.

2. Expressar o reconhecimento e agradecimento ao Governo da Espanha por ter possibilitado a realização desta Conferência.

3. Aceitar com satisfação o oferecimento do Governo de Portugal, sede da XIX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, para constituir-se na sede da XI Conferência Ibero-americana dos Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, como já é tradição.

4. Agradecer e felicitar a Secretaria-Geral do CLAD pela preparação e convocatória da X Conferência de Ministros e encarregar das ações de coordenação necessárias o Govêrno de Portugal, para efeitos de organização e execução da anteriormente referida XI Conferência Ministerial.

5. Encarregar o CLAD das ações necessárias para cumprir com as decisões anteriores e solicitar-lhe que continue seu trabalho de promotor e facilitador regional dos processos de Reforma do Estado e de melhoramento da gestão pública em Ibero-américa.

6. Saudar a presença da Secretaria-Geral Ibero-Americana, SEGIB na X Conferência.

Ficha Técnica Agricultura 2008

Conferência:	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Agricultura		
Secretaria <i>Pro-Tempore</i>: Ministério da Agricultura e Pecuária de El Salvador			
Contato:	Karla Hernández	Website:	www.mag.gob.sv
Cargo:	Diretora das Políticas e Estratégias (OPE)	Endereço:	Final 1ª. Av. Norte y Avenida Manuel Gallardo, Santa Tecla
e-mail:	khernandez@mag.gob.sv kalena.hm@gmail.com		São Salvador, El Salvador
Telefone:	(503) 2241 1759		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	IX Conferência, Salinitas (El Salvador), 17 setembro		
2005:	VIII Conferência, Santiago de Compostela (Espanha), 25-27 setembro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Econômicos			
Gestão Territorial (Programa aprovado na XVIII Cúpula)			
Observações			
<p>A conjuntura global de 2008, de alta dos preços dos alimentos, e a segurança alimentar motivaram a convocação desta RMS. Previamente a sua realização, foi convocado um foro de carácter ampliado, no qual participaram organismos internacionais especializados, peritos e governos. Debateu-se sobre: crise alimentar, desenvolvimento territorial e agricultura familiar. Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver:</p> <ul style="list-style-type: none">- Declaração de São Salvador parágrafos 5 e 25- Programa de Ação de São Salvador parágrafos 19 e 40			

IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Agricultura Salinitas, El Salvador, 17 de setembro de 2008

Declaração de El Salvador

Nós, Ministros da Agricultura e Chefes de Delegações, reunidos na IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Agricultura, celebrada no Hotel Royal Decameron Salinitas, Sonsonate, El Salvador, no dia 17 de setembro de 2008, cujo tema é “Segurança Alimentar e Juventude Rural”.

Consideramos:

- I.** Que na Cúpula do Milênio nos comprometemos a reduzir à metade a porcentagem de pessoas que sofrem com a fome para o ano de 2015.
- II.** Que a atual crise alimentar mundial, tem tido um efeito imediato na elevação dos preços dos produtos e insumos, e custos de produção agropecuária nos países de Ibero - América devido à utilização de milho para a produção de bicompostíveis, comportamento dos preços do petróleo, crescente demanda de alimentos por parte de economias emergentes como a Índia e China, aumento na especulação dos mercados futuros, e alterações nos ciclos produtivos derivados das mudanças climáticas.
- III.** Que de acordo com a CEPAL, 31,8 milhões dos jovens da Região Ibero-Americana dependem de um alto grau do setor agropecuário para sua manutenção e a das suas famílias.
- IV.** Que de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), na zona rural de nossos países se localizam os maiores índices de pobreza e a população mais vulnerável devido ao seu entorno socioeconômico, sendo a juventude rural a mais afetada.
- V.** Que a FAO há declarado que “chegou o momento de investir na agricultura” por meio do estreitamento dos laços de cooperação entre os países e os organismos internacionais, para que as famílias rurais e particularmente os jovens possam contar com uma adequada alimentação e nutrição e os ingressos necessários para um desenvolvimento humano sustentável.

Concordamos:

1. Fomentar as medidas que nos levem a uma melhoria dos investimentos no setor agropecuário, com o objetivo de contribuir a diminuir os impactos dos preços dos alimentos sobre nossas populações. Além disso, nos comprometemos a impulsionar programas de produção eficiente de alimentos, que possam contribuir a gerar novas fontes de ingressos para as famílias rurais sob princípio da sustentabilidade ambiental.

2. Outorgar as facilidades que sejam necessárias aos Estados Ibero-Americanos para que possamos concretizar a curto prazo intercâmbios de tecnologia apropriada, recursos financeiros, assistência técnica, expertos e informação, com o objetivo de contribuir a acelerar o desenvolvimento do setor agropecuário, criar condições favoráveis para deter os jovens no campo.

3. Incorporar melhorias tecnológicas tanto nos processos de produção primária como no manejo pos colheita por meio de redes regionais de expertos em tecnologia e inovação para cultivos básicos e a produção de semente melhorada.

4. Implementar ações que contribuam a facilitar o comércio de alimentos e insumos agropecuários entre os países da região com o propósito de contribuir a melhorar a segurança alimentar regional, reduzindo as barreiras comerciais que distorcem os mercados.

5. Solicitar às organizações regionais e internacionais que orientem a cooperação em projetos agropecuários que incluam recursos produtivos, educação e capacitação a jovens rurais, para que possam converter-se em agentes de mudanças e líderes comunitários do futuro.

6. Fazer respeitar os direitos humanos e laborais de jovens trabalhadores agrícolas, pecuários e pescadores, cumprindo os compromissos adotados em acordos internacionais de trabalho e legislações existentes.

7. Solicitar a FAO a elaboração de um Plano de Contingência Alimentícia destinado a reforçar a Segurança Alimentícia, contando com a cooperação dos países de Ibero - América, para contribuir com a nutrição das famílias rurais e especialmente a nutrição dos jovens.

8. Solicitar a FAO a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Integral contando com a participação dos países ibero-americanos.

9. Evitar distorções nas medidas implementadas com o objetivo de atender a situação de segurança alimentar que enfrentamos atualmente, já que é necessário executar políticas setoriais que proporcionem as ferramentas necessárias para melhorar as condições de vida da população em geral e sobre tudo da população que vive na zona rural.

10. Instar os organismos regionais e internacionais de cooperação para que em uma mais eficiente coordenação com a FAO se desenvolvam projetos produtivos sustentáveis que permitam incrementar a produção de alimentos e a geração de ingressos a famílias rurais, com especial ênfase nos jovens.

11. Agradecer a proposta do Governo de El Salvador realizada com o apoio técnico da FAO denominada “Bolsa Competitiva: Juventude Rural e Segurança Alimentar”, que será estudada pelos Ministérios da Agricultura de Ibero - América e, de contar com o apoio requerido, será apresentada oportunamente a SEGIB.

12. Instar as autoridades competentes a buscar uma solução definitiva para evitar aqueles subsídios agrícolas que produzam distorções nos mercados internacionais.

13. Apoiar a proposta do Programa Ibero-Americano de Cooperação de Gestão Territorial apresentada ante a SEGIB e em processo de tramitação.

14. Receber com agrado as recomendações do Fórum “Diálogo Rural Ibero-Americano” e propor a inclusão na agenda da XVIII Cúpula Ibero-Americana o tema da crise alimentícia com o objetivo de que se proponham respostas concretas a nível regional.

15. Recomendar a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) que considere a inclusão do Dialogo Rural Ibero-Americano como atividade que gere informação, analise e nutra as Conferencias Ibero-Americanas de Ministros da Agricultura.

16. Levantar ao conhecimento dos Chefes de Estado e de Governo na XIII Cúpula Ibero-Americana que se está analisando para uma possível implementação o projeto “Bolsa Competitiva: Juventude Rural e Segurança Alimentícia”.



17. Levar para consideração dos Chefes de Estado e de Governo a proposta de Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão Territorial apresentada e em processo de tramitação ante a SEGIB.

18. Agradecer aos organismos internacionais, regionais e sub-regionais de cooperação seu apoio para a implementação e financiamento de programas e projetos agropecuários e agroindustriais, e de desenvolvimento rural integral e a Secretaria-Geral Ibero-Americana pelo apoio brindado ao desenvolvimento da presente Conferencia Ibero-Americana de Ministros da Agricultura.

19. Agradecer ao Governo de El Salvador pela excelente organização da presente Conferencia Ibero-Americana de Ministros da Agricultura e as atenções brindadas a seus participantes.

Ficha Técnica Cultura 2008

Conferência:	XI Conferência Ibero-Americana de Cultura		
Secretaria Pro-Tempore: CONCULTURA - Conselho Nacional para a Cultura e a Arte de El Salvador			
Contacto:	José Hermán Arteaga	Website:	www.concultura.gob.sv
Cargo:	Director Ejecutivo	Endereço:	19 Av. Norte – Calle Guadalupe, Edifício A5 São Salvador, El Salvador
e-mail:	herman.arteaga@concultura.gob.sv		
Telefone:	(503) 2221 4380		
Fax:	(503) 2221 4415		
Secretaria Técnica: OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura			
Contato:	Álvaro Marchesi Secretário-Geral Fernando Vicario	Website:	www.oei.es
Cargo:	Coordenador de Cultura	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madri, Espanha
e-mail:	fvicario@oei.es		
Telefone:	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XI Conferência, São Salvador (El Salvador), 22-23 maio		
2007:	X Conferência, Valparaíso (Chile), 26-27 julho; Reunião Preparatória, Lisboa (Portugal), 7-8 maio		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Culturais			
ADAI	Apoio ao desenvolvimento de arquivos ibero-americanos (Programa)		
IBERECENA	Apoio à construção do espaço cênico ibero-americano (Programa)		
IBERMEDIA	Apoio à construção do espaço audiovisual ibero-americano (Programa)		
IBERMUSEUS	Integração e desenvolvimento de museus no espaço ibero-americano (Programa)		
PICBIP	Desenvolvimento das bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos (Programa)		
RADI	Rede de arquivos diplomáticos ibero-americanos (Programa)		
RILVI	Repertório integrado de livros à venda na região ibero-americana (Programa)		
IBERORQUESTRAS JUVENIS	(Iniciativa aprovada na XVIII Cúpula)		
CARTA CULTURAL	Implementação do Plano de Ação da Carta Cultural		
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de São Salvador parágrafo 27			
- Compromisso de São Salvador parágrafo 3			
- Programa de Ação de São Salvador parágrafos 8, 23, 24, 34 e 35			

XI Conferência Ibero-Americana de Cultura

São Salvador, El Salvador, 22 e 23 de maio de 2008

Declaração de São Salvador

As Ministras, os Ministros e as Altas Autoridades de Cultura de Ibero-América, reunidos na XI Conferência Ibero-Americana de Cultura, no marco da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que será realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2008, e cujo eixo temático será: “Juventude e Desenvolvimento”,

Consideramos:

1. Que as políticas públicas para a juventude nos países da Ibero-América devem consolidar os valores que promovam a diversidade cultural sendo de vital importância para construir um mundo mais plural, participativo justo e equitativo.
2. Que o desenvolvimento da cooperação internacional no âmbito das políticas para a juventude implica fomentar e consolidar a criação de canais de comunicação e impulsionar e compartilhar entre os jovens integrantes da comunidade ibero-americana mecanismos de diálogo intercultural.
3. Que a Carta Cultural Ibero-Americana é uma ferramenta de compromisso para a preservação, difusão e crescimento das manifestações da nossa diversidade.
4. Que o patrimônio cultural tangível, imaterial e particularmente subaquático ibero-americano é de grande importância, como testemunha e memória da nossa história comum.

Acordamos:

1. **Felicitar** de maneira efusiva e unânime ao Sistema de Orquestras Infantis e Juvenis da República Bolivariana da Venezuela, criado e dirigido pelo Maestro José Antonio Abreu, pela obtenção do Prêmio Príncipe de Asturias das Artes e nos congratulamos pelo que isso significa para a cultura e a juventude Ibero-Americana.

2. Ratificar nosso compromisso com o direito de acesso à cultura e à livre criação e expressão artística, e com a vinculação destes direitos à formação integral dos jovens ibero-americanos, com ênfase nos migrantes.

3. Continuar os trabalhos de difusão e valorização da Carta Cultural Ibero-Americana e avançar com as atividades que têm sido desenvolvidas sob a coordenação da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), em colaboração com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), o Convênio Andrés Bello (CAB) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

4. Encomendar à OEI a busca de metodologias comuns e indicadores compartilhados de medição cultural, assim como convidar a estabelecer uma coordenação entre os observatórios culturais da região, para o qual solicitamos uma atuação coordenada das instituições envolvidas nestes processos, particularmente as pertencentes ao mundo acadêmico.

5. Exortar a OEI a continuar seus trabalhos no programa de “Educação artística, cultura e cidadania” e com isto atender às ações recomendadas no marco da Carta Cultural Ibero-Americana. Também, nos congratulamos da aproximação entre os Ministérios da Educação e os Ministérios e instituições de Cultura no sentido de conseguir um consenso orientado à melhoria do processo de formação integral de nossos estudantes.

6. Felicitar às instituições e entidades que conseguiram no marco de “2008-Ano Ibero-Americano dos Museus” celebrar uma grande quantidade de atividades, todas elas com alta participação cidadã, e exortar aos países da Comunidade Ibero-Americana para que venham a aderir à iniciativa “IBERMUSEUS”.

7. Destacar a gestão da SEGIB na implementação dos Programas Cúpula e propor aos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América a aprovação e inclusão no Programa de Ação da XVIII Cúpula Ibero-Americana do programa “IBERORQUESTRAS JUVENIS”, como novo Programa Cúpula.

8. Solicitar à SEGIB a apresentação de um projeto de diferenciação de quotas para a participação nos Programas Cúpula, com base nas capacidades de cada um dos Estados.

9. Respaldar a OEI, no marco das comemorações dos Bicentários das Independências, no desenvolvimento do projeto “Roteiros da Liberdade”, cujos itinerários serão fundamentalmente históricos e culturais, procurando a participação ativa de nossos jovens nas mesmas.

10. Apoiar a celebração do Primeiro Congresso Ibero-Americano de Cultura, de 1 a 5 de outubro de 2008, na cidade do México, dedicado ao “Cinema e Audiovisual na Ibero-América”. Além disso, respaldar a celebração do Segundo Congresso Ibero-Americano de Cultura no Brasil, em 2009; e do Terceiro Congresso na Colômbia no segundo semestre de 2010.

11. Receber com beneplácito a proposta da República do Paraguai de considerar o maestro Agustín Barrios “Mangoré”, uma figura indelével do Patrimônio Musical Ibero-Americano.

12. Elevar à consideração da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se em São Salvador em outubro de 2008, a necessidade de gerar ações concretas orientadas à conservação e proteção do patrimônio cultural subaquático da região, de forma a evitar a destruição e o comércio ilícito dos mencionados bens e garantir a sua salvaguarda para o conhecimento e consideração das gerações presente e futuras. Convocamos uma comissão de expertos ibero-americanos para avaliação, pesquisa e acompanhamento do tema, designados pelos respectivos entes governamentais e coordenados pela OEI.

13. Solicitar à SEGIB estudar a viabilidade duma proposta que se pudesse denominar “Iberbibliotecas”, para ser avaliada na XII Conferência Ibero-Americana de Cultura, a celebrar-se em Portugal em 2009.

14. Agradecer a calorosa acolhida, cortesia e eficácia do Conselho Nacional para a Cultura e a Arte (CONCULTURA) de El Salvador, e à OEI pela exitosa organização desta reunião.

Ficha Técnica Educação 2008

Conferência:	XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Educação de El Salvador			
Contato:	Mauricio Romero	Website:	www.mined.gob.sv
Cargo:	Diretor de Cooperação Externa	Endereço:	Plan Maestro, Centro de Gobierno, Alameda Juan Pablo II y calle
e-mail:	mauricio.romero@mined.gob.sv		Guadalupe - edificio A
Telefone:	(503) 2510 2332		São Salvador, El Salvador
Fax:	(503) 2281 0077		
Secretaria Técnica: OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura			
Contato:	Álvaro Marchesi - Secretário-Geral Mariano Jabonero	Website:	www.oei.es
		Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madri, Espanha
Cargo:	Diretor-Geral de Concertação e Desenvolvimento		
e-mail:	mjabonero@oei.es		
Telefone:	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XVIII Conferência, Salinitas (El Salvador), 19-20 maio		
2007:	XVII Conferência, Valparaíso (Chile), 23-24 julho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
TEIB Televisão Educativa Ibero-Americana (Programa)			
PIA Plano Ibero-Americano de Alfabetização (Programa)			
Pablo Neruda Mobilidade Acadêmica (Programa aprovado na XVIII Cúpula)			
Segundo Tempo Esporte como educação (Iniciativa aprovada na XVIII Cúpula)			
Virtual Educa Projeto de capacitação virtual (Projeto Adscrito)			
EIC Espaço Ibero-Americano do Conhecimento			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafos 5, 6 e 7 - Compromisso de São Salvador parágrafo 6 e 10			

XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação

Salinitas, El Salvador, 19 e 20 de maio de 2008

Declaração de El Salvador

As Ministras e Ministros da Educação da Região Ibero-Americana, reunidos na XVIII Conferência Ibero-Americana de Educação, realizada nos dias 19 e 20 de Maio de 2008, no âmbito da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo eixo temático é “Juventude e Desenvolvimento”.

Consideramos:

- 1.** Que o desenvolvimento da Região Ibero-Americana se constrói com o contributo da juventude da nossa região, mediante um processo de renovação geracional que favorece a transformação e o progresso equitativo de nossas sociedades no qual a educação deve ser um fator estratégico fundamental.
- 2.** Que, além da responsabilidade ineludível dos Estados, é preciso contar com a colaboração e a participação dos Organismos Internacionais, da comunidade educativa, das organizações sociais, especialmente as constituídas e lideradas pelos próprios jovens, para que eles mesmos se envolvam ativamente no desenvolvimento das nossas sociedades.
- 3.** Que, não obstante os avanços em matéria educativa na região, ainda persistem problemas e carências, relacionados com a qualidade e a equidade, para assegurar que os jovens finalizem com sucesso a sua educação secundária, possam continuar os estudos e consigam uma satisfatória inserção no mercado de trabalho.
- 4.** Que os diversos Programas coordenados através da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), acordados nas Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, tais como o Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (PIA), o Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), com a participação do Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), bem como as ações cujo objetivo é a melhoria da qualidade da educação pública e a renovação da educação técnica profissional, todos orientados, principalmente, para a juventude, nos quais podem ser constatados notáveis avanços.

5. Que merecem ser valorizados as ações, os resultados e o reconhecimento que está tendo a Rede Latino-Americana de Portais Educativos (RELPE).

Acordamos:

1. Reafirmar a necessidade de desenvolver políticas educativas, partindo da irrenunciável responsabilidade dos Estados e com a efetiva participação da comunidade educativa, das organizações não governamentais e sociais, a favor da melhoria das qualificações de todos os jovens, em estreita relação com o desenvolvimento pessoal e o sistema produtivo, para obter maiores níveis de bem-estar e desenvolvimento na Região Ibero-Americana.

2. Reconhecer o trabalho realizado pela SEGIB e a OEI na entrada em funcionamento do Plano Ibero-Americano de Alfabetização (PIA). Não obstante os importantes avanços produzidos, tanto a nível regional como em cada um dos nossos países, instamos a que esses esforços prossigam para universalizar a alfabetização e a educação básica que é o objetivo deste Programa Cimeira, para o que se espera possam contribuir as conclusões do próximo Congresso de Alfabetização em Havana.

3. Valorizar positivamente as iniciativas que a OEI está realizando em matéria de promoção da qualidade da educação, por sua decisiva incidência na redução do fracasso escolar e na diminuição das causas que o originam e, particularmente no caso da educação técnica profissional, por propiciar melhores oportunidades para a juventude e as nossas nações.

4. Instar os países a continuar fortalecendo a Rede de Portais Educativos (RELPE), bem como a promover sua utilização como ferramenta de apoio às aprendizagens.

5. Convidar a OEI a que, em conjunto com a SEGIB, desenhe e apresente uma proposta de projetos educativos específicos, com alcance ibero-americano, cujos objetivos sejam propiciar níveis mais elevados de exercício de cidadania para jovens em risco ou em privação da liberdade e que tornem possível a sua inserção na sociedade.

6. Apoiar a contribuição de Comissões Assessoras de Especialistas Ibero-Americanos da OEI em diferentes especialidades educativas, bem como a criação e entrada em funcionamento de Institutos para o Desenvolvimento e a Inovação Educativa (IDIEs) nos países da nossa região.

7. Apoiar a iniciativa da OEI sobre a criação de um Centro Ibero-Americano de Altos Estudos Universitários, instituição que se propõe contribuir decisivamente para a integração e o desenvolvimento regional, a melhoria da qualificação dos nossos jovens e a efetiva constituição do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) e integrar esta proposta no Programa de Ação Presidencial a ser dotado no âmbito da XVIII Cimeira Ibero-Americana.

8. Apoiar a Unidade Coordenadora constituída pela OEI, a SEGIB e o CUIB na elaboração, pelo comité técnico, do plano operativo sobre a nova iniciativa Ibero-Americana de mobilidade de estudantes e docentes “Pablo Neruda”.

9. Acolher a proposta “Metas Educativas 2021: a educação que queremos para os jovens dos Bicentenários”, apresentada pelo Ministro da Educação da Argentina, comprometendo-nos a avançar na elaboração de seus objetivos, metas e mecanismos de avaliação regional, em harmonia com os planos nacionais, e a iniciar um processo de reflexão para dotá-la de um fundo estrutural e solidário. Com base no anterior, submetemos à consideração dos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos a inclusão desta iniciativa no Programa de Ação Presidencial, a ser adotado no âmbito da XVIII Cimeira Ibero-Americana.

10. Agradecer aos organismos internacionais o apoio que vêm dando ao desenvolvimento das nossas políticas e sistemas educativos, especialmente no âmbito da cooperação interagencial e, especialmente, à OEI pelo apoio proporcionado à realização desta Conferencia e pelo seu trabalho permanente em favor da cooperação educativa ibero-americana.

11. Agradecer finalmente, ao Governo e ao povo de El Salvador, o caloroso acolhimento, cortesia e eficiente organização, oferecidos através do seu Ministério da Educação, e que contribuiram, decisivamente, para o sucesso desta Conferência.

Ficha Técnica Gênero e Políticas da Mulher 2008

Conferência:	II Conferencia Iberoamericana de Género		
Secretaría Pro-Tempore : ISDEMU – Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher			
Contacto:	Claudia Belismellis Pullinger	Website:	www.isdemu.gob.sv
Cargo:	Gerente técnica	Endereço:	9ª Avenida Norte, 120 São Salvador, El Salvador
e-mail:	c.belismellis@isdemu.gob.sv		
Telefone:	(503) 2221 2100		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Re-uniões Ministeriais Setoriais	Dirección:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniones Recientes			
2008:	II Conferência, São Salvador (El Salvador), 5-6 junho		
2007:	I Conferência, Santiago (Chile), 11-12 outubro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Observatório de Igualdade			
Campanha contra a violência de Gênero			
Perspectiva de Gênero: Inclusão em todos os programas de cooperação e atividades da SEGIB			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafos 1, 17, 18 e 26 - Compromisso de São Salvador parágrafo 5 - Programa de Ação de São Salvador parágrafos 12 e 38			

II Conferência Ibero-Americana de Género Género, Juventude e Desenvolvimento

São Salvador, El Salvador, 5 e 6 de junho de 2008

As Minsitras e autoridades Ibero-Americanas da Mulher ou suas representantes, reunidas na II Conferência Ibero-Americana de Género denominada “Género, Juventude e Desenvolvimento” em São Salvador, nos dias 5 e 6 de Junho de 2008; no âmbito da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Considerando:

- 1.** Que a declaração de Santiago das e dos Chefes de Estado e de Governo da XVII Cimeira Ibero-Americana, destaca a necessidade de assegurar um crescimento económico duradouro que garanta o desenvolvimento humano sustentável e a capacidade do Estado para implementar políticas e programas com esse fim;
- 2.** Que a XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo tema é “Juventude e Desenvolvimento” e no âmbito da qual se estabeleceu o ano de 2008 como o Ano Ibero-Americano da Juventude, representa uma oportunidade para apresentar à juventude a vontade dos nossos países do desenvolvimento em igualdade e equidade de género;
- 3.** Que o compromisso assumido pelos nossos Estados no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas oferece a plataforma para a formulação de políticas, planos e programas destinados a desenvolver ações para superar as desigualdades e as iniquidades de género na população jovem Ibero-Americana.
- 4.** Que os estatutos da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), aprovados na IX Conferência de Ministros da Juventude (Lisboa, 1998) e alterados na XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Em Havana, 2006) estabelecem que a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), no âmbito da sua missão institucional, contribui, mediante a aplicação das suas atividades, planos e programas de cooperação, para promover a equidade de género enquanto um eixo transversal das políticas públicas da juventude;

5. Que a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (1979), a Plataforma Mundial de Ação de Beijing (1995), a Resolução 62/126 da Organização das Nações Unidas, “Políticas e Programas relativos à juventude: a juventude na economia mundial, fomento da participação dos jovens no desenvolvimento social e económico” de Fevereiro de 2008, constituem a desenvolver ações para erradicar as desigualdades e as iniquidades de género da população jovem Ibero-Americana.

6. Que o Consenso do México de Junho de 2004, o Consenso de Quito de Agosto de 2007, a Primeira Conferência Ibero-Americana de Género: “Género e Coesão Social” realizada em Outubro de 2007, a Convenção de Belém do Pará” de 1994, constituem a base dos nossos trabalhos a nível Ibero-Americano.

7. Que a juventude é a etapa da vida na qual se adquire autonomia e esta mudança nas relações de dependência, contribui para o processo de desenvolvimento e o crescimento económico dos nossos países. Portanto, é necessário promover políticas destinadas a garantir o exercício da sua cidadania plena e o desenvolvimento das suas capacidades, para superar a desigualdade e discriminação de género que ainda persistem.

Acordamos:

1. Incentivar a formulação, aplicação e avaliação de políticas públicas, planos e programas com uma perspectiva de género, que contribuam em diminuir as disparidades de género entre as e os jovens, prevenir problemas sociais que afetam a juventude, tais como: gravidez não desejada, infecções de transmissão sexual incluindo o HIV/SIDA, exploração sexual e práticas de risco.

2. Promover políticas públicas, especialmente de carácter educativo, em matéria de saúde sexual e reprodutiva em função as necessidades e interesses das pessoas jovens.

3. Apoiar firmemente todas as ações destinadas a fortalecer a participação e a cidadania plena das e dos jovens, promovendo a sua organização, de acordo com os princípios da igualdade e equidade de género, com o fim de facilitar a sua contribuição para a formulação e execução de políticas públicas para o seu pleno desenvolvimento.

4. Promover planos e programas com uma perspectiva de género, que considerem as necessidades e expectativas das jovens, que vivem em condições de discriminação e vulnerabilidade por razões de raça ou etnia, residência rural-urbana, incapacidade, migração ou refugio, orientação sexual, gravidez e chefia de família.

5. Apoiar a coordenação de programas intersetoriais com uma perspectiva de género, dirigidos às e aos jovens em conflito com a lei no âmbito da prevenção, do pleno acesso a justiça, educação e inserção social, como parte de um processo de desenvolvimento integral e respeito incondicional dos direitos humanos.

6. Fomentar nos âmbitos privado, comunitário e público a co-responsabilidade e a erradicação dos estereótipos de género, especialmente no trabalho doméstico e de cuidado, que afetem o exercício dos direitos das e dos jovens, para construir relações mais justas, igualitárias e equitativas.

7. Desenvolver, promover e partilhar as boas práticas de ações positivas, que conduzam a uma maior integração de mulheres jovens nas instâncias de poder político, social e económico, nos âmbitos nacionais e regionais.

8. Constatar os progressos no lançamento do Observatório de Género, sugerindo que se incluam indicadores sobre a juventude e solicitar a SEGIB, que no documento da América Latina sejam integrados os dados correspondentes a Península Ibérica dando lugar a um documento Ibero-Americano.

9. Adotar as medidas necessárias que contribuam para a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, especialmente as jovens. Apoiar o acordado nos pontos xv e xxviii dos Consensos do México e Quito respectivamente.

10. Propor o lançamento de um programa Ibero-Americano para prevenir e fazer face à violência intrafamiliar e de género entre jovens. Solicitar à Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) que elabore uma proposta com o apoio dos ministérios e mecanismos nacionais e subregionais da mulher, de acordo com o manual da Cooperação Ibero-Americana, com a vista à sua integração no Programa de Ação da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

11. Promover o fortalecimento da cooperação internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul, para apoiar a execução de programas a serem desenvolvidos no âmbito da implementação de iniciativas Ibero-Americanas, incluindo o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude, logo que este seja aprovado.

12. Promover políticas públicas para a não discriminação, igualdade e equidade de tratamento para as mulheres jovens no acesso e permanência no emprego, assim como o respeito pelos seus direitos laborais e estímulo à sua organização.

13. Incentivar o desenvolvimento de planos e programas de incentivo ao empreendimento económico e produtivo das mulheres jovens que incluam acesso ao financiamento, capacitação e apoio técnico.

14. Integrar uma linguagem inclusiva não sexista em todos os documentos oficiais: declarações, relatórios nacionais, regionais e internacionais.

15. Estimular o desenvolvimento de investigações e estatísticas que permitam conhecer as contribuições e problemas distintos das e dos jovens, que alimentem os sistemas nacionais de informação e o Observatório de género.

16. Transmitir ao Governo da República Bolivariana da Venezuela nossa congratulação pela criação de um Ministério de Estado para os Assuntos da Mulher e ao Governo Espanhol, pela criação do Ministério da Igualdade.

17. Reconhecer a causa da jovem mexicana Eufrosina Cruz Mendoza, indígena zapoteca, como forma de garantir o pleno exercício da cidadania das mulheres jovens indígenas.

18. As Ministras e altas autoridades Ibero-Americanas da Mulher e seus representantes, agradecem ao Governo e ao Povo de El Salvador a sua hospitalidade e a excelente organização desta Conferência.

As Ministras e autoridades Ibero-Americanas da Mulher e seus representantes subcrevem a presente Declaração em dois textos originais nas línguas espanhol e portuguesa, ambos igualmente válidos, em São Salvador, El Salvador, em 6 de Junho de 2008.

Ficha Técnica Infância e Adolescência 2008

Conferência:	X Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência		
Secretaria Pro-Tempore : Secretaria Nacional da Família de El Salvador			
Contato:	Andrés Norberto Gámez Alvarenga / Alhena Masferrer	Website:	www.isna.gob.sv
Cargo:	Chefe da Unidade Planificação e Desenvolvimento ISNA / Diretora para Infância e Adolescência, Saúde Mental e Programa Ternura	Endereço:	Avenida Irazú y final Calle Santa Marta Apartado Postal 2690 São Salvador, El Salvador
e-mail:	planificación@isna.gob.sv amasferrer@snf.gob.sv		
Telefone:	(503) 2213 4797 / 2244 2779		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 19 junho		
2007:	IX Conferência, Pucón (Chile), 28-29 maio; Reunião da Troika, Santiago (Chile), 19-20 março		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Formação em Políticas de Infância (Programa)			
Observações			
Nesta RMS participam organismos internacionais como a UNICEF, CEPAL e a OIT. Desde 2004, realiza-se um foro prévio de ONG's, cujas conclusões são apresentadas à Conferência Ministerial. Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafo 13 - Programa de Ação de São Salvador parágrafos 21 e 22			

X Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência

São Salvador, El Salvador, 19 de junho de 2008

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência dos países Ibero-Americanos, presentes na cidade de São Salvador, República de El Salvador no dia 19 de Junho do ano de 2008, no âmbito da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, desenvolvida sob o lema "Garantia e Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, e Prevenção de Riscos para o Pleno Desenvolvimento".

Considerando:

1. Que todos os Estados Ibero-Americanos, estão comprometidos com a aplicação da Convenção dos Direitos da Criança, e que o superior interesse das crianças e dos adolescentes deve estar no centro de todas as decisões, de todas as políticas públicas, estratégias e ações que os afectam;
2. Que a implementação de leis com efeitos extraterritoriais e de medidas unilaterais contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas, criam obstáculos ao desenvolvimento económico e social dos países em que se desenvolvem, afectando em particular o cumprimento efectivo dos direitos das crianças e dos adolescentes e as políticas conducentes ao seu pleno desenvolvimento;
3. Que os compromissos assumidos nas anteriores Conferências Ibero-Americanas da Infância e Adolescência, constituem uma importante base de trabalho para as autoridades com responsabilidades em matéria de políticas públicas, para um desenvolvimento integral da infância e da adolescência;
4. Que a criação e o fortalecimento dos sistemas integrais de prevenção e protecção dos direitos das crianças e dos adolescentes são fundamentais para um desenvolvimento humano sustentável;
5. Que é necessário tomar medidas para enfrentar os riscos ou efeitos da crise global de alimentos, que podem criar dificuldades aos Estados Ibero-Americanos, por forma a garantir que as crianças e os adolescentes tenham acesso a uma alimentação adequada e em consonância com as parâmetros culturais e territoriais de cada país;

6. Que as famílias constituem um espaço privilegiado para as acções de prevenção dos riscos e do respeito pelos direitos das crianças e dos adolescentes;

7. Que os Estados Ibero-Americanos se comprometeram a adoptar acções com vista a erradicar todas as formas de violência, exploração, discriminação e a fazer face situações de vulnerabilidade que afectem as crianças e os adolescentes;

8. Que os meios de Comunicação Social são actores que devem assumir a sua responsabilidade social, e contribuir para a construção de uma cultura de direitos, e para a promoção do respeito mútuo entre adolescentes, jovens e adultos;

9. Que é necessário reconhecer a importante contribuição que as organizações não governamentais, os movimentos sociais, as organizações de crianças e de adolescentes, assim como o contributo que as associações de cidadãos realizam na promoção, protecção e reposição dos direitos das crianças e dos adolescentes;

10. Que na actualidade existe um Programa Ibero-Americano, dirigido ao reforço dos sistemas integrais de protecção de crianças e de adolescentes, aprovado na XVII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada no ano 2007, que permitirá o seguimento dos compromissos assumidos nas Conferências Ibero-Americanas de Ministros, Ministras e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência;

11. Que em diversos Fóruns nacionais e internacionais, as crianças e os adolescentes, manifestaram a necessidade em produzir avanços conducentes a um efectivo exercício do seu direito à participação;

Acordamos:

1. Continuar a impulsionar e a desenvolver políticas públicas integrais para dar cumprimento aos compromissos assumidos pelos Estados Ibero-Americanos a favor das crianças e dos adolescentes, no âmbito da Convenção sobre os Direitos da Criança e demais compromissos internacionais assumidos pelos nossos Estados;

2. Promover e partilhar programas e estratégias regionais e Ibero-Americanas sustentadas na abordagem dos direitos e em concordância com a

Convenção dos Direitos da Criança, que inclua acções promotoras da participação das crianças e dos Adolescentes em todos os assuntos que lhes digam respeito, contra a violência, os maus-tratos, o abuso, a gravidez na adolescência, a exploração sexual comercial, a exploração laboral, o trabalho infantil, o tráfico de pessoas e o tráfico ilícito de migrantes;

3. Promover a concepção e a implementação de estratégias regionais conjuntas, com enfoque nos direitos, que dêem resposta aos problemas que ultrapassam as fronteiras dos Estados e põem em risco as crianças e os adolescentes, especificamente em matéria de migrações.

4. Implementar e dar seguimento às recomendações do Estudo das Nações Unidas sobre a violência contra a infância e a adolescência, e partilhar experiências de aprendizagem entre os Estados membros dos mecanismos existentes no âmbito da Conferência Ibero-Americana da Infância e Adolescência, com o apoio da cooperação Internacional e de organismos especializados, tal como o Instituto Inter-Americano da Criança;

5. Submeter à consideração da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a inclusão na sua Declaração, da necessidade de promover, na abordagem da temática Infantil, ações conjuntas sobre proteção contra crimes informáticos que atentem contra os direitos e a segurança das crianças e dos adolescentes, tais como a exploração sexual comercial e a pornografia infantil;

6. Questionar a OIT sobre a continuação do seu apoio incentivo e apoio às estratégias desenvolvidas por muitos países Ibero Americanos, para erradicar o trabalho infantil e dos adolescentes;

7. Apelar aos meios de comunicação, públicos e privados, para que contribuam para a consolidação de uma cultura de paz, possibilitando, através da sua programação, a promoção do fortalecimento das famílias e do respeito pelos direitos das crianças, adolescentes e jovens numa base dos direitos e liberdades inerentes à liberdade de expressão;

8. Submeter a consideração dos Chefes de Estado e de Governo dos países Ibero-americanos a proposta apresentada pela Organização Ibero Americana de Juventude, denominada "Programa Ibero-Americano de sexualidade, afectividade e prevenção da gravidez na adolescência", para que seja incluída no Programa de Ação presidencial a ser adoptado no âmbito da XVIII Cimeira Ibero-Americana;

9. Incentivar e garantir que as crianças e os adolescentes possam expressar as suas opiniões, sem menosprezo das suas capacidades e direitos, garantindo para isso a abertura de espaços políticos e sociais idôneos, que acolham as suas diferentes formas de organização e participação, e estabelecer mecanismos para a sua monitorização,

10. Estabelecer os objetivos e os âmbitos de aplicação do Fundo Ibero Americano da Infância, no contexto do programa Ibero Americano para o Reforço dos Sistemas Integrais de Protecção à Infância e Adolescência, destinado à implementação de acções de cooperação horizontal, entre os Estados Ibero Americanos, através de um Conselho Técnico formado especificamente para estes fins, com a participação dos nossos países;

Agradecemos:

1. De maneira especial às crianças e adolescentes que foram o motivo desta declaração de São Salvador, e que são a razão de ser da missão e dos compromissos dos Ministros, Ministras e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência reunidos nesta Conferência Ibero-Americana.

2. Os esforços e apoios que o Governo Espanhol está a desenvolver no apoio às estratégias promovidas por muitos países Ibero-Americanos e especialmente as que se referem à erradicação do trabalho infantil e dos jovens na América Latina, através do Programa IPEC da OIT;

3. Ao Governo do Chile pelo seu contributo ao Fundo Ibero Americano de Infância e Adolescência;

4. Ao Fórum Ibero-Americano das Organizações não Governamentais e ao Fórum das Crianças, realizados na cidade de São Salvador, nos dias 14 de junho, e 16, 17 e 18 de junho, respectivamente, pela sua participação e compromisso com a infância e adolescência Ibero-Americana;

5. Ao Governo e ao povo de El Salvador e ao Gabinete da Senhora Primeira Dama da República de El Salvador, à Secretaria Nacional da Família, à Secretaria da Juventude de El Salvador, ao Conselho Nacional de Segurança Pública de El Salvador e ao Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento Integral da Infância e Adolescência, a sua amável hospitalidade e a sua contribuição para o desenvolvimento desta Conferência;



6. Ao Governo de Portugal, pela sua disponibilidade para acolher a XI Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência;

7. À Secretaria-Geral Ibero Americana (SEGIB) e à Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) pela sua participação na coordenação desta Conferência,

8. À Organização Internacional das Migrações, à Organização Panamericana da Saúde, à Organização Internacional do Trabalho, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ao Instituto Interamericano da Criança e do adolescente, e Save the Children El Salvador pelos seus contributos para o êxito desta Conferência.

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência dos países Ibero-Americanos subscrevem a presente Declaração, nas suas versões em espanhol e português, ambas igualmente válidas, em São Salvador, aos dezoito dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito.

Ficha Técnica Justiça 2008

Conferência:	XVI Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos	
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Segurança Pública e Justiça de El Salvador		
Contato:	José Carlos Marrochi	Website: www.mspj.gob.sv
Cargo:	Subdirector de Seguridad Ciudadana	Endereço: Plan Maestro, Centro de Gobierno Alameda Juan Pablo II y 17 Av. Norte, Edificios B I, II y III.
e-mail:	jose.urrutia@seguridad.gob.sv	São Salvador, El Salvador
Telefone:	(503) 2506 3262 / 7890 3902	
Fax:	(503) 2221 3688	
Secretaria País Sede: Ministério da Justiça da Costa Rica		
Contato:	Liliana Rivera	Website: www.mj.go.cr
Cargo:	Assessora da Ministra da Justiça	Endereço: Apartado 5685-1000 São José, Costa Rica
e-mail:	lriviera@mj.go.cr	
Telefone:	(506) 2202 0791 / 2280 7776	
Fax:	(506) 2234 7959	
Secretaria Técnica: COMJIB - Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos		
Contato:	Víctor Moreno Catena-Secretário-Geral Elena Domínguez	Website: www.comjib.org Endereço: Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
Cargo:	Coordenadora	
e-mail:	elena.dominguez@comjib.org	
Telefone:	(34-91) 575 3624	
Fax:	(34-91) 435 1972	
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana		
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website: www.segib.org
Cargo:	Subdirectora, División de Reuniones Ministeriales Sectoriales	Endereço: Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org	
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995	
Fax:	(34-91) 590 1982	
Reuniões Recentes		
2008:	XVI Conferência, São José (Costa Rica), 18-19 setembro	
2006:	XV Conferência, Las Palmas, Ilhas Canárias (Espanha), 28-29 setembro	
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Assessoria em Políticas Públicas e Fortalecimento Institucional		
IberRed	Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica Internacional	www.iberred.org
Observações		
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafos 10 e 17 - Programa de Ação de São Salvador parágrafos 9 e 10		

XVI Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos **São José, Costa Rica, 18 e 19 de setembro de 2008**

Ata Final

A convite da Ministra de Justiça da Costa Rica, em nome de seu Governo, se celebrou em São José da Costa Rica, durante os dias 18 e 19 de setembro de 2008 a XVI Conferência de Ministros de Justiça dos Países Iberoamericanos.

Estiveram presentes: A Argentina, A Bolívia, O Brasil, O Chile, A Colômbia, A Costa Rica, Cuba, O Equador, El Salvador, A Espanha, A Guatemala, Honduras, O México, A Nicarágua, O Panamá, O Paraguai, O Peru, Portugal, A República Dominicana e O Uruguai.

Foi eleita Presidente da reunião a Sra. Ministra de Justiça da Costa Rica, Laura Chinchilla, e como vice-presidentes, o Ministro de Justiça da Espanha, Mariano Fernández Bermejo, e o Sub-procurador Jurídico e de Assuntos Internacionais do México, Juan Miguel Alcántara.

Foi adotada a Ordem do Dia proposta.

O Secretário Geral apresentou um relatório sobre as atividades da Conferência de Ministros no período compreendido entre setembro de 2006 e setembro de 2008, que foi aprovado.

O Secretário Geral informou, igualmente, sobre o estado contábil e financeiro da Conferência, resultando seu relatório aprovado.

Foi apresentado o regulamento de funcionamento da Conferência e suas normas de desenvolvimento, resultando ambas aprovadas.

Se informou de que dos novos países: O México e o Uruguai ratificaram neste período o Tratado Constitutivo da Conferência e de que um terceiro, Nicarágua, se encontra em trâmites de ratificação.

Se apresentaram relatórios específicos sobre as linhas de atuação relativas a “Reforma dos sistemas penais em Iberoamérica”, “Acesso à Justiça”, “Impunidade, Segurança e Justiça”, “Sistemas Penitenciários”, “Novas Tecnologias”, “Cooperação Jurídica Internacional” e “Violência de Gênero”, pelos países responsáveis de cada linha de atuação.

A **CONFERÊNCIA**, havendo examinado o relatório da Secretaria-Geral à vista dos documentos apresentados, assim como os relatórios específicos apresentados, levando em consideração os debates gerados,

REAFIRMA a atualidade dos fundamentos e princípios que inspiraram sua criação, e seu compromisso com as linhas de trabalho iniciadas, que se traduzem em uma importante participação dos países que a integram nas atividades desenvolvidas;

e **PROCLAMA** seu interesse em continuar os trabalhos empreendidos, como um indubitável elemento de fortalecimento da cooperação entre países da região Iberoamericana, com base nas seguintes linhas de atuação para o período 2009-2010:

I. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

1.1. Declaram

Que reconhecem o trabalho realizado pela Secretaria-Geral para fortalecer a institucionalidade da Conferência e destacam a importância de continuar o trabalho de institucionalização da Conferência, conscientes de que esta nova dimensão a dotará de uma maior fortaleza na sua posição no setor Justiça a nível internacional e servirá de base para continuar avançando no fortalecimento da Conferência e em suas relações com terceiras instituições com as que compartilham o mesmo marco de ação:

1.2. Recomendam

Que a Secretaria-Geral, junto com quantas ações tenham como objetivo o fortalecimento da Conferência encaminhe seus esforços no sentido de:

1. Estudar a situação do sistema de Justiça em Andorra com o fim de poder iniciar relações com o Principado, tendentes, em seu caso, a sua incorporação à Conferência.

2. Assinar de um Convenio Marco de colaboração com o Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a prevenção do delito e o tratamento do delinqüente (ILANUD)

3. Promover a assinatura do Memorandum de Entendimento entre IberRed e Eurojust, no marco da linha de trabalho de cooperação jurídica internacional.

4. A aproximar posições às Redes Judiciais Europeas Penal e Civil e Mercantil, tendentes a facilitar o intercâmbio de informação entre seus membros e os da Rede Iberoamericana de Cooperação Jurídica Internacional.

5. Identificar e promover espaços comuns com outras redes de cooperação de âmbito iberoamericano.

6. Estabelecer um sistema comum de cálculo das contribuições voluntárias dos países, consistente na proposta formulada de acordo ao modelo de contribuição das Nações Unidas, sem prejuízo da consulta que cada país deve realizar a nível interno.

II. ÁREAS DE TRABALHO

1.1. Declaram

A conveniência de continuar trabalhando nas linhas de ação identificadas, dando continuidade aos esforços realizados, em matéria de reforma da justiça, acesso à justiça, cooperação jurídica internacional e a incorporação das novas tecnologias ao processo, para a democratização da justiça.

O interesse em incorporar como linhas de trabalho independentes relativas a reforma de sistemas penitenciários e luta contra a impunidade; segurança e justiça, integrando a área temática de luta contra a delinquência organizada internacional dentro do capítulo de cooperação jurídica internacional.

Incorporar como linhas específicas de trabalho dentro das anteriores as relativas ao fortalecimento e garantia dos direitos dos cidadãos no processo, a transparência e a qualidade da justiça, a reforma do processo civil e a perspectiva das políticas migratórias.

1.2. Recomendam

Sem prejudicar o processo de continuar aprofundizando nos intercâmbios de experiências, um enfoque prático de cada linha de trabalho, baseado em um sistema de apoio a planos nacionais, subregionais e regionais, apresentados pelos países interessados na Secretaria-Geral, para a implementação de programas específicos que levem à prática das lições aprendidas mediante os encontros de intercâmbio de experiências e os estudos de direito realizados na etapa precedente.

A. PROCESSOS DE REFORMA DA JUSTIÇA

1.1. Declaram

Que os trabalhos realizados pela Secretaria-Geral e os especialistas encarregados do desenvolvimento desta linha de trabalho, o estudo de direito comparado sobre reforma da Justiça e as conclusões do encontro sobre experiências nas reformas dos sistemas penais em Iberoamérica, celebrado na Cidade do México do dia 25 ao 27 de junho de 2008, deram cumprimento às recomendações realizadas na XV Conferência dos Ministros de Justiça, tendentes a analisar a situação atual das reformas e apresentar sugestões de cooperação.

Que a elaboração do estudo de direito comparado realizado sobre indicadores harmonizados no setor justiça, que permitam avaliar a qualidade da administração de Justiça no âmbito iberoamericano, é base prévia para o desenvolvimento de um sistema de estatística judicial harmonizada, que propenda ao mesmo fim.

Que o marco das reformas dos sistemas penais, resultam de destacado interesse: a incorporação da oralidade à fase prévia à audiência, a revisão da regulamentação das medidas cautelares, a consideração dos mecanismos alternativos da solução de conflitos, as formas de finalização de processos mediante acordos; e a incorporação das novas tecnologias a todas as etapas do processo com salvaguarda das garantias processuais.

Que na atualidade resulta de especial interesse dos Ministros de Justiça, sem renunciar ao estudo e apoio a outros processos de reforma empreendidos, na matéria civil ou constitucional, a situação dos processos de reforma do processo penal, cujo impulso e seguimento deve ser dirigido e coordenado pelos Ministérios de Justiça; e para avançar nesta linha de atuação.

1.2. Recomendam

Que a Secretaria-Geral da Conferencia de Ministros de Justiça dos Países Iberoamericanos continúe os trabalhos empreendidos na profundização nas reformas dos processos penais, incitando-a a identificar áreas de interesse comum e a apoiar o início na pratica das mesmas com uma visão regional e em concreto:

- Que, para avançar nesta nova etapa, se apoiem projetos regionais, sub-regionais e nacionais ali onde exista uma vontade dos países em por marcha novas formas penais, de maneira que a Secretaria-Geral atue onde exista uma vontade dos países para por em marcha novas reformas penais, de modo que a Secretaria-Geral atue prestando seu apoio técnico a requeri-

mento dos Estados parte prestando seu apoio técnico para uma adequada profundização nas matérias que dentro do âmbito forma penal,

- Resultaram identificadas como prioritários, e aqueles outros que possam ser, se façam oficinas de intercâmbio de experiências.

- Que se continue o trabalho de recopilação de informação sobre os indicadores de Justiça identificados, mantendo os dados atualizados e disponíveis para os países da Comunidade Iberoamericana, como base para a criação de um futuro sistema iberoamericano de estadística judicial.

- Que a Secretaria-Geral apoie iniciativas dos países membros relativas ao fortalecimento dos específicos processos de reforma nos que se encontram imersos, atendendo a sua realidade específica, sejam estes processos de reforma penal, civil ou constitucional, prestando-lhes, quando pedidos, assistência técnica.

B. SISTEMA DE ACESSO À JUSTICIA

1.1. Declaram

Que o estudo de direito comparado elaborado, junto com o encontro em matéria de acesso à justiça celebrado em Santiago de Chile nos dias 7 e 8 de agosto de 2008, dando continuidade a trabalhos prévios da Conferência, supõem as premissas de uma análise mais profundo dos distintos elementos que favorecem o acesso à justiça.

Que o acesso à justiça é uma exigência das modernas democracias, que constituem premissa indispensável para garantia da justiça, que deve ser abordada desde dos Ministérios de Justiça, como política pública de Estado.

Que as políticas de acesso à justiça devem responder às concretas realidades das áreas geográficas nas que vão ser implantadas, por tanto combinado com planes nacionais, subregionais ou regionais de atuação.

1.2. Recomendam

- Que a Secretaria-Geral priorize a linha de atuação, potenciando as colaborações entre a Secretaria-Geral e os países interessados, assim como as alianças de vários Estados entre si.

- Que se desenhe ações concretas com adoção de medidas de impacto que se possam medir, que repercutem na melhora da qualidade da Administração de Justiça.

- Que os trabalhos desta linha de atuação se orientem à possível apresentação no momento em que se deram as condições para isto, de um programa iberoamericano de cooperação, a apresentar, em seu caso, à Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo.

- Que, para avançar nesta linha, se priorizem algumas das ações identificadas no documento de linhamentos.

- Que, atendida a relevância da situação dos jovens ante à Justiça, se apoie iniciativas de acesso à Justiça que incorporem a este coletivo como grupo de destinatários prioritario, fomentando o conhecimento de seus direitos, e especialmente dos reconhecidos na Convenção Iberoamericana de Direitos dos Jóvenes.

C. IMPUNIDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

1.1.Declaram

Que a luta contra a impunidade constitui um objetivo prioritario dos países membros da Conferência, devendo ser esta orientada desde uma perspectiva de política de Estado, como uma ação global dos Governos, na que destaca o papel de planificação, coordenação e execução, reservado aos Ministérios de Justiça.

Que a análise dos mecanismos de luta contra a impunidade e de reforma de levá-los à prática pelos países, constitui um elemento prioritário das atuais políticas públicas na área iberoamericana.

Que a luta contra a impunidade, na medida em que constitui a análise do binômio segurança-justiça, deve abordar-se desde uma perspectiva plural, referida, ao estudo dos mecanismos, não somente legais, senão institucionais e orgânicos, que os países possam empregar para a adoção de medidas eficazes.

Que os aspectos relacionados a “impunidade-segurança-justiça”, se bem guardam relação com a matéria de acesso à Justiça e podem englobar-se no mais genérico conceito de área prioritária de reforma processual penal, gozam pela sua própria natureza de autonomia suficiente para ser estudadas de forma independente, com o fim de poder aprofundizar-se nos distintos aspectos a que se referem.

Que a este propósito serviram o estudo de direito comparado elaborado e o encontro de especialista para a identificação de linhas prioritárias levadas a cabo em Bogotá (Colômbia) em setembro de 2008.

1.2. Recomendam

- Que a Secretaria-Geral dê seguimento a uma linha de trabalho referida à análise conjunta dos problemas de impunidade, segurança e justiça.
- Que se continue a análise das atuações dos Estados parte da Conferência, mediante um encontro de especialista que se focalizem nos aspectos mais relevantes identificados, realizando propostas de atuação concretas a nível nacional, subregional ou regional.
- Que das ações iniciadas se identifiquem as áreas prioritárias nas que aprofundizar com ações concretas, dando assistência técnica a requerimento dos países da Comunidade na implantação de concretos projetos que redundem em benefícios de uma maior Segurança.

D. SISTEMAS PENITENCIÁRIOS

1.1. Declaram

Que a problemática penitenciária em Iberoamérica constitui área de trabalho prioritária para os países da região, que abordam esta questão desde uma ótica multidisciplinar.

Que o novo enfoque dos sistemas penitenciários têm um importante papel os Ministérios de Justiça, que deveram estar coordenados com os responsáveis diretos das políticas penitenciárias.

Que esta visão global do problema penitenciário tem que abranger não somente os aspectos relativos ao regime e sistema penitenciários, senão também e especialmente os aspectos relativos à saúde, emprego do tempo livre, reeducação e mecanismos alternativos às penas privativas de liberdade, como elementos complementários de extraordinário valor em uma moderna política penitenciária.

Que os trabalhos realizados pela Secretaria-Geral no estudo da matéria, com um enfoque multidisciplinar e comparado dos sistemas da região caracterizado nesta perspectiva da matéria, sendo reforçado graças ao encontro de especialistas celebrado em Cartagena de Indias em agosto de 2008.

Que a própria entidade da matéria e sua destacada ampliação levaram a uma autonomia na sua análise, fora de sua originária área de foco, dentro da linha de reforma penal, precisa para poder abordar seus estudos em todas as dimensões.

1.2. Recomendam

- Que a Secretaria-Geral dê seguimento a uma linha de trabalho referida de forma exclusiva a análise dos sistemas penitenciários, no sentido amplo da matéria.
- Que nestes esforços se busque a coordenação com outros operadores nacionais e internacionais responsáveis de políticas penitenciárias, assegurando com isso a coerência e eficiência dos trabalhos realizados.
- Que a linha compreenda, ao menos, ações referidas a: Propostas de temas capacitação de responsáveis e funcionários penitenciários, direitos humanos e direitos civis e políticos da população reclusa, penas alternativas à prisão, registro de penas ou registro criminal e regime e tratamento.
- Que se aprofundize nos aspectos mais relevantes das reformas penitenciárias, empregando a técnica de transferência de conhecimentos entre Estados, como fórmula de aproveitamento das melhores práticas.
- Que, nesta mesma linha de transferência de melhores práticas, a Secretaria-Geral fomente as ações de capacitação, a organização de boas práticas e os intercâmbios de experiências relativas à implantação de concretas reformas penitenciárias nas áreas identificadas pelos países como prioritárias.
- Que se desenvolvam linhas de trabalho destinadas a sensibilizar a sociedade em todas as suas áreas, com respeito a importância de atender e investir recursos públicos e privados nas reformas penitenciárias.

E. NOVAS TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA

1.1. Declaram

Que os Ministros de Justiça reconhecem a importância das novas tecnologias nos processos de modernização dos sistemas de Justiça do âmbito iberoamericano, contribuindo à criação de uma Justiça mais eficiente, eficaz e justa, mediante a redução dos prazos processuais e o facilitamento do acesso à Justiça dos mais desfavorecidos.

Que consideram que a incorporação à justiça das novas tecnologias não se refere de forma exclusiva ao processo em si, seja este penal ou civil, senão que tem que referir-se igualmente à própria gestão da justiça, mediante a criação de novos escritórios judiciais, que respondam às novas formas de gerência processual. Do mesmo modo a relação das partes e atores jurídicos em geral com o processo seria mais ágil e eficiente se se apoiasse em novos métodos tecnológicos que estabelecidos com as devidas garantias não redundou em uma menor segurança jurídica.

Que compreendem que a aplicação das novas tecnologias ao processo penal supõem a incorporação de novos meios e técnicas probatórias, que exigem uma adequada valoração dos direitos em conflito assim como uma apropriada regulamentação das mesmas a favor das garantias processuais.

Que valorizam as vantagens que para a cooperação judicial internacional supõe a incorporação das novas tecnologias, que deve ir acompanhada da aplicação do princípio de confiança mútua.

Que percebam que, entretanto a existência de realidades diferentes em cada país, podem advertir-se áreas de interesse como nas que se poderia avançar de forma conjunta em virtude de projetos nacionais, subregionais ou regionais.

1.2. Recomendam

Que a Secretaria-Geral da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos colabore com os Estados parte através de vários tipos de atividades, todas elas complementárias entre si:

- **Facilitando** um espaço de intercâmbio de informações, assim como garantindo sua atualização, na própria página Web da conferência.
- **Fomentando** os encontros de especialistas nas matérias concretas identificadas, a nível regional ou subregional, assim como entre aqueles países que identifiquem uma área de interesse comum, propiciando a multidisciplinaridade das oficinas de trabalho.
- **Procurando** acompanhamento através de assistências técnicas ou outras fórmulas de apoio àqueles países que se mostrem interessados em começar o funcionamento de algum aspecto relativo às novas tecnologias, facilitando os projetos de transferência de conhecimento entre Estados parte da Conferência.

- **Preparando** um esboço de convênio marco entre Estados que possa ser empregado por estes para a transferência bilateral de tecnologia e knowhow associado, assegurando o equilíbrio das partes implicadas.

- **Apoiar** a análise das normas internacionais vigentes com a finalidade de recomendar as modificações pertinentes em vias de uma maior utilização nos mecanismos de cooperação jurídica internacional das novas tecnologias, e especialmente do sistema de videoconferência.

F. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: IBERREDE

1.1. Declaram

Que a rede Iberoamericana de cooperação judicial internacional constitui um mecanismo idôneo para a solução de supostos de caráter transnacional, de natureza civil e penal, que se revelou graças a seu dinamismo.

Que resulta de capital importância buscar flexibilização das formas de cooperação sobre a base da consecução da maior eficiência, dentro do respeito aos limites que impõem as normativas dos estados parte de IberRede.

Que com este objetivo é conveniente aprofundar as formas de emprego das novas tecnologias e a incorporação daqueles mecanismos informais de comunicação que facilitem a solução de conflitos com respeito aos sistemas.

Que o conhecimento pessoal dos pontos de contato e a criação de uma relação de confiança constitui a base essencial desta rede de cooperação.

Que o conhecimento dos sistemas normativos internos dos demais países parte constitui, assim mesmo, um instrumento essencial para chegar a um nível de cooperação.

Que IberRede tem uma vocação aberta de relação com outras redes, pelo que constitui, um desafio presente a busca de concretas fórmulas que permitam esta relação e a obtenção da maior eficiência.

1.2. Recomendam

- **Modificar** a denominação tradicionalmente empregada de “fortalecimento de redes” pela de cooperação “jurídica internacional”, com a finalidade de dar uma visão mais ampla que a relativa as redes de cooperação.
- **Continuar** o trabalho realizado pela Red Iberoamericana de Cooperación Jurídica Internacional, apoiando a realização periódica de encontros de autoridades centrais, como formula de multiplicação de sua eficácia.
- **Potencializar** as ações de difusão da Red entre seus potenciais operadores jurídicos.
- **Apoiar** com assistências técnicas aos países que desejam colocar em funcionamento o módulo de capacitação que a Secretaria-Geral elaborou.
- **Fomentar** a incorporação das novas tecnologias aos projetos de cooperação jurídica internacional.
- **Tratar** de forma específica a matéria da delinqüência organizada transnacional, com especial atenção a harmonização de figuras penais e a incorporação de novas formulas de cooperação internacional.

Os Estados membros da Conferência de Ministros de Justiça de Países Iberoamericanos INSTAM a Secretaria-Geral a elevar através da secretaria Protempore das cúpulas, que exerce a República de El Salvador, e da Secretaria-Geral Iberoamericana, a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo a presente Ata e pôr a consideração dos Chefes de Estado e de Governo a incorporação das seguintes inclusões à Declaração e Documentos Anexo da próxima XVIII cúpula:

“Celebramos os esforços realizados pela Conferência de Ministros de Justiça dos países iberoamericanos para alcançar seu atual grau de institucionalização, que o permitirá continuar trabalhando nas linhas de ação empreendidas, especialmente em acesso à justiça, novas tecnologias nos processos de reformas penais, e incorporar novas áreas dentro do setor Justiça, como a reforma do sistema penitenciário e a proteção dos direitos humanos e de qualidade e a transparência da justiça na Comunidade Iberoamericana.

Cumprimentamos as iniciativas para a melhora da cooperação jurídica na região e as iniciativas levadas a cabo pela Rede Iberoamericana de Cooperación Jurídica Internacional (IberRede), que, integrada por representantes dos Ministérios de

Justiça, os Ministérios Públicos e Fiscais e os Poderes Judiciais, se revelou uma eficiente ferramenta nos processos transnacionais.

Destacamos a relevância que para o setor Justiça tem os jovens, e colocamos de manifesto a necessidade de potencializar as políticas públicas que atuam na sua inclusão social, para evitar a falta de oportunidades que possam derivar em condutas violentas ou delitivas e garantir o acesso efetivo à Justiça. Neste sentido, sublinhamos a importância da entrada em vigor da convenção Iberoamericana dos direitos dos jovens e cumprimos as iniciativas conjuntas que sobre a matéria possam levar a cabo a COMJIB e a OIJ.”

A **CONFERÊNCIA** procedeu a designar os cinco países que hão de integrar a comissão delegada, resultando eleitos Portugal, o Equador, Cuba, Honduras e a Argentina.

A Conferência aceita agradecida o oferecimento do Ministério de Justiça de Portugal de organizar a próxima reunião da comissão.

Foi releito por aclamação Secretario Geral, Víctor Moreno Catena. Assim mesmo, se combinou designar como Secretários Gerais Adjuntos os representantes da Espanha, do México e do Brasil.

A Conferência aceita agradecida o oferecimento, em nome da Procuradoria Geral do México, do Sr. Juan Miguel Alcântara Soria, Subprocurador Jurídico e de Assuntos Internacionais da Procuradoria Geral da República do México, de albergar a XVII Conferência nos Estados Unidos do México, durante o ano de 2010.

FINALMENTE, a Conferência apresenta seu agradecimento ao povo e autoridades da Costa Rica, a cidade de São José e, em especial, a Ministra de Justiça e Graça, Dra. Laura Chinchilla, pela organização desta XVI Conferência e pela ajuda que prestou aos fins de colaboração solidária que a Conferência se propôs.

Se esclarece que a assinatura desta Ata pelos senhores assistentes, há de se atender com as limitações estabelecidas nos respectivos ordenamentos jurídicos de cada um dos países.

Assinam a presente Ata, em quatro originais em português e espanhol na cidade de São José, o encerramento da Conferência, no dia 19 de setembro de 2008.

Ficha Técnica Juventude 2008

Conferência:	XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude		
Secretaria Pro-Tempore : Secretaria de Estado da Juventude de El Salvador			
Contato:	Carlos Alemán / Jorge Muñoz	Website:	www.jovenes.gob.sv
Cargo:	Secretário de Estado / Assessor	Endereço:	Bulevar del Hipódromo, 110 Colonia San Benito São Salvador, El Salvador
e-mail:	jorgem50@jovenes.gob.sv		
Telefone:	(503) 2530 3111 / 7841 3480		
Fax:	(503) 2223 4156		
Secretaria Técnica: OIJ - Organização Ibero-Americana de Juventude			
Contato:	Eugenio Ravinet	Website:	www.oij.org
Cargo:	Secretário-Geral	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	eravinet@oij.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980		
Fax:	(34-91) 577 5039		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XIV Conferência, Santiago (Chile), 29-30 janeiro 2009; Reunião Ibero-Americana de Ministros da Juventude, São Salvador (El Salvador), 3 abril		
2006:	XIII Conferência, Havana (Cuba), 19-20 outubro		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Convênio de Cooperação assinado em 2006 entre SEGIB, OIJ e o Ministério da Juventude, Esportes e Ação Cívica do Haiti			
Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude (aprovado na XVIII Cúpula)			
Observações			
Esta reunião se realiza bienalmente, coincidindo com a Assembleia-Geral da Organização Ibero-Americana de Juventude. A reunião de 2008 celebrou-se, por motivos de força maior, em janeiro de 2009. Em abril de 2008, convocou-se, em São Salvador, uma reunião <i>ad-hoc</i> dada a temática da XVIII Cúpula, para tratar das atividades do Ano Ibero-Americano da Juventude. A XIV Conferência de Ministros e Responsáveis de Juventude, além dos assuntos administrativos, examinou a estratégia de implementação do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude aprovado pelos mandatários.			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS: ver textos integrais da Declaração de São Salvador e do Compromisso de São Salvador para a Juventude o Desenvolvimento.			

Declaração

Reunião Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude

São Salvador, El Salvador, 3 de abril de 2008

Reunidas as e os Ministros e Responsáveis de Juventude Ibero-Americanos em São Salvador, El Salvador, no quadro da XVIII Conferência Ibero-Americana,

Acordamos:

1. Solicitar às e aos nossos Chefes de Estado e de Governo a aprovação na XVIII Cimeira Ibero-Americana o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude como instrumento orientador da articulação dos Estados, da sociedade civil e da cooperação internacional para o pôr em prática as políticas e os planos dirigidos à inclusão social das e dos jovens ibero-americanos.

De igual forma, solicitamos a incorporação -para além da dimensão de género, indígena e afro-descendente- o enfoque de juventude como uma lógica transversal na aplicação das actividades e das acções de cooperação ibero-americana.

2. Mandatar a OIJ para realizar as acções necessárias à elaboração da Estratégia de Implementação do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude que assegurem a sua aplicação por meio de iniciativas concretas a favor das e dos jovens ibero-americanos.

3. Assumimos o compromisso de promover no interior dos nossos países o Ano Ibero-Americano de Juventude, por meio de acções de difusão e actividades dirigidas ao desenvolvimento integral das e dos jovens, no quadro da inclusão social e no esforço de apoiar uma verdadeira cidadania ibero-americana jovem.

4. Assumimos o compromisso para que se mantenha e fortaleça a divulgação da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, a fim de sensibilizar para a necessidade de orientar as políticas públicas de juventude, tendo os direitos como enfoque.



5. Reconhecemos a contribuição e a colaboração das agências de cooperação e de organismos ibero-americanos e internacionais no apoio à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) na elaboração e na definição dos conteúdos e propostas que serão apresentadas no quadro das actividades da Conferência Ibero-Americana.

Agradecemos ao Governo da República de El Salvador, à Secretaria Pro Témporte e à Secretaria da Juventude de El Salvador e seus funcionários, pelo magnífico acolhimento que nos facultaram durante a nossa estadia.

As e os Ministros e Responsáveis de Juventude subscrevem a presente Declaração na cidade de São Salvador, El Salvador, aos três dias de abril de 2008.

XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude Participação e Institucionalidade Juvenil

Santiago, Chile, 29 e 30 de janeiro de 2009

Declaração Final

Reunidos (as) Ministros e Responsáveis de Juventude na XIV Conferência Ibero-americana de Ministros e Responsáveis de Juventude, e sob o lema "Participação e Institucionalidade Juvenil", resolvemos emitir a seguinte declaração:

- Considerando a necessidade de promover na juventude ibero-americana os valores da solidariedade, justiça, tolerância, igualdade, equidade e paz; assim como sua ativa participação como atores sociais protagonistas do desenvolvimento, no contexto de um mundo globalizado e interdependente.
- Considerando a importância das e dos jovens para o desenvolvimento de nossas sociedades, como ficou assinalado na Declaração de San Salvador, no Compromisso de San Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento e nas próprias deliberações da XVIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em El Salvador, em outubro de 2008.
- Considerando, a entrada em vigor da Convenção Ibero-americana de Direitos da Juventude, em 1º de março de 2008, em San José de Costa Rica.
- Considerando, igualmente, os princípios e linhas prioritárias de atuação que emanam do Plano de Cooperação e Integração da Juventude em Ibero-américa, aprovado na Cúpula Ibero-americana acima assinalada, como marco referencial para os Governos em matéria de políticas de juventude; assim como, as abrangências e conteúdos do Documento "Estratégia de Implementação do Plano Ibero-americano de Cooperação e Integração da Juventude".
- Considerando a importante consecução obtida em matéria de políticas públicas de juventude a partir da declaração de 2008 como o Ano Ibero-americano da Juventude (AIJ), posicionando o tema juventude como de alta prioridade das agendas públicas.

Conforme descrito acima, concordamos aprovar os seguintes acordos da Declaração Final da XIV Conferência Ibero-americana de Ministros e Responsáveis de Juventude:

Acordos

1. Aprovar o Documento “Estratégia de Implementação do Plano de Cooperação e Integração da Juventude”; levando em consideração os alinhamentos básicos do Plano (Institucionalidade, Participação, Educação, Saúde, Emprego e Cultura); e, os indicadores que se construam em base as características e realidades de cada país.

2. Continuar com o processo de difusão da Convenção Ibero-americana de Direitos da Juventude (CIDJ) em todas as esferas políticas e sociais, principalmente nos países ibero-americanos que ainda não a tenham assinado e aqueles que não a tenham ratificado.

3. Rejeitar a aplicação de leis de efeitos extra territoriais e medidas coercitivas de caráter unilateral, contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas, que impeçam o desenvolvimento econômico e social, a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) dos países afetados, e em particular o cumprimento real dos direitos de adolescentes e jovens, assim como a correta aplicação de políticas públicas de desenvolvimento social, enfocadas a eles.

4. Desenvolver e difundir, em sintonia com os acordos da Cúpula de San Salvador experiências bem-sucedidas e políticas que tenham como norma garantir e promover o exercício dos direitos e a incorporação das mulheres jovens em todos os âmbitos da sociedade, nas esferas local, regional, nacional e internacional.

5. Realizar esforços coordenados que permitam avançar na aplicação da Declaração de San Salvador e na implementação do Compromisso de San Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento, juntamente com a SEGIB. Assim como, os resultados das reuniões setoriais que nos permitam incidir na transversalidade do tema de juventude.

6. Trabalhar com a Conferência de Ministros de Justiça (COMJIB), políticas públicas que favoreçam a inclusão social das juventudes, gerando oportunidades e garantindo seu acesso à justiça.

7. Encarregar a OIJ a pôr em andamento, em coordenação com a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), uma campanha de sensibilização contra a violência de gênero na Região, entre jovens.

8. Desenvolver, em conjunto com as entidades competentes, ações focadas para prevenir acidentes de trânsito.

9. Solicitar à Secretaria Geral da OIJ a estender as ações necessárias para criação e implementação do Sistema Ibero-americano de Indicadores de Juventude.

10. Promover com a OIJ o fortalecimento institucional e a modernização do Estado para que atenda as novas necessidades das juventudes na Região.

11. Encomendar à OIJ a promoção da educação para a cidadania, enfatizando a participação social e os valores democráticos na juventude.

12. Encarregar a OIJ a realizar um estudo acerca da modernização do Estado e a participação democrática da juventude.

13. Saudar e apoiar o Espaço Ibero-americano de Juventude (EIJ) como instância de interlocução e diálogo com a sociedade civil jovem da Região.

14. Incentivar e apoiar o fomento da associatividade juvenil, assim como a criação de programas nacionais e canais de comunicação com as organizações de juventude que permitam sua participação na definição e execução de políticas dirigidas às e os jovens.

15. Promover a participação dos jovens não integrados em organizações juvenis neste processo.

16. Fomentar espaços intergeracionais e interculturais.

17. Saudar e apoiar a Federação Ibero-americana de Jovens Empresários e desenvolver atividades que promovam o empreendedorismo juvenil.

18. Promover serviços de informação às e os jovens, baseados em critérios de qualidade de acordo com seus interesses e preocupações.

19. Realizar ações, em consonância com o tema da próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo que se realizará em 2009, em Lisboa, com a finalidade de facilitar a integração plena das e dos jovens na sociedade da informação e do conhecimento, destacando a recente assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e a OIJ para impulsionar estes temas em nível Regional.

20. Desenvolver propostas de trabalho e políticas públicas orientadas às e os jovens com incapacidade que garantam sua inclusão, melhorem suas condições e seu direito a viver com dignidade.

21. Reconhecer a importância que reveste a família como espaço de socialização, formação vital e transmissão de valores no desenvolvimento integral das e dos jovens para contribuir a sua inclusão e coesão social.

22. Continuar apoiando a Rede Ibero-americana de Jovens Indígenas e Afro-descendentes (REJINA), a fim de promover o sentido de identidade e pertinência, o reconhecimento e valor da diversidade cultural.

23. Desenvolver estudos para conhecer a realidade das e dos jovens migrantes com a finalidade de elaborar programas relacionados com esta matéria.

24. Conscientizar as e os jovens em matéria de educação ambiental e promover sua participação em modelos de desenvolvimento sustentável.

25. Coordenar ações com os governos locais e municipais para um real desenvolvimento de políticas destinadas à juventude, em um marco de corresponsabilidade.

26. Contribuir à superação das barreiras culturais e gerar intercâmbios e atividades solidárias entre jovens procedentes de culturas diferentes, no marco da iniciativa Parceria de Civilizações.

27. Incorporar, dentro das estratégias programáticas da Organização, a perspectiva cultural no desenvolvimento de políticas e programas destinados às e os jovens.

28. Promover o esporte com o propósito de melhorar a qualidade de vida das e dos jovens, assim como ordenar a OIJ para fortalecer as relações com a Assembléia Geral do Conselho Ibero-americano do Esporte.



Agradecimentos

A XIV Conferência Ibero-americana de Ministros e Responsáveis de Juventude expressa seu agradecimento ao Governo da República Dominicana por ser a sede da próxima Conferência Ibero-americana de Ministros e Responsáveis de Juventude, no ano 2010.

Agradecemos, também, à Secretaria Geral da Organização Ibero-americana de Juventude por todo o esforço que significou posicionar o tema da juventude nas agendas políticas e institucionais da Região. Assim mesmo, reconhecemos tanto seu trabalho e conquistas dos últimos quatro anos quanto o apoio aos Estados Membros e o adequado desenvolvimento da presente Conferência.

Da mesma forma, agradecemos os esforços realizados pelo Governo da República Federativa do Brasil, por haver iniciado o processo legislativo de incorporação na OIJ como membro de pleno direito.

Finalmente, manifestamos nosso especial agradecimento ao Povo e ao Governo da República do Chile, bem como ao Instituto Nacional da Juventude (INJUV), a sua Direção e a todo seu pessoal, pelo apoio, colaboração e coordenação para a realização desta Conferência de Ministros.

Ficha Técnica Meio Ambiente 2008

Conferência:	VIII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais de El Salvador			
Contato:	Violeta Lardé de Rodríguez	Website:	www.marn.gob.sv
Cargo:	Diretora de Cooperação Internacional	Endereço:	Carretera a Santa Tecla, Km. 5,5 Calle y Colonia Las Mercedes, Edifício MARN (anexo al edificio ISTA) N° 2 São Salvador, El Salvador
e-mail:	vlarde@marn.gob.sv		
Telefone:	(503) 2267 4975		
Secretaria País Sede: SEAM - Secretaria do Ambiente do Paraguai			
Contato:	Carlos Ovelar	Website:	www.seam.gov.py
Cargo:	Assessor do Ministro Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Endereço:	Avda. Madame Lynch 3500, Assunção, Paraguai
e-mail:	covelar@seam.gov.py		
Telefone:	(595-21) 615 806		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Dirección:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	VIII Foro, Assunção (Paraguai), 29-30 setembro		
2007:	VII Foro, São Salvador (El Salvador), 11-13 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Formação e transferência tecnológica em matéria de gestão integrada de Recursos Hídricos (Programa aprovado na XVIII Cúpula)			
Redes Ibero-Americanas de: Diretores-Gerais de Água			
Responsáveis em matéria de Qualidade Ambiental			
Oficinas de Mudança Climática			
Diretores-Gerais do Patrimônio Natural e da Biodiversidade			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de São Salvador parágrafos 5, 22 e 23			
- Programa de Ação de São Salvador parágrafos 20, 29 e 39			

VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente

Assunção, Paraguai, 29 e 30 de setembro de 2008

Os Ministros do Meio Ambiente Ibero-Americanos, reunidos na cidade de Assunção, República do Paraguai, de 29 a 30 de setembro de 2008,

Considerando:

A importância que representa para os jovens o cumprimento das metas e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, assim como dos acordos adotados na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo em 2002, e recordando os princípios da Declaração do Rio de Janeiro de 1992 e a Agenda 21.

Que os jovens são atores essenciais e necessários ao desenvolvimento sustentável e capazes de contribuir à luta contra a pobreza e aos desafios que apresenta a gestão ambiental atual. Sem os jovens, não será possível construir uma sociedade ambientalmente sustentável. Os Estados têm o dever de assegurar as condições básicas e garantias democráticas para que toda a juventude possa realizar adequadamente a sua contribuição, com maior acesso e poder na tomada de decisões.

Que a educação é uma peça chave para alcançar o desenvolvimento sustentável, sem a qual, não se poderia construir uma sociedade justa com responsabilidade intergeracional. Os Estados deveriam fortalecer suas estratégias e programas de educação ambiental para que os jovens se convertam em atores decisivos para a melhoria da qualidade ambiental em nossas sociedades.

Que um futuro de paz, de maior bem-estar e equidade social que envolva fundamentalmente os jovens, requer um desenvolvimento sustentável necessário para fortalecer os espaços de participação social.

Acordam:

Fortalecer a governação e governabilidade ambiental como condições necessárias para o cumprimento dos compromissos adquiridos no contexto dos Acordos Multilaterais Ambientais, os Acordos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Promover mecanismos para incrementar a participação dos jovens na construção de sociedades sobre bases sustentáveis com responsabilidade intergeracional.

Recomendar a incorporação do conceito de sustentabilidade ambiental nos Sistemas Nacionais de Educação da nossa região desde idades precoces.

Instar à integração da dimensão ambiental nos processos de crescimento econômico e desenvolvimento social que garantam sua sustentabilidade alcançando assim maiores níveis de bem-estar, emprego, justiça, segurança, equidade e prosperidade.

Quanto a Qualidade Ambiental

Reafirmar a qualidade do ambiente como uma das prioridades de gestão para os governos da região.

Enfatizar a importância que reveste a qualidade ambiental e, dentro dela, a gestão integral adequada de substâncias, materiais e resíduos, com a intenção de melhorar os modelos de gestão e desenvolvimento, e a adoção e uso de tecnologias apropriadas para seu tratamento e/ou aproveitamento, que permitam avançar na aplicação dos convênios e compromissos internacionais em matéria de substâncias químicas, e impulsar e alcançar a sinergia necessária entre eles, incluindo a adoção de regulações nacionais nestas matérias.

Reconhecer que a preservação de um ambiente apto para a vida e o desenvolvimento humano se tornou um tema cada vez mais difícil de implementar para os responsáveis da gestão, como consequência da crescente dimensão e complexidade que os sistemas urbanos e produtivos têm alcançado, com o conseguinte aumento e diversificação de resíduos e emissões. Portanto, resulta importante, aumentar as capacidades nos diversos níveis de governo para atender este complexo tema, fortalecendo os instrumentos técnicos e jurídicos de gestão ambiental tais como: normas de qualidade ambiental, normas de emissão e avaliação ambiental estratégica e a avaliação de impacto ambiental de projetos entre outros.

Reconhecer a importância das sinergias entre os convênios das Nações Unidas, de Basileia, Roterdã e Estocolmo e reforçar o apoio à aplicação da SAICM como ferramenta essencial para a gestão de produtos químicos na região.

Reafirmar o compromisso de promover a melhoria da qualidade de vida de nossos povos mediante o desenvolvimento e aplicação de instrumentos técnicos e jurídicos a nível nacional para proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas.

Impulsionar o intercâmbio de experiências em matéria de gestão e avaliação ambiental.

Promover o desenvolvimento de propostas de programas e planos regionais dirigidos a fortalecer a prevenção de impactos ambientais nocivos e o controle ambiental, aplicando processos de produção mais limpa tais como: redução e minimização de resíduos; reutilização; reciclagem; tecnologia de tratamento e disposição final apropriada a resíduos; a economia e o uso eficiente da água e da energia.

Tomar nota a proposta do “Programa Ibero-Americano de Educação Ambiental para a reciclagem” apresentada por El Salvador e a proposta apresentada pelo Panamá em matéria da gestão integrada de conhecimento sobre meio ambiente e desenvolvimento, através do Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES), a Cidade do Saber, para ser estudada pelos países iberoamericanos.

Quanto aos Recursos Hídricos:

Reconhecer e destacar os avanços obtidos em matéria de coordenação e colaboração no marco da Rede de Diretores-Gerais da Água – Conferência de Diretores-Gerais Ibero-Americanos da Água (CODIA) e a Secretaria Técnica Permanente (STP).

Impulsionar e orientar os trabalhos da CODIA no cumprimento dos processos e compromissos assumidos em matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) abarcando a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos e a busca de alternativas para associar os esforços regionais com a cooperação a todos os níveis, assim como a prevenção, adaptação e mitigação frente a mudança climática e aos desastres naturais.

Fortalecer os estudos e as investigações científicas na região que procurem soluções para o estresse hídrico, a escassez de água e a seca, considerando a unidade de bacia hidrográfica e o enfoque ecossistêmico.

Acolher com satisfação o trabalho desenvolvido pela CODIA em cumprimento do mandato do VII Foro e, neste sentido, propõe-se ante a próxima cúpula de Chefes de Estado e de Governo a transformação da Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana para a Formação e Transferência Tecnológica em matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos num Programa Ibero-Americano de Água.

Fortalecer e apoiar as ações coordenadas entre os países Ibero-americanos para priorizar, impulsar, consolidar a participação dos profissionais técnicos dos países nas reuniões e atividades do:

- Comitê Técnico da Iniciativa Ibero-Americana para a Formação e Transferência Técnica em Matéria de Gestão de Recursos Hídricos.
- Painel Técnico de Apoio à Conferência dos Diretores-Gerais Ibero Americanos de Água.
- Jornadas Técnicas do Sistema Ibero-Americano de Informação sobre a Água (SIAGUA).

Apoiar os esforços dos países ibero-americanos para a definição e implementação de Planos Nacionais de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, considerando que existe um espaço de participação social no que nossos países advertem como indispensável a incorporação dos jovens.

Saúdam com satisfação a criação, na Espanha, da “Oficina do Fundo de Cooperação para Água e Saneamento”, que se encarregará de gerir o “Fondo del Agua (2008-2012)”, anunciado por Espanha na XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que tem por objeto impulsar o acesso a água e saneamento como elementos indispensáveis para o desenvolvimento social e bem-estar humano.

Quanto à Diversidade Biológica

A menos de dois anos de 2010, ano que os Chefes de Estado determinaram como prazo para reduzir substancialmente a taxa de perda da Biodiversidade, reafirmam a importância de implementar as decisões adotadas pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, de maneira eficiente, para conseguir alcançar os objetivos da meta 2010, em concordância com as prioridades da região. Nesse sentido reiteram:

Apoiar os três objetivos do Convênio sobre Diversidade Biológica.

Articular mecanismos para o cumprimento da meta 2010 e o cumprimento dos programas de trabalho e iniciativas estabelecidas no marco da Convenção sobre Diversidade Biológica, em particular os programas de trabalho sobre áreas protegidas e sobre diversidade biológica florestal, assim como a iniciativa taxonômica mundial.

Fortalecer as capacidades regionais para prevenir, controlar e reduzir os impactos das espécies exóticas invasoras sobre a biodiversidade através da promoção de ações coordenadas, incluindo o estabelecimento de sistemas de informação e intercâmbio de experiências sobre análises de risco.

Adotar, no marco da Convenção sobre Diversidade Biológica, um regime internacional juridicamente vinculativo de acesso aos recursos genéticos que garanta a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização assim como do uso dos conhecimentos tradicionais associados.

Realizar os esforços necessários para alcançar o objetivo do Programa de Trabalho nas Áreas Protegidas para o estabelecimento de sistemas de áreas protegidas compreensivos, ecologicamente representativos, manejados e financiados efetivamente, para que desta maneira contribuam ao alcance para atingir dos três objetivos do Convênio da meta de 2010.

Promover a produção e uso sustentável dos biocombustíveis com o intuito de promover os benefícios e minimizar os riscos à conservação e uso sustentável da diversidade biológica.

Promover os impactos positivos e minimizar os negativos sobre a biodiversidade que afetariam as condições sócio-econômicas e a segurança energética e alimentar que resultam da produção e uso dos biocombustíveis.

Desenvolver um mecanismo de intercâmbio de informação e experiências sobre fomento à conservação de ecossistemas e uso sustentáveis dos recursos naturais.

Implementar ações conjuntas entre as três convenções: Mudança Climática, Diversidade Biológica e Desertificação, promover o desenvolvimento e a implementação de indicadores relevantes segundo o mandato de cada Convenção.

Quanto à Mudança Climática

Reafirmar nosso compromisso com os princípios do Rio 1992 e com a plena implementação da Agenda 21, com o Plano de Aplicação das Decisões da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, assim como com os acordos ambientais internacionais, em particular a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Protocolo de Quioto.

Sublinhar que a consecução do desenvolvimento sustentável, baseado na cooperação internacional reforçada, é uma condição indispensável para a superação das condições de pobreza. Neste contexto, a mitigação da mudança climática e a adaptação aos seus impactos são fundamentais para um futuro seguro para nossos povos.

Reiterar a necessidade urgente de fazer frente ao desafio global da mudança climática e o compromisso de participar no esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa ao que todos os países devem contribuir de acordo com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas de acordo as circunstâncias de cada país e das respectivas capacidades.

Adotar por parte dos países da região Ibero-Americana um papel pró-ativo para permitir o processo de negociação estabelecido sob o Plano de Ação de Bali, um acordo, ao mais tardar na COP 15 em Copenhague, dezembro 2009, sobre o período pós 2012 no contexto do Protocolo de Quioto e da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CMNUCC). Neste sentido, consolidar o diálogo regional e procurar posições comuns sobre temas de mudança climática, baseadas nas deliberações sustentadas em Bali, Bona e Accra.

Em particular, promover a coordenação e a aproximação entre as diferentes iniciativas regionais em matéria de mudança climática, tais como a Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental, a Estratégia Centro-Americana de Mudança Climática e o Programa Ibero-Americano de adaptação a mudança climática, entre outros.

No contexto, facilitar iniciativas conjuntas na área da mitigação da mudança climática e da adaptação aos seus efeitos adversos, incluindo o fortalecimento dos mecanismos do mercado internacional de carbono, mecanismos para redução das emissões provenientes da deflorestação e degradação (REDD) e outras atividades

de mudança do uso da terra (CUTS) como instrumento chave para combater a mudança climática pela sua capacidade em integrar todos os agentes públicos e privados e orientar as decisões de investimento às opções ambientalmente favoráveis.

Apoiar a implementação da Convenção sobre Mudança Climática nas nossas regiões, inclusive através de ações apropriadas de mitigação e adaptação no contexto do desenvolvimento sustentável apoiado e facilitadas pela transferência de tecnologia (incluindo o uso das energias renováveis), financiamento e desenvolvimento de capacidades, suscetíveis de ser medido, informado e verificado. Requererão especial atenção pela sua vulnerabilidade à mudança climática os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e ribeirinhos.

No contexto do Plano Ibero-Americano de Adaptação à Mudança Climática (PIACC):

Celebrar a excelente acolhida do Programa Ibero-Americano de Adaptação à Mudança Climática, na CMNUCC como contribuição ao programa de trabalho de Nairobi e a manter as prioridades assinaladas no mesmo, destacando a importância de aprofundar e estreitar os laços de cooperação entre a RIOCC e as Redes de Diretores Gerais de Água e de Serviços Meteorológicos, a Rede de Diretores de Biodiversidade e a Rede Ibero-americana de Serviços de Proteção Civil dentro do marco de políticas integradas de desenvolvimento.

Reafirmar a necessidade de fortalecer e integrar os sistemas nacionais de observação do clima, dentro do marco das estratégias e medidas de adaptação.

Deverá ser concedida máxima prioridade à implementação de programas de adaptação e sistemas de alerta precoce nos países mais vulneráveis de nossas regiões, em particular os pequenos estados insulares em desenvolvimento e ribeirinhos.

Assinalar a importância da declaração de Lima da V Cúpula América Latina e Caribe-União Européia e as oportunidades que o programa Euroclima oferece para reforçar os compromissos anunciados anteriormente, em particular reforçar o diálogo e a cooperação nacional, facilitar iniciativas conjuntas e prosseguir os esforços para fortalecer o mecanismo de desenvolvimento limpo. Neste contexto acolhemos a necessidade de considerar, identificar e impulsionar iniciativas que possam orientar uma adequada implantação do referido programa, entre outros, em particular no marco da RIOCC.

Apoiar e impulsionar as iniciativas regionais sobre juventude e mudança climática que permitam a participação de crianças, adolescentes e jovens nas discussões nacionais e regionais sobre o tema. É de particular importância pôr em prática as recomendações do encontro regional sobre Mudança Climática e Infância levado a cabo em Quito, Equador, em 2007, assim como os trabalhos do Programa GEO JUVENIL do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA).

Outras Questões:

Tendo em vista a XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que se celebrará em El Salvador nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2008, os Ministros do Meio Ambiente Ibero-Americana elevam para sua consideração e posterior inclusão na Declaração da Cúpula o seguinte:

- Promover a transformação da "Iniciativa Ibero-Americana da Água" no Programa Ibero-Americano da Água integrando neste último o Programa de Formação e Transferência Tecnológica, aprovado na VIII Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA) em cumprimento do mandato do VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio-Ambiente.

- Os jovens constituem um agente estratégico fundamental para procurar o êxito da gestão ambiental na medida em que são eles executores e beneficiários da implementação do critério de sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento a nível global a longo prazo. Os países ibero-americanos reconhecem e assumem com a maior seriedade seu compromisso e responsabilidade para com as gerações presentes e futuras de jovens de procurar todos os esforços orientados a garantir a sustentação de um meio saudável que garantam maiores níveis de bem-estar para todos os povos.

- Diante dos fenômenos naturais e seus conseqüentes efeitos catastróficos especialmente aos jovens e grupos mais vulneráveis pelos Estados insulares, os Estados do ístmico centro-americano e outros países em vias de desenvolvimento, a Região Ibero-Americana se pronuncia de forma unânime e solidária para transmitir a comunidade internacional, em particular aos países desenvolvidos, a necessidade de implementar medidas apropriadas e urgentes com especial ênfase na adaptação aos impactos que a mudança climática produz, favorecendo o desenvolvimento sustentável dos países mais afetados.



Acolhem com satisfação o oferecimento de Chile para albergar o IX Foro Ibero-Americano de Ministros de Meio-Ambiente.

Agradecer ao Governo e ao povo da República do Paraguai e, em especial, à Secretaria do Meio-Ambiente pela sua amável hospitalidade e eficiente organização do VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio-Ambiente.

Ficha Técnica Presidência 2008

Conferência:	XII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros de Presidência e Equivalentes (RIMPE)		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaria Técnica da Presidência de El Salvador			
Contato:	Guillermo Funes	Endereço:	Alameda Manuel Enrique Araujo, 5500 São Salvador, El Salvador
Cargo:	Subsecretário Técnico da Presidência		
e-mail:	gfunes@cpsp.gob.sv		
Telefone:	(503) 2248 9271		
Secretaria País Sede: Secretaria da Presidência do Uruguai			
Contato:	Jorge Vázquez	Endereço:	Avda. La Herrera, 3350 Edifício Libertad 11600 Montevideu, Uruguai
Cargo:	Pró-Secretário da Presidência		
e-mail:	prosec@presidencia.gub.uy		
Telefone:	(598-2) 150 3908		
Fax:	(598-2) 487 7431		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XII Reunião, Montevideu (Uruguai), 2-3 outubro		
2007:	XI Reunião, São José (Costa Rica), 30-31 agosto		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
IBERGOP Programa Ibero-Americano de Governo e Políticas Públicas (Programa)			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS: não há			

XII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros de Presidência e Equivalentes (RIMPE)

Montevideu, Uruguai, 2 e 3 de outubro de 2008

Os participantes na XII Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros de Presidência e Equivalentes (RIMPE), reunidos na cidade de Montevideu nos dias 2 e 3 de outubro de 2008, no marco das atividades preparatórias e paralelas da XVIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-americana, a realizar-se na cidade de São Salvador, na República de El Salvador, de 29 a 31 de outubro de 2008.

Levando em consideração que o presente ano foi designado o “Ano Ibero-americano da Juventude”, e que o eixo temático central da XVIII Cimeira Ibero-americana é “Juventude e Desenvolvimento”.

Salientando que a Rede, sendo uma plataforma de cooperação e um mecanismo de diálogo, é um espaço idôneo para trocar experiências e conhecimentos sobre a relação existente entre governabilidade democrática e desenvolvimento e bem-estar dos povos (o que supõe incluir as novas gerações).

Contando com o apoio e a colaboração proporcionados pela Secretaria-Geral Ibero-americana, órgão permanente de apoio à Conferência Ibero-americana e de coordenação e seguimento das reuniões ministeriais setoriais, entre estas a RIMPE, por meio da presença do Secretário para Cooperação da SEGIB, Sr. Miguel Hakim.

Consideramos:

Que o desenho, a formulação, aplicação, a monitoração e a avaliação das políticas públicas são fatores indispensáveis na consecução do desenvolvimento social e do crescimento econômico dos povos e, em particular, da juventude, especialmente vulnerável aos fenômenos de pobreza e exclusão social,

Que existe uma relação direta entre o grau de desenvolvimento sustentável em uma sociedade e a adoção de políticas públicas em matéria de inclusão e coesão entre todos os setores que a compõem e, em particular, dos jovens,



Que as políticas públicas, em matéria de juventude, devem ser Políticas de Estado e, como tais, devem ser estáveis e estratégicas, levando em consideração que as questões de inovação, empreendimento juvenil, formação de capital humano e igualdade vão além dos governos e devem estar orientadas para melhorar o bem-estar e a inclusão dos jovens na sociedade,

Que, em virtude disso, é preciso que os interesses e as necessidades da juventude se reflitam na integralidade das políticas públicas, assim como na transversalidade das ações setoriais,

Que em nossos regimes democráticos e imprescindível implementar medidas que visem favorecer a participação dos jovens nos processos de tomada de decisões, a fim de reafirmar seu compromisso com a condução política de seus países,

Que a consolidação das democracias na nossa região supõe superar a condição de marginalidade socioeconômica em que grande parte dos jovens vivem e que, para isso, a educação e a saúde são fundamentais como elementos de equidade e de potencialização de igualdade de oportunidades,

Que para obter a inclusão e o desenvolvimento dos jovens é indispensável articular as políticas em matéria educativa e trabalhista, já que o acesso à educação e às tecnologias de informação e o conhecimento são fatores chave na formação dos jovens e, por conseguinte, determinam as possibilidades de acesso que eles terão a um trabalho digno,

Que as condições de convivência e segurança pública na região exigem levar adiante políticas públicas destinadas a fortalecer os fatores de prevenção. Neste sentido, educar sobre os valores próprios da convivência democrática, fortalecer as famílias, criar novos espaços públicos para a cultura e a prática do esporte, reforçar os vínculos comunitários, são âmbitos em que nossos países devem avançar com decisão,

Que seria de grande utilidade trocar experiências sobre as políticas públicas adotadas nos países ibero-americanos a fim de fortalecer e revalorizar o papel dos jovens no desenvolvimento dos povos e seu conseguinte bem-estar,

Acordamos:

- 1. Solicitar** à Secretaria-Geral Ibero-Americana que submeta à consideração dos senhores Chefes de Estado e de Governo a presente “Declaração de Montevideú”.
- 2. Realizar** esforços orientados à aplicação do Memorando de Entendimento para a Coordenação e Gestão da RIMPE, aprovado na reunião anual de 2005, a fim de sistematizar a atuação da Rede e dar consistência aos acordos e às medidas que dela surgirem.
- 3. Continuar** apoiando as iniciativas surgidas no marco da Rede e, especialmente, a Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas (IBERGOP). Nesse sentido, os Ministros de Presidência e Equivalentes encomendamos à IBERGOP a elaboração do seu Programa acadêmico 2008-2009, em torno ao tema: “Formulação e Avaliação das Políticas Públicas e Inovação”.
- 4. Acolher** os acordos submetidos pelo Conselho Acadêmico da IBERGOP com relação à modalidade de desenvolvimento da proposta acadêmica anual.
- 5. Para** o ano 2009 fica aberta a possibilidade de que algum país membro se ofereça como sede da reunião anual, o qual deverá informar à SEGIB que realizará as consultas correspondentes com os países membros.
- 6. Outrossim**, aceitar a proposta manifestada por Portugal para ser anfitrião da RIMPE no ano 2010.

Agradecem ao Governo do Uruguai pela organização e realização da XII Reunião da Rede de Ministros da Presidência e Equivalentes.

Ficha Técnica Saúde 2008

Conferencia:	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde		
Secretaria <i>Pro-Tempore</i>: Ministério da Saúde Pública e Assistência Social de El Salvador			
Contato:	Rolando Hernandez Argueta / María Elena Ávalos	Website:	www.mspas.gob.sv
		Endereço:	Calle Arce, 827 São Salvador, El Salvador
Cargo:	Chefe Cooperação Externa/ Chefe Unidade Atenção ao Adolescente		
e-mail:	rargueta@mmpas.gob.sv		
Telefone:	(503) 2205 7279		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 11-12 julho		
2007:	IX Conferência, Iquique (Chile), 9-10 julho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Programa:	IBERBLH - Bancos de Leite Humano		
Redes Ibero-Americanas de:	Doação e Transplante de Órgãos		
	Políticas de Medicamentos		
	Aprendizagem e Pesquisa em matéria de Saúde		
	Luta contra o Tabagismo		
	Proteção Social na Saúde		
	Migração e Recursos Humanos da área de Saúde		
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafos 5 e 12			

Declaração

X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde Juventude, Saúde e Desenvolvimento em Ibero-América

São Salvador, El Salvador, 11 e 12 de julho de 2008

As Ministras e Ministros da Saúde, reunidos na X Conferência Ibero-Americana sobre Juventude, Saúde e Desenvolvimento, em São Salvador, nos dias 11 e 12 de julho de 2008, no âmbito da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo eixo temático é “Juventude e Desenvolvimento”, apresentam a seguinte declaração reconhecendo a importância de assegurar cuidados integrais na saúde para os adolescentes e jovens, e propondo ações tangíveis, como o compromisso dos nossos Governos para a aplicação de políticas de Estado que garantam o bem-estar e o desenvolvimento de adolescentes e jovens.

Considerando:

- 1.** Que a participação das instituições estatais e municipais, do sector produtivo, dos Estados Provinciais, das Organizações não Governamentais, das Famílias e Organizações Juvenis, na formulação e execução das políticas públicas, programas e planos no atendimento à saúde e desenvolvimento da adolescência e juventude, é necessária para propiciar o cumprimento do direito à saúde e ao desenvolvimento integral desta população nos países de Ibero-americanos;
- 2.** Que é necessário reconhecer que os adolescentes e jovens constituem um setor da população essencial para o desenvolvimento positivo das suas próprias comunidades e da sociedade em geral;
- 3.** Que é necessário proseguir os esforços globais, nacionais e regionais contra a pobreza, a exclusão social e a marginalização, as quais afetam particularmente os adolescentes e jovens, assim como combater o aparecimento das suas consequências, tais como a falta de acesso à educação, o abandono escolar, a falta de acesso aos serviços básicos da saúde, o trabalho precário, a migração irregular, a adesão a grupos marginais, o consumo de estupefacientes e a exploração sexual, que incidem negativamente na saúde e no desenvolvimento dos adolescentes e jovens;

4. Que é necessário que os Estados e os Governos, por meio das instâncias correspondentes, continuem com os esforços atuais no sentido de facilitar o acesso à saúde física e mental dos adolescentes e dos jovens; fortalecendo os espaços para a recreação e o intercâmbio cultural (bibliotecas, centros de capacitação e recreação), que favorecem as relações familiares e comunitárias e incentivam a paz e a harmonia, de que os adolescentes e os jovens precisam para o seu desenvolvimento;

5. Que, por ser a adolescência e a juventude um grupo da população com baixa morbi-mortalidade comparativamente com o resto da população, alguns países tendem a atribuir prioridade reduzida à saúde dos adolescentes e jovens. No entanto, as causas externas continuam a ser o principal fator de morte entre os adolescentes e os jovens dos 15 aos 24 anos, relacionadas com a violência, com o uso de substâncias psicoativas, com os acidentes de viação e os suicídios.

6. Que o período da adolescência e juventude é decisivo na adoção de estilos de vida que propiciem hábitos saudáveis ou condutas de risco que coloquem em perigo a saúde e o bem-estar;

7. Que os serviços da saúde que são oferecidos aos adolescentes e aos jovens apresentam carências que limitam o acesso à promoção, prevenção, atendimento e reabilitação da saúde, assim como à educação sexual e contribuem para a escassa e inadequada reabilitação de casos, doenças crônicas como a hipertensão, a diabetes, a obesidade e a má nutrição; a gravidez e os abortos em adolescentes, infecções de transmissão sexual, HIV/AIDS, mortalidade materna, violência, lesões de causa externa, dependências e incapacidades psíquicas, motoras e sensoriais;

8. Que a violência, a falta de oportunidades, a pobreza, a exclusão social, a desintegração familiar e outros determinantes contribuem para gerar problemas de saúde mental em alguns adolescentes e jovens, tais como distúrbios alimentares, depressão, ansiedade, tendências suicidas e sentimentos de vingança, que colocam em risco a sua saúde;

9. Que as questões de género influenciam decisivamente os fatores psicossociais e sócio-económicos determinantes da saúde dos adolescentes e jovens, no presente e no futuro, tendo diferentes consequências na saúde das mulheres e dos homens jovens;

Pelo exposto, as Ministras e os Ministros da Saúde dos países ibero-americanos

Decidimos:

1. Redobrar esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados com a Saúde, apoiando decididamente as iniciativas ibero-americanas destinadas a reduzir a pobreza, a desnutrição, a mortalidade materno-infantil, a gravidez não desejada, a prevalência do HIV/AIDS na adolescência e na juventude;

2. Promover em cada um dos nossos países a formulação e implementação de políticas públicas que contemplem a participação da família, da comunidade, de instituições estatais e municipais, do setor produtivo, dos Estados Provinciais, das Organizações Não Governamentais e das Organizações Juvenís, garantindo a criação e o fortalecimento de Programas de Cuidados Integrals de Saúde específicos para adolescentes e jovens;

3. Promover uma abordagem intersectorial em todas as políticas dirigidas à juventude, por meio do desenvolvimento de programas de proteção social dirigidos aos determinantes biopsicosociais da saúde física e mental e gravidez não desejada dos adolescentes e jovens em situações de pobreza, exclusão social e marginalização; garantindo a sua incorporação e permanência no sistema educativo, a formação profissional, o emprego digno e a sua completa inserção na sociedade como cidadãos;

4. Promover o apoio dos Estados e Governos, por meio das instituições correspondentes, ao acesso à habitação, a criação de espaços recreativos e desportivos de áreas verdes e de lazer nas comunidades e centros escolares, para fomentar o desenvolvimento físico, mental e social dos adolescentes e dos jovens;

5. Garantir o acesso universal aos serviços de cuidados integrals de saúde para adolescentes e jovens, os quais incluam medidas de promoção, prevenção, atendimento e reabilitação, contribuindo para melhorar a saúde deste importante setor da população;

6. Apelar às instituições e organizações que oferecem serviços à população de adolescentes e jovens para que implementem programas de capacitação dos seus recursos humanos (educadores, pessoal da saúde e das forças da segurança pública, entre outros), em matéria de Direitos Humanos, prevenindo situações de abuso, maus-tratos e desrespeito das medidas de proteção de adolescentes e jovens;

7. Reconhecer a autodeterminação como expressão do direito e do dever que têm os países de definir soberamente as suas políticas e estratégias que melhor convenham ao desenvolvimento equitativo da saúde dos seus povos, particularmente na defesa e na garantia dos direitos dos adolescentes e jovens, assim como enfatizar a rejeição à aplicação de medidas coercitivas/coercivas universais contrárias ao direito internacional, que obstaculizam a realização do direito econômico e social dos povos e países afetados;

8. Enfatizar a criação e o desenvolvimento de estratégias e ações de promoção e vigilância em segurança alimentar e nutricional na qual se considera os adolescentes e jovens como um grupo prioritário;

9. Incorporar a perspectiva de gênero nas políticas de saúde dirigidas aos adolescentes e jovens, materializadas em planos, programas e estratégias, especialmente no domínio da saúde sexual e reprodutiva;

10. Considerar o problema social e de saúde emergente do consumo de drogas na população de adolescentes e jovens, abordando-o como um problema de saúde pública, e convertendo-o numa política de Estado, fortalecendo as atuações de âmbito preventivo, de tratamento e de inserção social, como o reforço da participação intersetorial;

11. Prosseguir com os trabalhos apresentados nas Redes Temáticas e as ações conjuntas nos temas de Tabagismo, Migração e Recursos Humanos em Saúde, Política de Medicamentos, Doação e Transplante de Órgãos, Aprendizagem e Investigação em Saúde, tendo em conta o impacto nos adolescentes e nos jovens da região, salientando igualmente a importância de continuar a promover o Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano e da Rede Ibero-americana de Proteção Social em Saúde;

12. Submeter à consideração dos Chefes de Estado e de Governo da região ibero-americana a inclusão no Programa de Ação a ser adotado no âmbito da XVIII Cúpula, a realizar em São Salvador, em Outubro de 2008:

a) O incentivo a políticas de estados intersetoriais que abordem o desenvolvimento dos adolescentes e jovens tendo em conta a estreita relação destas políticas com a saúde deste grupo etário;

b) A aprovação da iniciativa ibero-americana “Adolescentes e Jovens Saudáveis: Fortalecendo a Resposta Integrada do Sistema da Saúde para Adolescentes e Jovens”.



As Ministras e os Ministros da Saúde da região ibero-americana agradecem a qualidade da organização e a hospitalidade de El Salvador nesta X Conferência, e subscrevem a presente Declaração em três originais, em língua espanhola e portuguesa, ambas igualmente válidas, em São Salvador, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e oito.

Ficha Técnica Trabalho 2008

Conferência:	I Foro Ibero-Americano de Ministros do Trabalho		
Secretaría Pro-Tempore: Ministério de Trabalho e Segurança Social de El Salvador			
Contato:	Claudia Guevara	Website:	www.mtps.gob.sv
Cargo:	Subdiretora de Relações Internacionais	Endereço:	Plan Maestro, Centro de Gobierno Alameda Juan Pablo II y 17 Av. Norte, Edifícios 2 y 3 São Salvador, El Salvador
e-mail:	cguevara@mtps.gob.sv		
Telefone:	(503) 2209 3735		
Secretaría Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	I Foro, Salinitas (El Salvador), 8 - 9 setembro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Econômicos			
Não há			
Observações			
A SPT considerou que o tema da XVIII Cúpula -Juventude e Desenvolvimento- requeria a convocação dos Ministros desta pasta a fim de analisar as perspectivas e políticas de promoção do emprego e trabalho para os jovens ibero-americanos. Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafos 5, 9, 11 e 14 - Programa de Ação de São Salvador parágrafo 8			

I Foro de Ministros de Trabalho da Região Ibero-Americana Juventude, Trabalho Decente y Desenvolvimento em Democracia São Salvador, El Salvador, 8 e 9 de setembro de 2008

As Ministras e os Ministros de Trabalho, reunidos no “I Foro Ibero-Americano de Ministros de Trabalho”, no Departamento de Sonsonate, República de El Salvador, América Central, nos dias 8 e 9 de Setembro de 2008, no âmbito das Reuniões Setoriais preparatórias da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo eixo temático é “Juventude e Desenvolvimento”, declaram que:

Considerando que:

- 1. Impulsionar** o Trabalho Decente para a juventude significa promover maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e contribuir para o progresso de suas famílias e sociedades, o que requer oportunidades de ter acesso a uma eficaz inserção laboral, elemento decisivo para erradicar a pobreza, fortalecer a democracia, apoiar a coesão social e contribuir para o desenvolvimento sustentável.
- 2. Observamos** como um desafio, na região, gerar empregos para as e os jovens a fim de diminuir o número dessas pessoas que não estudam nem trabalham ou cujos trabalhos são precários.
- 3. É urgente continuar** impulsionando medidas que articulem as políticas de educação e formação laboral com políticas de emprego para que cada vez mais jovens possam responder às exigências atuais do mercado de trabalho e dos setores econômicos em expansão.
- 4. O Trabalho Infantil vulnera os direitos das crianças**, dificulta a permanência no sistema educativo e perpetua também a pobreza e a exclusão, levando, em muitos casos, a itinerários laborais deficientes que engrossam a massa de trabalhadores jovens não qualificados e inseridos em atividades sumamente precárias.

5. O princípio da não discriminação e a igualdade de gênero se aplica transversalmente nas políticas laborais e de emprego.

6. A XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a ser realizada em El Salvador, entre os dias 29 e 31 de outubro próximo, representa uma oportunidade para que os países avancem decididamente na promoção de estratégias nacionais e regionais orientadas ao desenvolvimento integral das juventudes ibero-americanas e, especialmente, na meta indispensável de aumentar a participação de jovens que, adequadamente capacitados, possam ter acesso a Trabalhos Decentes e colaborar, assim, na construção do desenvolvimento em democracia.

7. Os Ministérios de Trabalho ibero-americanos devem exercer um papel central no desenho e execução de políticas e Planos de Ação nacionais para a promoção de Trabalho Decente e empregos produtivos para a juventude, com a participação de suas respectivas organizações de empregadores, trabalhadores e jovens, que permitam enfrentar o desafio da empregabilidade das e dos jovens, empreendimentos juvenis, com ênfase em jovens pertencentes a grupos vulneráveis.

8. Encontramos que o diálogo social é um elemento essencial para enfrentar os problemas sociais atuais já que, através do mesmo, os governos, trabalhadores e empresários, num clima de mutuo entendimento, reúnem esforços para gerar riqueza, trabalho decente e produtivo, através do acordo social, seguindo princípios de justiça social em benefício das e dos jovens.

9. Encontramos que o enfoque integral e integrador de políticas econômicas da Declaração da OIT sobre justiça social para uma globalização equitativa (2008) é um referente importante para promover o trabalho decente das juventudes ibero-americanas e a formulação de estratégias públicas e decisões privadas orientadas à geração de mais e melhores empregos.

10. Reconhecemos a existência de diversos atores no mercado de trabalho para a geração de emprego juvenil, a serem consideradas na definição de políticas e planos de promoção dos Ministérios de Trabalho.

Acordam:

1. Reafirmar que o Trabalho Decente, o diálogo social e a promoção dos direitos trabalhistas só podem ser garantidos num estado democrático.

2. Fortalecer as medidas de melhoria da qualidade da educação e da formação profissional, e sua articulação com o mundo produtivo, assim como a incorporação no currículo formativo, o desenvolvimento de capacidades específicas da cultura empreendedora e cooperativa das e dos jovens, os princípios e direitos fundamentais do trabalho e as dimensões do Trabalho Decente.

3. Impulsionar o fortalecimento e a ampliação da cobertura e a integração dos serviços públicos de emprego às outras políticas ativas do mercado de trabalho, a fim aproximar as oportunidades laborais com critérios equitativos para a totalidade da população com especial ênfase nas e nos jovens. Também é importante estimular a articulação dos serviços de emprego com o mundo produtivo, incentivando a participação de empregadores, trabalhadores e entidades públicas e privadas.

4. Empreender ações encaminhadas a fortalecer ou aperfeiçoar os sistemas de informação e análise do mercado de trabalho que permitam elaborar projeções sobre suas tendências, com o objetivo de planejar as estratégias específicas para melhorar a situação do emprego em cada país e torná-las acessíveis às e aos jovens para tomar decisões.

5. Promover alianças interinstitucionais em cada país que aglutinem coerentemente nos âmbitos locais e de micro-regiões, ações específicas de capacitação, orientação e informação para o emprego, que incluam as tecnologias da informação e comunicação e que contribuam a melhorar as condições de trabalho das pessoas, com especial ênfase na juventude. Isso supõe promover ações de coordenação interinstitucional orientadas a diminuir os níveis de informalidade da economia e de desemprego juvenil, no âmbito das estratégias de desenvolvimento econômico local.

6. Promover políticas, estratégias, programas e projetos diferenciados de inserção laboral dirigidos a coletivos vulneráveis de jovens, em correspondência com as políticas universais de promoção do emprego juvenil e com as exigências atuais dos centros de trabalho, que incluam ações para melhorar a transição da educação ao trabalho e uma formação profissional mais ajustada à demanda laboral, especialmente em setores econômicos em expansão, gerando oportunidades tendentes à eliminação de todas as formas de discriminação no mundo laboral.

7. Impulsionar planos, políticas e programas tendentes à prevenção e erradicação do trabalho infantil de acordo com as metas e estratégias assinadas na Agenda Hemisférica de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho, adotada na sua XVI Reunião Regional Americana, bem como medidas de políticas orientadas às primeiras inserções, com miras a assegurar uma adequada transição da educação ao trabalho.

8. Promover as ações necessárias para impulsionar atividades que fomentem a inserção laboral das e dos jovens, que combinem proteção e promoção, isto é, que incluam medidas inovadoras para elevar os níveis de proteção social das e dos jovens, tanto no que se refere à cobertura em segurança social como em saúde e segurança no trabalho, e impulsionem contratos de formação e aprendizagem e que promovam políticas salariais que garantam que as e os jovens recebam rendimentos justos pelo trabalho produtivo, acordes com a realidade e a legislação de cada país.

9. Promover a articulação das políticas econômicas com as sócio-laborais, para construir um marco integrado, orientado a melhorar os níveis de Trabalho Decente, bem como a fortalecer os Ministérios de Trabalho e promover sua participação na formulação e execução das políticas nacionais de desenvolvimento.

10. Impulsionar medidas que fortaleçam e gerem uma maior conexão entre os setores de maior dinamismo com os que mantêm baixos níveis de produtividade e elevada precariedade, especialmente aqueles intensivos em emprego juvenil, promovendo a formalização das empresas e das e dos trabalhadores, em particular as e os jovens em toda a linha de produção.

11. Impulsionar políticas públicas orientadas a criar um entorno favorável ao desenvolvimento da atividade produtiva e do investimento com segurança jurídica e ênfase na promoção da micro, pequena e média empresa, com especial referência ao fomento do empreendimento juvenil e no âmbito da estratégia de promoção de Empresas Sustentáveis da Organização Internacional do Trabalho.

12. Fortalecer o desenvolvimento de programas de micro-financiamento e assistência técnica, administrativa e gerencial para o fomento do trabalho autônomo e a instalação de micro e pequenas empresas para trabalhadores jovens.

13. Empreender ações e estratégias para promover o Trabalho Decente e a formação contínua a fim de evitar os processos de migração desordenada que originam desenraizamento, desintegração familiar e perda de trabalhadores qualificados.

14. Estabelecer mecanismos interativos de comunicação que possibilitem o intercâmbio de idéias e experiências, a difusão de boas práticas em matéria de políticas de promoção do emprego juvenil, para obter a retroalimentação e o enriquecimento das estratégias implementadas por cada país e incentivar a cooperação horizontal entre os Ministérios de Trabalho de Ibero-América no tema de emprego e Trabalho Decente para a juventude.

15. Fortalecer a capacidade técnica e operativa dos Ministérios de Trabalho e dos institutos de capacitação e formação técnica, que lhes permita enfrentar com eficiência os desafios de uma adequada coordenação, seguimento e avaliação de estratégias nacionais para a promoção de Trabalho Decente para a juventude.

16. Fomentar o debate sobre a promoção do Trabalho Decente para a juventude dentro da sociedade e estimular, também, a organização e participação das e dos jovens na formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas de emprego juvenil.

17. Recomendar à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), com a colaboração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que contribua a capacitação e inserção laboral, o estudo de ações e estratégias encaminhadas à promoção e fomento do emprego juvenil no âmbito das políticas públicas dirigidas e coordenadas pelos Organismos Oficiais de Juventude dos países da Região, com a segurança de que em conjunto com a articulação dos Ministérios de Trabalho se contribuirá de forma concreta e decisiva à melhoria da inserção laboral das e dos jovens ibero-americanos.

18. Impulsionar ações afirmativas para a aplicação do princípio de não discriminação e equidade de gênero na capacitação e inserção laboral, insistindo na igualdade de oportunidades para as mulheres jovens com ênfase nas mulheres chefes de família.

19. Tomamos nota que o Conselho de Ministros de Trabalho da América Central, Panamá e República Dominicana aprovou a proposta do programa "Promoção de Trabalho Decente para a Juventude da América Central, Panamá e República Dominicana", a ser apresentado na XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo e os felicitamos por esta iniciativa.



Agradecemos:

A Organismos Internacionais Cooperantes, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Secretaria-Geral Ibero-Americana, Organização Internacional do Trabalho e à Organização Ibero-Americana de Juventude pelo apoio técnico e financeiro outorgado para a realização deste evento.

As Ministras e Ministros de Trabalho da Região Ibero-Americana e seus representantes assinam a presente Declaração em três originais, em espanhol e português, ambos igualmente validados, no dia 9 de setembro de 2008, no Departamento de Sonsonate, República de El Salvador, América Central.

Ficha Técnica Transporte e Infra-Estrutura 2008

Conferência:	VII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério de Obras Públicas, Transporte, Habitação e Desenvolvimento Urbano de El Salvador			
Contacto:	Napoleón López	Website:	www.mop.gob.sv
Cargo:	Direção de Trânsito	Endereço:	Plantel La Lechuza, Carretera a Santa Tecla, Km. 5, 5
e-mail:	napoleon.lopez@mop.gob.sv		São Salvador, El Salvador
Telefone:	(503) 2528 3007 / 2221 0640		
Secretaria Técnica: Não tem			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	VII Conferência, São Salvador (El Salvador), 2 setembro		
2005:	VI Encontro, Málaga (Espanha), 8 - 9 setembro		
Atividades de cooperação - Área responsável SEGIB: Gabinete do Secretário-Geral			
Não há			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Compromisso de São Salvador parágrafo 9 - Programa de Ação de São Salvador parágrafo 31			

VII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura

São Salvador, El Salvador, 2 de setembro de 2008

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-estrutura dos países Ibero-Americanos, reunidos na cidade de São Salvador, República de El Salvador, no dia 02 de setembro do ano 2008, no Âmbito da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e sob o lema "Juventude e Fortalecimento do Espaço Ibero-Americano de Segurança Viária".

Considerando:

1. Que o Sistema de transporte e a sua infra-estrutura constituem elementos determinantes na qualidade de vida dos Cidadãos da comunidade Ibero-Americana, devendo garantir a sua segurança viária para um pleno desenvolvimento, de acordo com as peculiaridades geográficas, demográficas, sociais e econômicas de cada país;
2. Que de acordo ao informe mundial de 2004, elaborado pela Organização Mundial da Saúde, na atualidade os traumatismos provocados pelo trânsito têm constituído um problema crescente da saúde pública, onde mais da metade das vítimas mortais do trânsito são adultos jovens de idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos;
3. Que na declaração de São José de Costa Rica do ano 2006 se formou um Comité Regional de Segurança Viária com a idéia de dar seguimento às recomendações da OMS e a declaração das Nações Unidas de 2004, especificamente no fortalecimento da capacidade estatística e da harmonização da legislação da Ibero-América.
4. Que de acordo com o informe da OMS em referência, as tendências atuais e as projeções nos países e baixa e média renda, predizem um forte aumento da mortalidade mundial por causa de tráfego nos próximos 20 anos; por tal motivo é importante assumir o problema dos traumatismos provocados pelo trânsito, de uma forma integral dentro dos planos de governo dos nossos países;
5. Que as pessoas falecidas e os traumatismos provocados pelo trânsito são na sua maioria evitáveis, já que o risco de serem produzidas lesões por cau-

sa de acidentes ou pessoas atropeladas é, em termos gerais, previsível e existem muitas medidas corretivas que têm demonstrado serem eficazes;

6. Que é essencial dispor de dados e provas confiáveis, mediante um Centro de referência e a homologação de indicadores de sinistralidade, para descrever a carga dos traumatismos provocados pelo trânsito, avaliar os fatores de risco, desenvolver e definir as intervenções e aumentar o grau de conscientização nos usuários das redes viárias;

7. Que atualmente têm sido desenvolvidos diferentes esforços a nível Ibero-Americano em reduzir os sinistros viários. No entanto, é necessário avançar para a formulação de um Plano de Ação sobre Segurança Viária em Ibero-América, que reúna os diferentes planos de ação que permitam abordar o problema de maneira regional;

8. Que é importante reconhecer o valioso esforço e o compromisso adquirido pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, ao incorporar a Segurança Viária no seu âmbito de atuação e apoiar de forma expressa o seu Plano de Trabalho para fortalecer a segurança de todos os usuários da rede viária Ibero-Americana;

9. Que é determinante avançar para a criação de uma Associação Ibero-Americana de Segurança Viária, para fortalecer todos os esforços e iniciativas realizadas até este momento e diminuir a sinistralidade viária em cada um dos países, com o intercâmbio e a implantação de medidas e atuações tendentes a reduzir o número de acidentes de trânsito;

10. Que de acordo com a Declaração de Málaga de 2005, os Ministros Ibero-Americanos de Transporte e Infra-Estrutura também concordaram em apresentar propostas orientadas para a criação de um Centro Ibero-Americano de Intercâmbio e Cooperação, a coordenação de programas de formação e de capacitação contínua, a aplicação de novas regras de cálculo do déficit fiscal que possam excluir os investimentos líquidos em infra-estrutura;

Decidimos:

1. Continuar promovendo e desenvolvendo políticas públicas integrais para cumprir com os compromissos assumidos pelos Estados Ibero-Americanos e com isto garantir uma melhor Segurança Viária;

2. Propor aos Chefes de Estado e de Governo que na próxima Cúpula Ibero-Americana no mês de outubro em São Salvador cujo tema estará centrado na população jovem da nossa região, seja incluído o tema da Segurança Viária com especial atenção;

3. Implementar e acompanhar às recomendações efetuadas pela Organização Mundial da Saúde no seu informe mundial sobre prevenção dos traumatismos causados pelos sinistros viários no ano 2004, assim como ao Estudo elaborado pela Direção Geral de Tráfego da Espanha e pela Secretaria-Geral Ibero-Americana na área de Segurança Viária, e a declaração de São José de Costa Rica do ano de 2006;

4. Promover e intercambiar programas e estratégias nacionais e regionais, orientadas à prevenção e conscientização dos eventos de trânsito, que envolvam a todas as Instituições relacionadas com a Segurança Viária e aos meios de comunicação para a realização de campanhas permanentes de prevenção;

5. Apoiar a realização de um Encontro Ibero-Americano de Segurança Viária, que tanto a Secretaria-Geral Ibero-Americana, como a Direção Geral de Tráfego da Espanha e a Fundação FIA estão organizando junto a outros agentes da sociedade civil e a colaboração do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da CEPAL para o mês de fevereiro de 2009, com o propósito de posicionar a Segurança Viária ao mais alto nível das agendas políticas dos nossos países e dos organismos internacionais multilaterais da Ibero-América, também contribuir com os seus resultados para a elaboração de um Plano Estratégico sobre segurança viária em Ibero-América. Da mesma forma, começar a desenhar um espaço ibero-americano de segurança viária que fortalecerá a presença da nossa região na próxima reunião de alto nível sob o amparo da Organização das Nações Unidas que acontecerá em Moscou em novembro de 2009;

6. Considerar a importância de poder levar a cabo planos de educação orientados prioritariamente aos jovens, assim como o apoio às campanhas de prevenção e comunicação a todos os setores da população e especial atenção a uma melhor fiscalização da frota automotora da Ibero-América.

7. Reiterar os compromissos adotados na Declaração de Málaga de 2005, orientados à criação de um Centro Ibero-Americano de Intercâmbio e Cooperação, a coordenação de programas de formação e capacitação contí-

nua, a aplicação de novas regras de cálculo do déficit fiscal que possam excluir dos investimentos líquidos em infra-estrutura;

8. Reiterar nosso compromisso de unir esforços a nível ibero-americano para diminuir as cifras de acidentes dando seguimento ao mandato recebido na XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Santiago do Chile em 2007, harmonizando a segurança viária com os organismos encarregados da construção de rodovias, assim como boas práticas de segurança viária e a homologação das nossas legislações ibero-americanas com a finalidade de reunir esforços na criação de leis em matéria de trânsito e segurança viária;

9. Propomos que no âmbito do Plano Estratégico de Segurança Viária para Ibero-América, a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) possa desenvolver ações em múltiplos setores para prevenir a morbi-mortalidade juvenil ocasionada por sinistros de trânsito, através da sensibilização e capacitação dos e das jovens em coordenação com outros organismos do Sistema Ibero-Americano.

Sugerimos aos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América:

1. A criação de uma Associação Ibero-Americana de Segurança Viária, cuja instauração está a cargo dos ministros responsáveis da Segurança Viária dos Estados Ibero-Americanos que terá um enfoque multisetorial, de acordo com seus próprios Estatutos no âmbito do Espaço Ibero-Americano de Segurança Viária e cujos objetivos estarão orientados a diminuir a sinistros viários em cada um dos países membros, mediante a implantação de medidas e ações tendentes a reduzir o número de acidentes de trânsito; constituindo a base para avançar à criação de um Plano Estratégico de Segurança Viária na Ibero-América;

2. Propiciar a criação de um observatório ibero-americano de Segurança Viária, como centro de referência para os dados dos sinistros.

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte, Segurança Viária e a Infra-Estrutura dos países Ibero-Americanos agradecemos a cálida hospitalidade do povo e do governo de El Salvador e subscrevemos a presente Declaração nas suas versões em espanhol e português, ambas igualmente válidas, na cidade de São Salvador, República de El Salvador, aos dois dias do mês de setembro de dois mil e oito.

Ficha Técnica Turismo 2008

Conferência:	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo		
Secretaria <i>Pro-Tempore</i>: Corporação Salvadorenha do Turismo			
Contato:	Maria de los Ángeles del Valle	Website:	www.elsalvador.travel
Cargo:	Especialista em promoção	Endereço:	Edificio Carbonel, 1 Colonia Roma, Alameda Dr. Manuel Enrique Araujo, Pasaje Carbonel
e-mail:	mvalle@corsatur.gob.sv		São Salvador, El Salvador
Telefone:	(503) 2243 7835		
Fax:	(503) 2223 6120		
Secretaría Técnica: Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	VIII Conferência, Salinitas (El Salvador), 18 julho		
2007:	VII Conferência, Navio Aquiles (Chile), 29 setembro-2 outubro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Econômicos			
Empreendimentos Turísticos Juvenis para uma Cultura e Paz (Iniciativa aprovada na XVIII Cúpula)			
Observações			
Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Compromisso de São Salvador parágrafo 4 - Programa de Ação de São Salvador parágrafos 28, 29 e 30			

VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo *Turismo, Juventude e Desenvolvimento*

Salinitas, El Salvador, 18 de julho de 2008

As Ministras e os Ministros de Turismo Ibero-Americanos reunidos na VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo e no âmbito da realização da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que tem como lema “Juventude e Desenvolvimento” e comprometidos com os princípios contidos no Código Mundial de Ética para o Turismo, orientado a contribuir para o respeito e o entendimento entre os seres humanos e sociedades, promover o desenvolvimento sustentável e a valorização do patrimônio cultural e natural, zelar pela prestação de serviços turísticos de qualidade e fomentar o direito ao lazer.

Considerando:

1. Que o turismo é um setor que contribui para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio e cujo objetivo primordial é combater a pobreza e incentivar o desenvolvimento sustentável;
2. Que a livre circulação de viajantes contribui e beneficia o turismo;
3. Que nos últimos anos a maioria dos países Ibero-Americanos tem mostrado sinais evidentes de um ambiente positivo para um desenvolvimento turístico que tem levado a incrementar os ingressos desde o ano 2000 em mais de US\$ 36 milhões, de acordo com as estimativas da Organização Mundial do Turismo;
4. Que o turismo deve ser considerado como um instrumento educativo e tem a responsabilidade de formar profissionais de alta qualidade assim como de capacitar os membros das comunidades locais, que por sua vez contribuem à estabilidade da indústria e à melhoria da qualidade de vida da população;
5. Que o turismo social é uma oportunidade econômica excepcional, uma vez que gera um fluxo contínuo de pessoas e de investimentos, contribui para o desenvolvimento regional, produz riqueza nacional e internacional, e estimula a transferência de recursos das economias mais ricas aos países mais pobres;

6. Que o turismo social facilita acessos aos segmentos da população vulneráveis, melhorando a qualidade de vida de um segmento específico da população por meio da diversificação da oferta e da geração de emprego permanente proveniente do turismo;
7. Que a juventude é um segmento importante da população Ibero-Americana, ocupando 35 % da população total e por isto se deve promover o desenvolvimento dos jovens como um fator crucial do progresso em nossas sociedades já que devem ser os condutores de um processo de desenvolvimento econômico e social que permita reduzir a pobreza e a desigualdade socio-econômica para melhorar a qualidade de vida nos países da região;
8. Que existe uma grande porcentagem deste segmento populacional no espaço Ibero-Americano que corresponde a jovens indígenas, afro-descendentes, portadores de necessidades especiais e oriundos de populações vulneráveis, cujos logros educativos e acessos a um lazer sadio são inferiores à média;
9. Que na última década tem aumentado a importância das atividades de lazer e turismo como parte do desenvolvimento da juventude, reconhecendo que o tempo livre pode significar para os jovens o aperfeiçoamento das suas habilidades e aspirações e o acesso a novas oportunidades de desenvolvimento, pelo qual se deve dar especial ênfase na diminuição do espaço existente entre o acesso a estas atividades por parte de jovens de extratos altos e de setores menos favorecidos;
10. Que para que este segmento da população possa utilizar adequadamente o seu tempo livre devem existir os espaços adequados de entretenimento e aprendizagem extra-formal;
11. Que o turismo é gerador direto e indireto de emprego e que deve procurar uma igualdade de benefícios para os habitantes de destinos turísticos especialmente para os jovens, já que constitui uma das esperanças econômicas, sociais e culturais de muitas regiões em desenvolvimento;

Decidimos:

12. Receber o Manual de Boas Práticas de Gestão de Turismo Social, experiências Ibero-Americanas, elaborado e coordenado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) com base no mandato outorgado na nossa VII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo realizada em Puerto

Montt. Lagoa San Rafael, Chile, de vinte e nove de setembro a dois de outubro de dois mil e sete;

13. Sublinhar que o turismo, como gerador de fontes de trabalho, contribui ao desenvolvimento dos jovens em um ambiente de paz, trabalho digno potenciando sua formação e inserção no mercado de trabalho;

14. Que de acordo com os temas discutidos durante a VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo, cujo principal eixo temático é “Turismo, Juventude e Desenvolvimento”, gerar mecanismos progressivos de abertura do turismo nos nossos países Ibero-Americanos equitativamente para todas as coletividades, com especial atenção para a população jovem e devendo enfrentar os principais desafios como a diversificação de mercados, a melhoria da qualidade, a eficácia na promoção e comercialização de mercados, dos destinos e dos produtos, assim como a formação dos recursos humanos;

15. Gerar um plano de ação relativo a:

a. Coordenar diálogos entre grupos de países para analisar, desenhar, implementar e avaliar as atuações em matéria de turismo social para melhorar as condições de vida das populações envolvidas, de maneira particular os segmentos populacionais vulneráveis, entre eles jovens indígenas, afro-descendentes e com necessidades especiais e de escassos recursos;

b. Reiterar o compromisso adquirido de estabelecer uma rede Ibero-Americana de Centros de Formação Turística. Decidimos encarregar à SEGIB a realização de um estudo, com um apoio e sob a coordenação da OMT, com relação à oferta e demanda de cursos de formação em turismo no espaço Ibero-Americano, com o objetivo de que a oferta no domínio da formação responda as necessidades do setor turístico. O mencionado estudo deverá ser apresentado antes da IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo;

c. Trabalhar para promover, em estreita coordenação com as autoridades de educação, a constituição de redes de centros de educação primária e secundária que permitam criar as condições idôneas para incrementar o nível de cultura turística dos jovens;

d. Incrementar o financiamento e a cooperação internacional com o objetivo que os países Ibero-Americanos com menores índices de desenvolvimento possam ter acesso à tecnologia de ponta para melhorar as condições de formação profissional da sua população jovem;

e. Condenar nos termos do Código Mundial de Ética para o Turismo a exploração dos seres humanos, em qualquer das suas formas, especialmente a sexual, e em particular quando afeta as crianças e os adolescentes, vulnera os objetivos fundamentais do turismo e constitui uma negativa da sua essência. Portanto, de acordo com o direito internacional, deve ser combatida sem reservas e com a cooperação de todos os Estados interessados, e sancionando com rigor nas legislações nacionais dos países visitados e dos países atores responsáveis desses atos, inclusive quando tenham sido cometidos no estrangeiro;

f. Definir políticas sociais de turismo que incluam a criação de infraestruturas adequadas, o estabelecimento de sistemas de apoio para as populações menos beneficiadas, utilização de fontes de energia renováveis e novas tecnologias como instrumentos de capacitação e de comercialização dos destinos turísticos;

g. Aprofundar a definição de estratégias e de produtos turísticos específicos aplicados às necessidades e características de cada coletividade, para que os programas turísticos sejam adequados (com prioridade aos jovens) e que sejam acessíveis a todos, tanto do ponto de vista físico (arquitetônico) como no aspecto econômico;

h. Impulsionar os programas deste apoio, capacitação e assistência técnica e financiamento orientados às Micro, Pequenas e Médias Empresas Turísticas que permitam seu fortalecimento institucional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do setor turismo;

i. Dar continuidade aos planos de marketing, promoção e qualidade dos principais destinos turísticos especialmente aqueles dirigidos ao turismo social;

16. Dar a conhecer à XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo o nosso apoio ao projeto "Promoção da Cultura de Paz por meio de empreendimentos turísticos juvenis", apresentado pelo país anfitrião, cujo objetivo é contribuir para a promoção de uma cultura de paz nos países Ibero-Americanos, que permita um incremento nos fluxos turísticos e adequadas relações entre turistas, comunidades e o ambiente natural e cultural destes países por meio de empreendimentos turísticos juvenis, comprometendo-nos, desta forma, a procurar instrumentalizar o mesmo por meio das instâncias correspondentes;



17. Solicitar aos Chefes de Estado e de Governo que instruam a formação de grupos de trabalho para que aqueles países que o desejam possam avançar na procura de acordos bilaterais ou multilaterais que facilitem o trânsito dos fluxos turísticos entre nossos países;

18. Expressar o nosso reconhecimento ao Governo e ao Ministério de Turismo de El Salvador pela hospitalidade oferecida e pelo trabalho realizado pelo Grupo Técnico de Trabalho de Turismo, que tem apoiado a presente Conferência, expressando assim o nosso compromisso de garantir a continuidade ao presente documento, cumprindo com as tarefas e os prazos derivados da presente declaração;

As Ministras e os Ministros de Turismo do espaço Ibero-Americano subscrevem a presente Declaração, nas suas versões em espanhol e português, ambas igualmente válidas, em Sonsonate, República de El Salvador, aos 18 dias do mês de julho de 2008.

Ficha Técnica Habitação e Desenvolvimento Urbano 2008

Conferência:	XIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Vivenda e Desenvolvimento Urbano		
Secretaria <i>Pro-Tempore</i> : Ministério de Obras Públicas, Transporte, Habitação e Desenvolvimento Urbano de El Salvador			
Contacto:	Mabel de Soudy	Website:	www.mop.gob.sv
Cargo:	Vice-Ministra de Habitação e Desenvolvimento Urbano	Endereço:	Plantel La Lechuza, Carretera a Santa Tecla, Km. 5,5
e-mail:	mabel.soudy@mop.gob.sv		São Salvador, El Salvador
Telefone:	(503) 2528 3007		
Secretaria Técnica: MINURVI			
Contacto:	Mabel Jiménez	Website:	www.minurvi.org www.vivienda.gov.ar
Cargo:	Secretária-Técnica (Diretora Nacional de Políticas Habitacionais da Argentina)	Endereço:	Alem, 339 5º piso Buenos Aires, Argentina
e-mail:	lymart@min.gov.ar ligimenez@hotmail.com		
Telefone:	(54-11) 5776 0961		
Fax:	(54-11) 5776 0966 / 5776 0965		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Dirección:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madri, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XIII Foro, Salinitas (El Salvador), 5 setembro		
2007:	XII Foro, Santiago (Chile), 8-10 outubro; Reunião Preparatória, Santiago (Chile), 18 maio		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Não há			
Observações			
<p>Desde 1998, as reuniões anuais do Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano coincidem com as da MINURVI, entidade de coordenação e de cooperação intergovernamental dos países da América Latina e do Caribe na área de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Os dois foros estabeleceram uma agenda comum de atividades, coordenando-se na implementação dos seus pontos de convergência.</p> <p>Resultados, mandatos e menções na XVIII Cúpula referentes a esta RMS, ver: - Declaração de São Salvador parágrafo 24</p>			

XIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Vivenda e Desenvolvimento Urbano

Salinitas, El Salvador, 5 de setembro de 2008

Os Ministros, Ministras, Autoridades Máximas e Chefes de Delegação de Vivenda e Desenvolvimento Urbano dos países membros da Conferência Ibero-Americana, reunidos em Sonsonate, República de El Salvador, por ocasião da realização de nosso XIII Foro, no âmbito da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a ser realizada em São Salvador no mês de outubro sobre o tema “Juventude e Desenvolvimento”;

Considerando:

1. Que o Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Vivenda e Desenvolvimento Urbano é a instância preparatória da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em matéria de coordenação e cooperação regional sobre os temas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, bem como para o desenho de políticas que permitam melhorar a situação habitacional da população da região.
2. Que o tema central da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo foi definido como “Juventude e Desenvolvimento”, razão pela qual o XIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Vivenda e Desenvolvimento Urbano considerou discutir o Tema de “Os Jovens na Cidade”, a fim de refletir sobre as condições que as sociedades ibero-americanas oferecem à população jovem.
3. Que as crianças e as e os jovens adoecem menos e melhoram, substancialmente, o seu rendimento escolar quando vivem numa moradia digna, livre de amontoamento, com acesso a serviços essenciais, tais como água, sanitários, eletricidade.
4. Que as e os jovens que pertencem a famílias que têm direitos de propriedade sobre sua vivenda, têm uma maior estabilidade por ter uma maior oportunidade de ter acesso a créditos que podem ser vitais para melhorar sua renda e, portanto, sua qualidade de vida.

5. Que existem famílias jovens vivendo em condições de precariedade, em moradias que carecem de infra-estrutura e serviços básicos essenciais, sem dispor também de áreas verdes e de lazer, e que estas condições favorecem o desenvolvimento de um estigma de exclusão que pode ser gerador de outros males sociais.

6. Que o entorno econômico atual, derivado da crise econômica que se vive mundialmente, vinculado a fatores como limitações no acesso ao trabalho e emprego de qualidade na maioria das grandes urbes, torna necessário analisar e avaliar a situação das e dos jovens na cidade e sua capacidade de acesso à vivenda e equipamentos urbanos, sendo estes elementos principais para ter uma qualidade de vida aceitável e um entorno positivo para a formação da família e o resgate de valores.

7. Que as e os jovens são o grupo populacional que, com maior interesse e força, demanda aos governos soluções em matéria de vivenda, equipamentos urbanos, espaços públicos, o que torna necessário que participem ativamente nos programas urbano-arquitetônicos e na execução de obras públicas a fim de fomentar o sentido de pertença e responsabilidade.

8. Que os governos devem propiciar um maior acesso a oportunidades de emprego para as e os jovens que, por sua vez, lhes facilitem o acesso a créditos para a aquisição da casa própria ou em aluguel, o que implica revisar os marcos legais e financeiros aplicáveis ao investimento em vivenda.

9. Ressaltar que as cidades são a expressão territorial e urbana de nossas sociedades e dos espaços públicos e privados ocupados por nossos jovens e a população geral e que um bom equipamento, desenho e planejamento das cidades gera uma melhor qualidade de vida para as e os habitantes de todas as idades.

Acordamos:

1. Elevar à consideração dos Chefes de Estado e de Governo, para sua inclusão na Declaração da XVIII Cúpula Ibero-Americana, implementar programas de intervenção urbana integral nos assentamentos e bairros que incluam, entre outros objetivos, a geração de espaços públicos ou a melhoria dos existentes e oportunidades de emprego e capacitação, com a participação dos e das jovens em seu desenho, execução e avaliação, a fim de favorecer a socialização, o encontro e a interação deste grupo populacional, obtendo sociedades mais inclusivas.

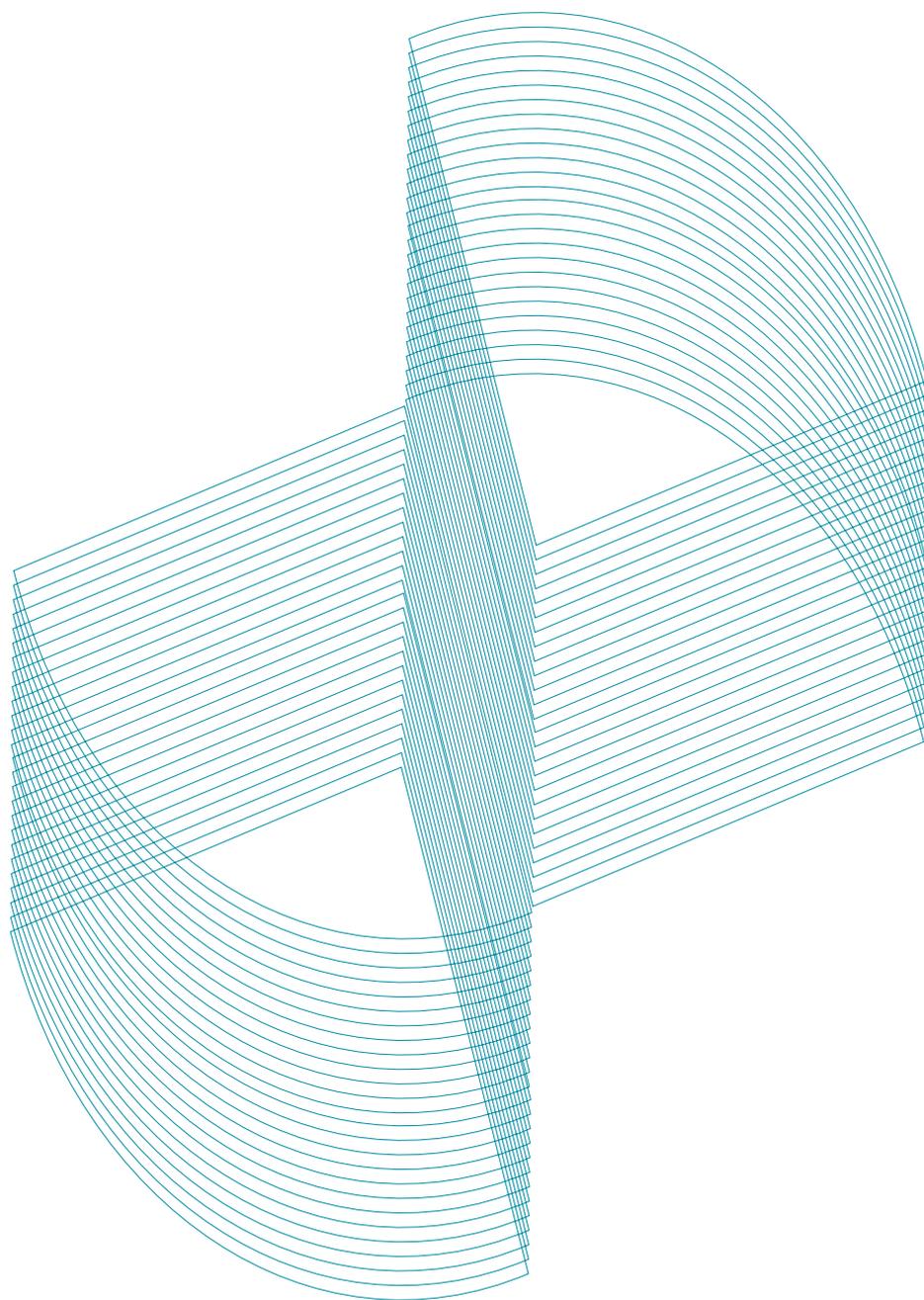


2. Incluir entre os grupos prioritários no acesso à vivenda as famílias vulneráveis ou de menor renda, cujos chefes de lar sejam jovens, bem como na promoção da legalização de suas propriedades ou outras formas de posse formal tal como o aluguel.

Os Ministros, Ministras, Autoridades Máximas e Chefes de Delegação dos países Ibero-Americanos assinamos a presente Declaração em suas duas versões em espanhol e português, ambas igualmente válidas, em Sonsonate, El Salvador, aos 5 dias do mês de setembro do ano dois mil e oito.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana.



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008 Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana.

Reuniões	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
Transpasso da Secretaria <i>Pro-Tempore</i> a El Salvador	SPT	JAN	18	São Salvador	El Salvador
Missão preparatória da XVIII Cúpula	SPT	FEV	4-7	São Salvador	El Salvador
I Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	MAR	31	São Salvador	El Salvador
Seminário Juventude e Desenvolvimento	SPT/OIJ	ABR	1-2	São Salvador	El Salvador
Reunião Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis da Juventude	SPT/OIJ	ABR	3	São Salvador	El Salvador
XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação	SPT/OEI	MAI	19-20	Salinitas	El Salvador
XI Conferência Ibero-Americana de Cultura	SPT/OEI	MAI	22-23	São Salvador	El Salvador
II Conferência Ibero-Americana de Gênero	SPT	JUN	5-6	São Salvador	El Salvador
X Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência	SPT	JUN	19	São Salvador	El Salvador
X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado	SPT/CLAD	JUN	26-27	São Salvador	El Salvador
II Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsável de Cooperação	SPT	JUL	3-4	Gijón	Espanha
X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde	SPT	JUL	11-12	São Salvador	El Salvador
VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo	SPT	JUL	17-19	Salinitas	El Salvador
Seminário Regional Juventude e Desenvolvimento	SPT/OIJ	JUL	30-31	Buenos Aires	Argentina
VII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura	SPT	SET	2	São Salvador	El Salvador

Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Foros e Encontros

Reuniões Ministeriais Setoriais

Reuniões vinculadas ao tema da XVIII Cúpula

Reuniões	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
XIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor da Vivienda e Desenvolvimento Urbano	SPT/MINURVI	SET	3-5	Salinitas	El Salvador
III Foro Ibero-Americano de Governos Locais	SPT	SET	4-5	São Salvador	El Salvador
I Foro Ibero-Americano de Ministros do Trabalho	SPT	SET	8-9	Salinitas	El Salvador
IV Foro Parlamentar	SPT	SET	11-12	São Salvador	El Salvador
IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Agricultura	SPT	SET	17	Salinitas	El Salvador
XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos	SPT/COMJIB	SET	18-19	São José	Costa Rica
Almoço de Trabalho de Chanceleres	SPT	SET	26	Nova Iorque	Estados Unidos
Seminário Regional Juventude e Desenvolvimento	SPT/OIJ	SET	29-30	Sevilha	Espanha
VIII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente	SPT	SET	29-30	Assunção	Paraguai
XII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)	SPT	OUT	2-3	Montevideu	Uruguai
Seminário Regional Juventude e Desenvolvimento	SPT/OIJ	OUT	15-16	México	México
III Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	OUT	26-28	São Salvador	El Salvador
IV Encontro Cívico	SPT	OUT	28-29	São Salvador	El Salvador
IV Encontro Empresarial	SPT	OUT	28-29	São Salvador	El Salvador
Reunião de Chanceleres	SPT	OUT	29	São Salvador	El Salvador
XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	SPT	OUT	29-31	São Salvador	El Salvador
XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis de Juventude	SPT/OIJ	JAN.09	29-30	Santiago	Chile

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Chanceleres

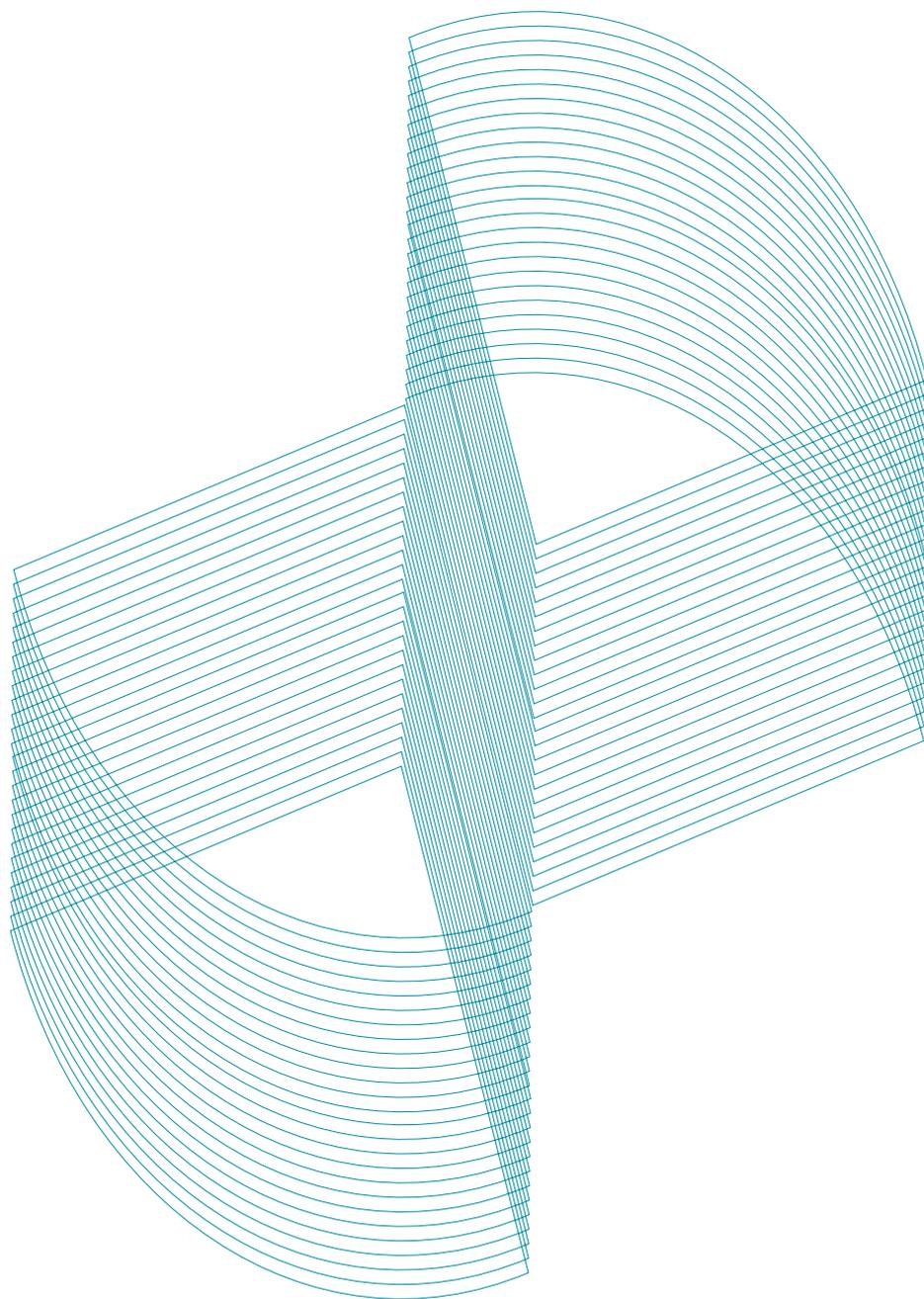
Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

Reuniões vinculadas ao tema da XVIII Cúpula

Reuniões Ministeriais Setoriais

Foros e Encontros

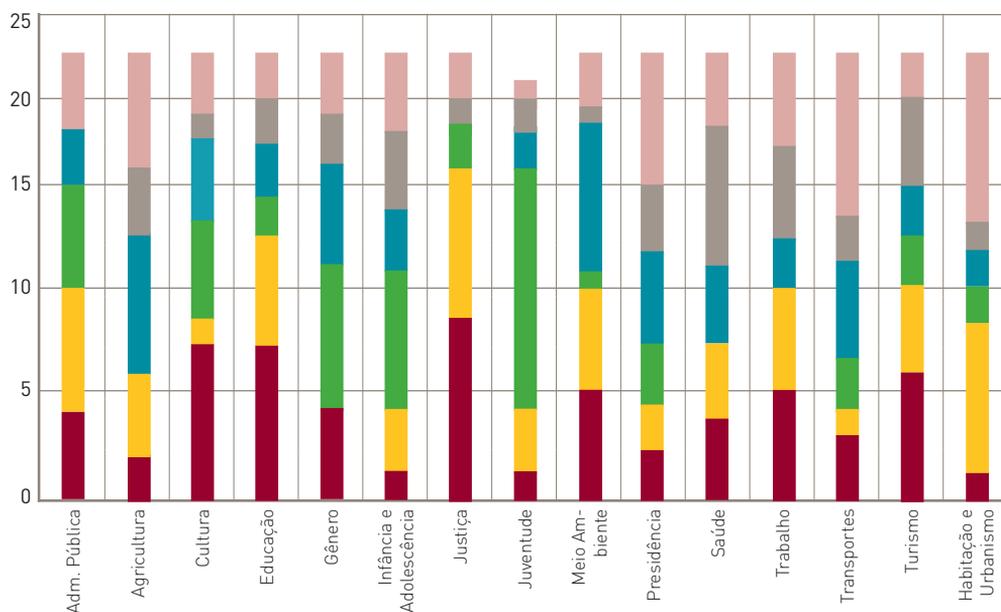
Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008
Assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais

Reunião	Ministros	"Vice-Ministros"	Altos Funcionários	Corpo Diplomático	Outros	Ausências
Adm. Pública	4	6	5	3	0	4
Agricultura	2	4	0	6	4	6
Cultura	7	1	5	5	1	3
Educação	7	5	2	3	3	2
Gênero	4	0	7	5	3	3
Infância e Adolescência	1	3	7	3	4	4
Justiça	8	8	2	0	2	2
Juventude	1	3	12	2	2	1
Meio Ambiente	5	5	1	7	1	3
Presidência	2	2	3	5	3	7
Saúde	6	2	3	7	0	4
Trabalho	5	5	0	2	5	5
Transportes	3	1	3	4	2	9
Turismo	6	4	2	3	5	2
Habitação e Urbanismo	1	7	2	2	1	9

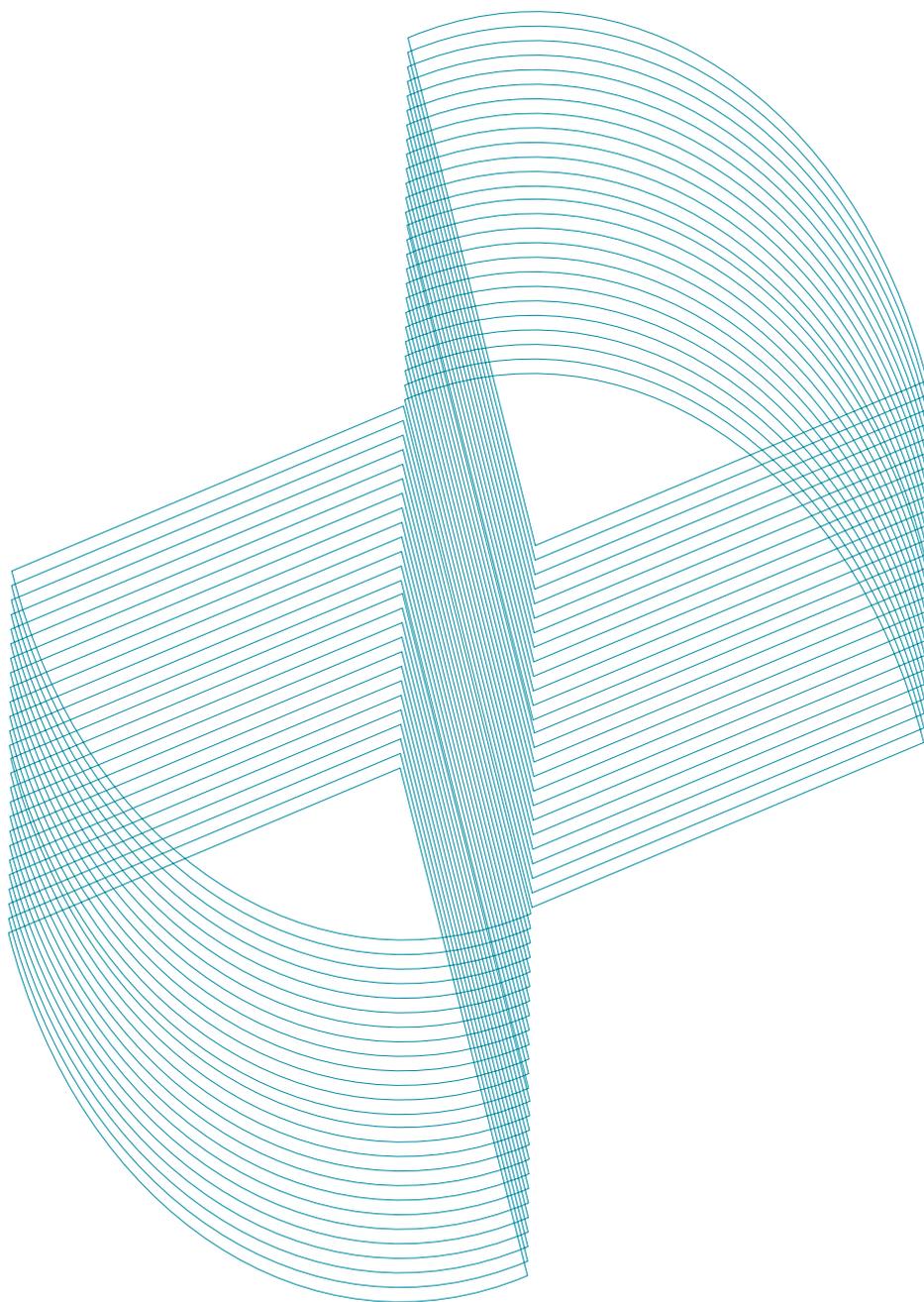


Notas ao quadro estatístico de assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais

1. A análise baseia-se em um delegado por país (o chefe da delegação). Não se levou em conta o número de membros de cada delegação.
2. Somente se consideraram as reuniões setoriais de caráter ministerial, não as técnicas nem as preparatórias.
3. O nível de participação está condicionado pelas diferenças de composição das carteiras ministeriais entre os 22 países. Em decorrência, reuniões como as de Juventude ou Infância e Adolescência refletem baixa participação de Ministros, já que nem todos os países contam com essas carteiras ministeriais.
4. Nota-se, por um lado, um aumento das RMS e, por outro, uma queda na participação de ministros e vice-ministros, mais ausências e uma clara tendência a delegar a representação a diplomatas acreditados no país sede.
5. No calendário da Conferência Ibero-Americana correspondente a 2008, houve duas reuniões de Juventude de nível ministerial; a primeira convocada *ad-hoc* preparatória da XVIII Cúpula e a XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude, celebrada em janeiro de 2009 por motivo de força maior. Para o quadro estatístico levou-se em conta apenas a XIV Conferência.
6. A coluna da Conferência de Juventude é mais curta porque o total de países membros da OIJ em 2008 é de 21. Andorra não faz parte da Organização.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

*Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais
da XII à XVIII Cúpula (de 2002 a 2008)*



Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XII à XVIII Cúpula, de 2002 a 2008

	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)
Administração Pública e Reforma do Estado	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Santo Domingo, junho)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Santa Cruz de la Sierra, junho)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São José, julho)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Madri, junho)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Montevideú, junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Pucón, maio-junho)	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São Salvador, junho)
Agricultura	VI Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Santo Domingo, outubro)	VII Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Tarija, setembro)		VIII Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Santiago de Compostela, setembro)			IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Agricultura (Salinitas, setembro)
Ciência e Tecnologia	X Conferência do Programa CYTED (Santo Domingo, junho)	Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-Americana das Nações (Madri, Espanha, setembro)	A Reunião Científica deu origem a uma Declaração de Ministros Ibero-Americanos da Ciência e Tecnologia que foi elevada à Cúpula de São José.				
Cultura	VI Conferência Ibero-Americana de Cultura (Santo Domingo, outubro)	VII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Cochabamba, outubro)	Reunião de Altos Funcionários de Assuntos Culturais (São José)	VIII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Córdoba, junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Cultura (Montevideú, julho)	X Conferência Ibero-Americana de Cultura (Valparaíso, julho)	XI Conferência Ibero-Americana de Cultura (São Salvador, maio)
Economia e Fazenda		V Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e da Fazenda (Santa Cruz de la Sierra, novembro)					
Educação	XII Conferência Ibero-Americana de Educação (Santo Domingo, outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Educação (Tarija, julho)	XIV Conferência Ibero-Americana de Educação (São José, outubro)	XV Conferência Ibero-Americana de Educação (Toledo, julho)	XVI Conferência Ibero-Americana de Educação (Montevideú, julho)	XVII Conferência Ibero-Americana de Educação (Valparaíso, julho)	XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministros da Educação (Salinitas, maio)

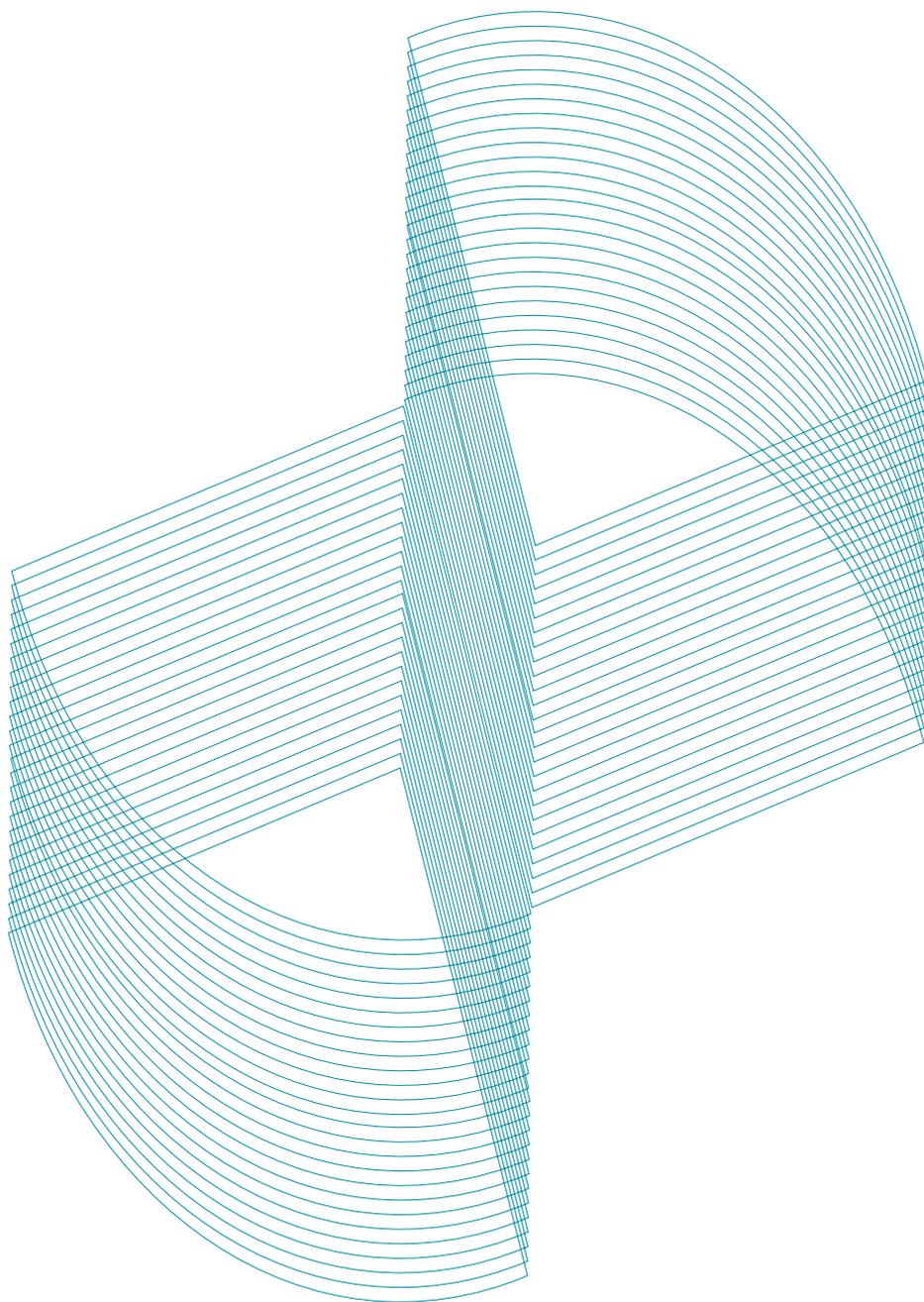
Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais de XII à XVIII Cúpula, de 2002 a 2008

	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)
Energia					I Reunião Ministerial Ibero-Americana de Energia (Montevideu, setembro)		
Infância e Adolescência	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Santo Domingo, outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (São José, outubro)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (León, setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Montevideu, outubro)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Pucón, maio)	X Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (São Salvador, junho)
Justiça			XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça (Fortaleza, Brasil, maio/junho)		XV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (Las Palmas, Espanha, setembro)		XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (San José, Costa Rica, setembro)
Juventude	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, (Salamanca, Espanha, outubro)		XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (México, México, novembro)	Reunião Extraordinária Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Badajoz, Espanha, outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (La Habana, Cuba, outubro)		XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis da Juventude (Santiago, Chile, janeiro 2009)
Meio Ambiente	III Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Bávaro, julho)	III Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Oaxaca, México, outubro)	IV Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Cascais, Portugal, outubro)	V Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Colón, Panamá, setembro)	VI Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (São Salvador, El Salvador, junho)	VIII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Assunção, Paraguai, junho)
Políticas da Mulher (Gênero)						I Conferência Ibero-Americana de Gênero (Santiago, outubro)	II Conferência Ibero-Americana de Gênero (São Salvador, junho)
Presidência e Equivalentes	VII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Lisboa, Portugal, setembro)	VIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Panamá, setembro)		IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (México, México, setembro)	X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Cartagena, Colômbia, outubro)	XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (São José, Costa Rica, agosto)	XII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Montevideu, Uruguai, outubro)

	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)
Saúde	IV Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (La Romana, novembro)			VII Conferência de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Granada, setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Saúde (Colômbia de Sacramento, outubro)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Saúde (Iquique, julho)	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde (San Salvador, julho)
Segurança Social	III Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Valencia, Espanha, maio)	IV Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Alicante, Espanha, outubro)		V Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Segóvia, setembro)		VI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Iquique, julho)	
Sociedade da Informação	II Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade da Informação (Sevilla, Espanha, abril)	III Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade da Informação (Alicante, Espanha, novembro)					
Trabalho							I Foro Ibero-Americano de Ministros do Trabalho (Salinitas, setembro)
Transportes e Infraestruturas				VI Encontro de Ministros do Transportes e Infra-Estruturas da Ibero-América (Málaga, setembro)			VII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura (San Salvador, setembro)
Turismo	II Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Bávaro, setembro)	III Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (San José, outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Zamora, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Colômbia de Sacramento, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Buque Aquiles, Puerto Montt-Laguna, San Rafael, Chile, set-out)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Salinitas, julho)
Habitação e Urbanismo	VII Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Santo Domingo, outubro)	VIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (La Paz, novembro)	IX Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (San José, outubro)	X Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Guadalupe, setembro)	XI Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevideu, setembro)	XII Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevideu, setembro)	XIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor de Vivienda e Desenvolvimento Urbano (Salinitas, setembro)

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

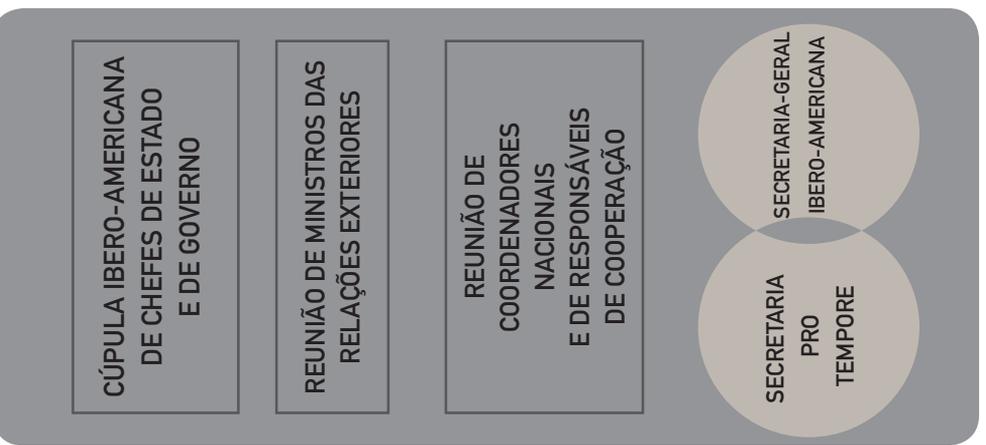
Quadro da Conferência Ibero-Americana



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Conferência Ibero-Americana

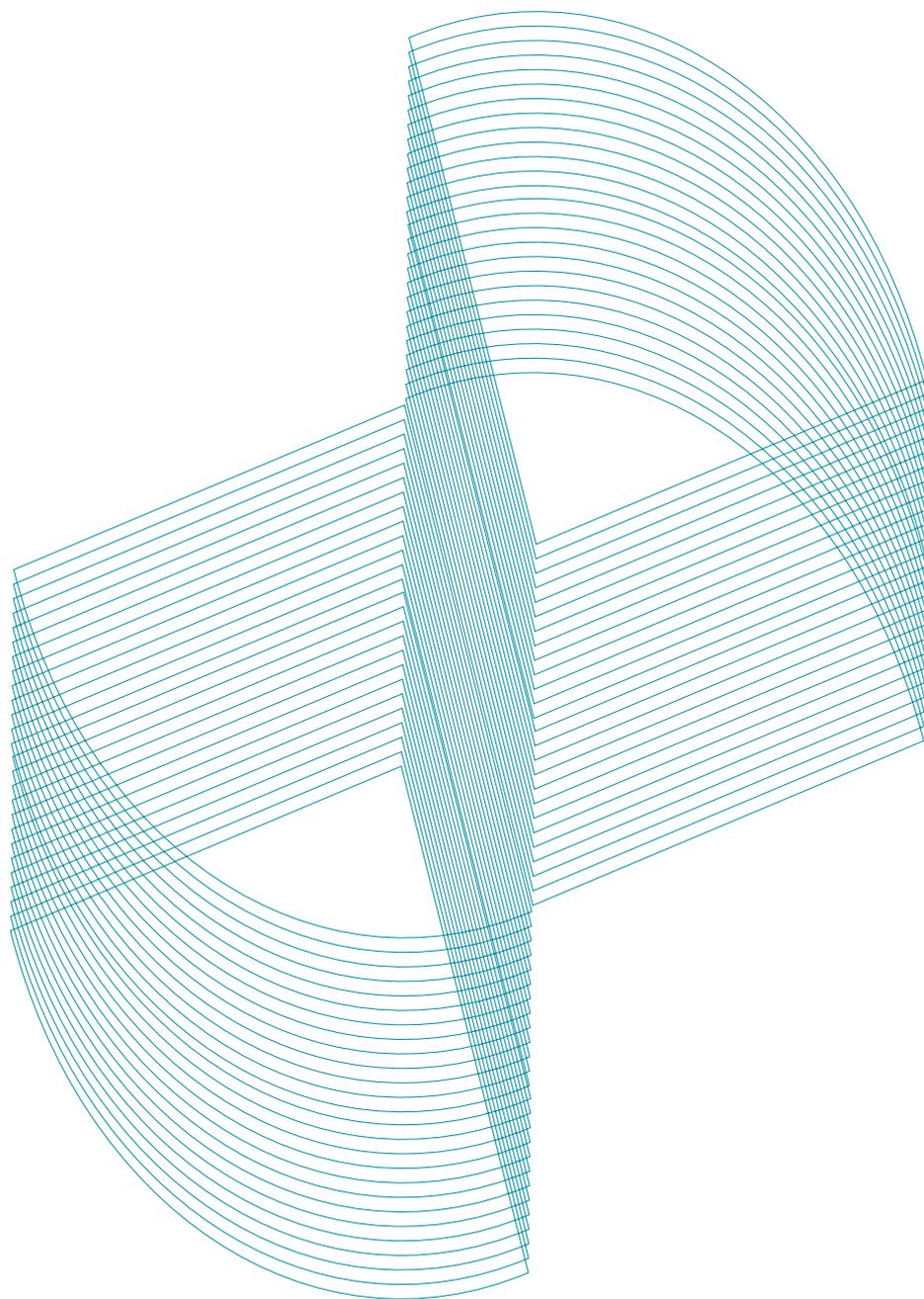
REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS		PROGRAMAS CÚPULA
	(*)	ADAI
Educação	(18)	CYTED
Justiça	(16)	FORMAÇÃO EM POLÍTICAS DE INFÂNCIA
Juventude	(14)	FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA-RECURSOS HÍDRICOS
Habitação e Desenvolvimento Urbano	(13)	FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL
Presidência	(12)	GESTÃO TERRITORIAL
Cultura	(11)	IBERBLH - BANCOS DE LEITE HUMANO
Administração Pública	(10)	IBERCENA
Infância e Adolescência	(10)	IBERGOP
Saúde	(10)	IBERMEDIA
Agricultura	(9)	IBERMUSEUS
Gênero/Políticas da Mulher	(8)	IBERPINE
Turismo	(8)	MOBILIDADE ACADÊMICA PABLO NERUDA
Meio Ambiente	(8)	PICBIP
Transportes e Infra-estrutura	(7)	PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO
Segurança Social	(6)	RADI
Economia e Fazenda	(5)	RILVI
Sociedade de Informação	(3)	TEIB
Ciência e Tecnologia	(3)	INICIATIVAS IBERO-AMERICANAS
Desenvolvimento Social	(1)	CIBIT
Energia	(1)	EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS JUVENIS PARA UMA CULTURA DE PAZ
Trabalho	(1)	IBERORQUESTRAS JUVENIS
		IMPLANTAÇÃO DO CONVÊNIO IBERO-AMERICANO DE SEGURANÇA SOCIAL
		SEGUNDO TEMPO
		PROJETOS ADSCRITOS
		CIDEU
		IBERQUALITAS
		PROJETOS E INCLUSÃO SOCIAL
		UNIÃO IBERO-AMERICANA DE MUNICIPALISTAS(IUMI)
		VIRTUAL EDUCA



(*) Número de reuniões realizadas

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Anexos



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2008

Anexos

Declaração de São Salvador

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e dois países membros da Comunidade Ibero-Americana, reunidos na cidade de São Salvador, República de El Salvador, por ocasião da XVIII Cúpula Ibero-Americana cujo tema é “Juventude e Desenvolvimento”, inspirados na importância que reveste, para o presente e para o futuro de nossas sociedades, o atendimento das necessidades da juventude, como protagonista e beneficiária do desenvolvimento e de políticas públicas voltadas para assegurar aos nossos povos os mais altos níveis de equidade, justiça social, solidariedade, participação e inclusão;

Reconhecendo a importância que representa a família como espaço de socialização, formação vital e transmissão de valores no desenvolvimento integral das e dos jovens para contribuir a uma vida adulta responsável e fortalecer a inclusão e a coesão social;

Considerando os valiosos insumos relativos à temática “Juventude e Desenvolvimento” provenientes das diversas Reuniões Ministeriais Setoriais, dos Seminários realizados em São Salvador, Buenos Aires, Sevilha e Cidade do México, bem como as contribuições dos Encontros Cívico e Empresarial e dos Foros Parlamentar e de Governos Locais;

Reafirmando o nosso compromisso com os valores, princípios e acordos que constituem o Acervo Ibero-Americano.

Acordamos

1. Reconhecer o papel central do Estado no estabelecimento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas jovens e para a obtenção de sociedades mais inclusivas, justas e solidárias nos nossos países, e que tenham em conta a proteção e a promoção dos seus direitos, a perspectiva de gênero, a diversidade e os aspectos inter-geracionais de nossas sociedades.

2. Desenvolver políticas que promovam, na juventude ibero-americana, os valores da solidariedade, justiça, tolerância, igualdade, equidade e paz, bem como sua ativa participação como atores do desenvolvimento, no contexto de um mundo globalizado e interdependente.

3. Criar e fortalecer as instituições nacionais responsáveis pela área da juventude, promovendo-as com um quadro jurídico adequado e dotando-as de recursos humanos, financeiros e materiais que lhes permitam desenvolver as políticas e os programas formulados para atender às necessidades das e dos jovens dos nossos países.

4. Reafirmar o nosso compromisso com os princípios e propósitos reconhecidos na Carta das Nações Unidas, com os valores essenciais da democracia, a promoção e o respeito a todos os direitos humanos, o fortalecimento do multilateralismo, o combate ao terrorismo e à delinquência transnacional organizada e o repúdio às medidas coercitivas unilaterais, contrárias ao direito internacional, os quais constituem pilares fundamentais para que as e os jovens contribuam como sujeitos ativos para a construção de sociedades baseadas na justiça social, na tolerância e na convivência pacífica.

5. Promover e aprofundar uma estratégia de desenvolvimento integral que permita ajudar o desenvolvimento humano da juventude, mediante a execução de programas e ações que contribuam à erradicação da pobreza e garantam o acesso à saúde e à educação de qualidade, ao trabalho digno e à segurança alimentar e nutricional, que fortaleça seu pleno desenvolvimento com igualdade de oportunidades, a fim de contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

6. Fortalecer as políticas educacionais e culturais que se destinem a assegurar o direito à educação de qualidade, desde a primeira infância e à cobertura universal e gratuita do ensino primário e secundário e a melhorar as condições de vida e as oportunidades reais das e dos jovens, visando o seu crescimento integral, para alcançar níveis mais elevados de inclusão e desenvolvimento social nos nossos países e avançar na consolidação do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, no âmbito das Metas Educativas 2021.

7. Estimular políticas, que se incluam no âmbito da parceria público-privada, voltadas para facilitar a integração plena das e dos jovens na Sociedade da Informação e do Conhecimento, através do acesso universal às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), e o desenvolvimento de conteúdos digitais, mediante programas de alfabetização digital que reduzam a brecha existente, a fim de promover o acesso ao emprego, ao empreendimento e à realização pessoal. De igual maneira, fortalecer o pessoal docente na elaboração de programas de estudo nesta matéria e incorporar as TICs aos processos educativos.

8. Incentivar programas que promovam o ensino da ciência e da tecnologia de modo a propiciar o estímulo de vocações para a ciência nas e nos jovens, visando garantir a formação e a transição das novas gerações de pesquisadores, inovadores e cientistas nos nossos países ibero-americanos.

9. Promover uma agenda específica para as e os jovens da região ibero-americana através de programas que ampliem suas oportunidades de acesso e permanência nos sistemas educacionais, que incentivem a capacitação técnica e a formação profissional necessárias que lhes permitam superar os obstáculos pela falta de experiência prévia e lhes facilitem o acesso ao trabalho decente e emprego produtivo e de qualidade, incluindo programas de micro-crédito e serviços de orientação profissional que facilitem a transição escola-trabalho, reafirmando a importância de fomentar, no setor privado, o exercício da responsabilidade social e empresarial no momento de gerar oportunidades.

Incentivar o desenvolvimento de políticas de inserção no mercado de trabalho dirigidas a facilitar a incorporação das e dos jovens rurais, afro-descendentes e indígenas nos programas de geração de emprego.

10. Impulsionar políticas públicas que contribuam para a inclusão social das e dos jovens, através da geração de oportunidades que os afastem de condutas violentas e delituosas e que lhes facilitem o acesso efetivo à justiça. Congratulamo-nos com as iniciativas conjuntas que possam tomar nesta área a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos e a Organização Ibero-Americana da Juventude.

11. Incorporar aos sistemas de educação programas de capacitação e empreendedorismo a fim de desenvolver a atividade produtiva e a contribuição transformadora dos jovens, incluídos a promoção da micro, pequena e média empresa, o cooperativismo e o associativismo, como meios para diversificar as alternativas de geração de emprego, contribuindo para o desenvolvimento social de uma sociedade mais justa e inclusiva

12. Fortalecer sistemas de saúde de qualidade e atenção universal, bem como estabelecer políticas públicas que permitam garantir o acesso das e dos jovens a esses sistemas, que incluam a prestação de serviços de prevenção, atenção e reabilitação. Contribuir, também, para o desenvolvimento de práticas saudáveis, para a atenção de suas necessidades especiais em matéria de educação em saúde sexual e reprodutiva, transtornos alimentares, dependências tais como o tabagismo e o alcoolismo, entre outras, e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em especial o HIV/AIDS.

13. Fortalecer as políticas educacionais sobre sexualidade responsável, em todos os seus enfoques, bem como o conhecimento das consequências das condutas de risco, contribuindo para evitar ou reduzir a gravidez de adolescentes, de maneira co-responsável com a família e a escola, em conformidade com os valores morais e a legislação interna de cada um dos países.

14. Reconhecer o direito das e dos jovens portadores de deficiências de desenvolverem-se em condições e circunstâncias adequadas, próprias de uma sociedade inclusiva, que assegurem uma vida digna e que contribuam com o seu desenvolvimento integral, inserção no mercado de trabalho e realização pessoal.

15. Fortalecer, através do intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas, as políticas públicas de combate ao tráfico e de prevenção e tratamento do consumo de drogas junto à população juvenil, a partir da perspectiva da juventude atingida - e não responsável - por esta problemática, dedicando-lhe uma atenção diferenciada.

16. Garantir o exercício do direito das e dos jovens a viver em um ambiente de paz, gerando espaços inter-geracionais e interculturais de diálogo e de participação política, que permitam a construção de uma ordem internacional e de sociedades mais equitativas, coesas, participativas, democráticas e inclusivas.

17. Fortalecer as iniciativas e estratégias nacionais e internacionais de prevenção do delito, sanção, reabilitação, atendimento diferenciado e educação especial para jovens com problemas de conduta social, reinserção social e erradicação da violência juvenil sob todas as suas formas, incluindo a violência de gênero.

18. Desenvolver e difundir experiências bem sucedidas e políticas que tenham como objetivo garantir e promover o exercício dos direitos das mulheres jovens e a sua incorporação em todos os âmbitos da sociedade, nas esferas local, regional, nacional e internacional.

19. Promover uma maior participação política e democrática da juventude mediante apoio às organizações, associações e redes juvenis ibero-americanas e ao recém-criado Espaço Ibero-Americano da Juventude, levando em conta sua plena autonomia.

20. Impulsionar campanhas de voluntariado nos âmbitos nacional e ibero-americano, que propiciem a participação solidária da juventude como meio de fortalecer os valores cidadãos e democráticos nas e nos jovens, sua participação em processos de tomada de decisões e na elaboração e execução de políticas públicas de juventude.

21. Promover e defender o exercício do direito das e dos jovens à informação, de maneira oportuna e veraz.

22. Incrementar ações dirigidas à educação ambiental para fomentar o respeito e o cuidado com o meio ambiente, promovendo a participação da juventude como ator estratégico da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável, mediante programas que promovam a recuperação e conservação do meio ambiente, a redução do risco em casos de desastres, o uso eficiente da energia, a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, para enfrentar os desafios apresentados pela mudança climática.

23. Incrementar o investimento público para garantir o acesso das e dos jovens ibero-americanos aos serviços de água potável e saneamento ambiental, bem como políticas que incentivem o uso e aproveitamento racional dos recursos hídricos.

24. Promover programas de financiamento e atendimento às e aos jovens ibero-americanos, incluindo dentro dos grupos prioritários de atenção àque- las famílias vulneráveis ou de menor renda, cujos chefes de família sejam jovens, para ampliar seu acesso à moradia e, com as potencialidades da coo- peração internacional, formular e promover programas de moradia sustentá- vel, a fim de garantir soluções habitacionais viáveis que incorporem espaços públicos, cujos projetos e execução incluam a participação de jovens.

25. Levar a cabo ações concretas no âmbito ibero-americano para comba- ter a crise alimentar, através de políticas públicas que promovam o desen- volvimento rural integral, a produção sustentável e o acesso aos alimentos, de modo a permitir-nos assegurar às futuras gerações seu direito à ali- mentação, com pertinência cultural e, de preferência, esforços de resgate e de produção de alimentos nativos.

26. Impulsionar, no âmbito do “Ano Ibero-Americano contra todas as for- mas de Discriminação”, políticas que promovam a eliminação de todo tipo de discriminação contra as e os jovens.

27. Promover, nas e nos jovens ibero-americanos, através de programas e iniciativas, o sentido de inclusão, o reconhecimento do valor da diversidade cultural, dos conhecimentos ancestrais e do saber popular, bem como a valorização do acervo cultural e histórico, reafirmando a identidade e pro- movendo o respeito aos povos indígenas e afro-descendentes. Reconhecer o papel decisivo desempenhado pela cultura ao possibilitar o desenvolvi- mento das e dos jovens e contribuir para a expansão de suas capacidades

humanas, bem como permitir e promover a obra de jovens criadores e a diversidade das expressões culturais da juventude.

28. Fomentar a gestão ordenada e segura da migração. Reiterar que a educação, o emprego e as oportunidades de desenvolvimento ajudem a evitar a fuga de cérebros e incidam positivamente no aproveitamento dos talentos dos jovens em seus países de origem.

29. Promover, no âmbito dos laços históricos e culturais que unem os países da região ibero-americana, e levando em consideração o Compromisso de Montevideu sobre Migração e Desenvolvimento, e em conformidade com os instrumentos internacionais sobre a matéria e respeitando a legislação nacional vigente, um diálogo estruturado e integral que permita superar as situações que atingem as e os migrantes e suas famílias, e avançar na agenda migratória vinculada com o desenvolvimento humano, positiva e proativa, baseada no pleno respeito aos seus direitos humanos, independentemente de sua condição migratória.

30. Fortalecer a prevenção e combate ao tráfico ilícito de migrantes e ao tráfico de pessoas, bem como a atenção às vítimas desses flagelos.

31. Promover espaços para as iniciativas e a participação das e dos jovens ibero-americanos no âmbito da Aliança de Civilizações e integrá-los nos grupos de trabalho e seus programas orientados à juventude, especialmente no relacionado com educação, emprego e meios de comunicação, no intuito de contribuir para a superação das barreiras culturais, gerando intercâmbios e atividades solidárias entre jovens procedentes de culturas diferentes.

32. Projetar políticas que incentivem a universalização da previdência social das e dos jovens que se incorporam ao mercado de trabalho e incentivar a assinatura ou, conforme o caso, os processos de ratificação, do Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social, adotado na Cúpula Ibero-Americana de Santiago do Chile.

33. Desenvolver ou fortalecer programas de proteção e assistência social para as e os jovens em condições de enfermidade, viuvez e orfandade, portadores de deficiências e vítimas de acidentes de trabalho, com o objetivo de facilitar sua plena incorporação à sociedade.

34. Promover o esporte como uma atividade intrínseca ao desenvolvimento integral das e dos jovens ibero-americanos, como fator de inclusão social para atenuar sua exposição às situações de risco social. Nesse sentido, aprovamos a incorporação da Assembléia-Geral do Conselho Ibero-Ame-

ricano dos Esportes como reunião oficial da Conferência Ibero-Americana, bem como, no nosso calendário oficial, o estabelecimento do dia 4 de agosto como o Dia Ibero-Americano dos Esportes.

35. Coordenar ações, com os governos locais, para estimular o desenvolvimento de iniciativas descentralizadas voltadas à juventude, beneficiando-se das vantagens dos municípios, em termos de proximidade e eficiência, em conformidade com as normas jurídicas de cada Estado e no quadro dos planos de desenvolvimento nacional dos países

36. Tomar nota da entrada em vigor, este ano, da Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens.

37. Instruir nossos respectivos Ministérios e instâncias encarregadas, a avançar na aplicação do Compromisso de São Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento, em estreita comunicação com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), e solicitar-lhes que apresentem relatório de seus avanços por ocasião da XIX Cúpula em Portugal em 2009.

38. Da mesma forma, **instruir** a nossas autoridades competentes a avançar no cumprimento do Programa de Ação de São Salvador, em suas diversas áreas de execução, bem como dar seguimento às atividades realizadas pela Secretaria-Geral Ibero-Americana em cumprimento do Programa de Ação de Santiago.

39. Reiterar nossos agradecimentos aos Governos de Portugal, Argentina e Espanha que realizarão a XIX Cúpula Ibero-Americana em 2009, a XX em 2010 e a XXII em 2012, em Cádiz, respectivamente.

40. Agradecer muito especialmente à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) as gestões desenvolvidas em 2008, na execução dos mandatos emanados das Cúpulas.

41. Finalmente, **agradecer** ao Povo e ao Governo de El Salvador pela cálida hospitalidade proporcionada durante a XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, bem como o excelente trabalho desempenhado em sua qualidade de *Secretaria Pro-Tempore*.

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da Conferência Ibero-Americana subscrevemos a presente Declaração, em dois textos originais, nos idiomas espanhol e português, ambos de igual valor, na cidade de São Salvador, El Salvador, no dia 31 de outubro de 2008.

Compromisso de São Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos, no âmbito da XVIII Cúpula Ibero-Americana, adotamos o Compromisso de São Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento, o qual é parte integral da Declaração e se aplicará de acordo com os ordenamentos jurídicos internos de cada país, englobando ações em diversas áreas. Para tanto:

1. Aprovamos o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015, apresentado pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), como marco referencial para as ações futuras dos nossos Governos em matéria de política da Juventude, o que permitirá, inter alia, a adequada articulação das instituições, agências e organismos internacionais envolvidos nessa matéria. Da mesma forma, ressaltamos a importância de incluir a revisão permanente do Plano e adequá-lo aos objetivos nacionais dos países-membros.

Nesse sentido, destacamos que os programas e iniciativas ibero-americanas que contribuam para a implementação deste Plano, conforme ao mandato dos Responsáveis de Cooperação, deverão seguir os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo para a elaboração de Programas de Co-operação, aprovado na XVI Cúpula Ibero-Americana de Montevideu

2. Aprovamos a Iniciativa “Segundo Tempo”, com o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte e do lazer como instrumento de educação para as e os jovens, mediante a organização de atividades fora do horário escolar.

3. Aprovamos a iniciativa de apoio à constituição do Espaço Musical Ibero-Americano “IBERORQUESTRAS Juvenis” apresentada pela SEGIB e Venezuela, tomando como modelo de implementação o Sistema de Orquestras Infantis e Juvenis da Venezuela para, desta maneira, continuar promovendo o conhecimento das diversas formas de arte e cultura às e aos jovens ibero-americanos.

4. Aprovamos a Iniciativa “Empreendimentos Turísticos Juvenis para o Fortalecimento de uma Cultura de Paz”, que visa a formação de redes de microempresários turísticos e o intercâmbio de boas práticas na promoção de produtos e serviços turísticos que fortaleçam a identidade cultural às e aos jovens ibero-americanos.

5. Instruímos a SEGIB e a OIJ a lançar uma campanha de sensibilização contra a violência de gênero na região, especialmente entre jovens, em colaboração com os mecanismos existentes, neste domínio, nos países-membros.

6. Instruímos a SEGIB e a OEI a iniciar, com brevidade, em conjunto com os Ministros da Educação, a identificação das Metas Educacionais 2021 “A Educação que queremos para os Jovens dos Bicentenários”.

7. Tomamos nota da constituição da Federação Ibero-Americana de Jovens Empresários, celebrada em Buenos Aires, em 31 de julho de 2008, no âmbito do Encontro de Jovens Empresários.

8. Felicitamos a aprovação da proposta “Promoção de Trabalho digno para a juventude da América Central, Panamá e República Dominicana”.

9. Reconhecemos o trabalho da OIJ em matéria de juventude e desenvolvimento, como resultado das reuniões ministeriais ibero-americanas, particularmente no que se refere aos seguintes temas:

- Fomento da Segurança Viária e Prevenção dos Acidentes de Trânsito, em colaboração com a Associação Ibero-Americana de Segurança Viária, a ser proximamente estabelecida.
- Estabelecimento de um Sistema de Indicadores que contribua com as Pesquisas Regionais sobre Juventude, em colaboração com o Observatório Ibero-Americano da Juventude.
- Desenvolvimento de Ações de Voluntariado a nível ibero-americano que fortaleça os programas nacionais e fomente a participação solidária da juventude, para promover os valores cidadãos e democráticos das e dos jovens, sua participação nos processos de tomada de decisão e a construção de uma cidadania ibero-americana ativa.

Destacamos que os programas e iniciativas ibero-americanas ao desenvolvimento destas propostas, conforme o mandato dos Responsáveis de Cooperação, deverão seguir os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo para a elaboração de Programas de Cooperação aprovado na XVI Cúpula Ibero-Americana de Montevideu.



10. Aprovamos a transformação em Programa Cúpula da Iniciativa Ibero-Americana para Mobilidade de Estudantes e Docentes “Pablo Neruda” e reconhecemos os progressos na implementação nas novas linhas de ação do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento. Solicitamos à SEGIB que, junto com a OEI e CUIB, trabalhe na elaboração de proposta orientada a fomentar o uso compartilhado de infra-estruturas científicas e tecnológicas visando sua apresentação na Cúpula de Portugal.

11. Aprovamos o início do funcionamento do Projeto Adscrito “Tecnologias da Informação e o Conhecimento (TICs) e Coesão Social”, incentivado pela Associação Ibero-Americana de Centros de Pesquisa e Congressos de Telecomunicações (AHCJET), que possibilitará a transferência de práticas exitosas na área de TICs, com o propósito de melhorar a inclusão e a coesão social, especialmente entre os jovens, em consonância com as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Programa de Ação de São Salvador

Conforme as deliberações mantidas pelos Estados-membros da Conferência Ibero-Americana, relativas a temas de alta relevância não vinculados diretamente ao tema central da XVIII Cúpula Ibero-Americana, “Juventude e Desenvolvimento”, e em seguimento dos mandatos anteriores, acordamos, igualmente:

1. Aprovar o “Consenso de São Salvador sobre as Modalidades de Participação na Conferência Ibero-Americana”, visando promover a mais estreita vinculação institucionalizada com outros membros e atores da comunidade internacional, mediante a criação da figura de Observadores Associados (Estados) e Observadores Consultivos (Organismos Internacionais) para outros Estados e Organismos, conforme os critérios estabelecidos.

2. Adotar as medidas enumeradas no documento “Fortalecimento Institucional da Conferência Ibero-Americana”, com o propósito de alcançar uma melhor articulação, coordenação e racionalização das reuniões da Conferência Ibero-Americana.

3. Continuar com os trabalhos realizados sobre o tema migratório, apegando-nos ao espírito que na matéria expressa a Declaração de São Salvador, como seguimento do Compromisso de Montevideú, que engendrou o diálogo, a concertação e as ações de cooperação entre os países ibero-americanos, durante o I Foro Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, celebrado em 9 e 10 de abril de 2008, em Cuenca, Equador. Solicitamos, também, à SEGIB, organizar, com a colaboração da CEPAL e da OIM, o II Foro Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, a celebrar-se em El Salvador, em 2010. Instamos a SEGIB, a CEPAL e a OIM a dar início às atividades de implementação do Compromisso de Montevideú previstas no Memorando de Entendimento para a cooperação institucional entre os três organismos.

4. Tomar nota dos resultados do II Foro Ibero-Americano sobre Segurança Pública, Violência e Políticas Públicas no Âmbito Local, celebrado em Barcelona, em julho de 2008, organizado pela SEGIB, pela Assembleia Legislativa, pela Prefeitura de Barcelona e pela Federação Espanhola de Municípios e Províncias, e solicitar à SEGIB dar continuidade à linha de trabalho empreendida nesta área.

5. Tomar nota do processo iniciado pelo Foro de Governos Locais, que aprovou um Projeto de Carta Ibero-Americana da Autonomia Local, em referência às políticas de descentralização que permitam aos municípios desenvolver adequadamente suas competências e administrar livremente

seus recursos. Nesse sentido, encomendar à SEGIB organizar um Seminário Ibero-Americano sobre Descentralização e Autonomia Local para apoiar o processo.

6. Destacar os avanços no processo de elaboração e negociação do Acordo de aplicação do Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social, no desenvolvimento da Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana IDCISS, administrada pela SEGIB e a OISS.

7. Instruir a SEGIB e a OISS a que, em colaboração com outras instâncias nacionais e internacionais, realizem encontro ibero-americano e estudo sobre a situação dos idosos na região, identificando modelos e boas práticas, propondo linhas de ação para melhorar sua qualidade de vida.

8. Manifestar nosso beneplácito com as diretrizes acordadas para a comemoração dos bicentenários de várias nações ibero-americanas, apoiando as gestões do Grupo Bicentenário.

Igualmente, incitar os países que ainda não o fizeram, a aderir ao Grupo Bicentenário, a fim de iniciar as comemorações conjuntas em 2009, com o apoio da SEGIB, das Organizações do Sistema Ibero-Americano e dos organismos internacionais de financiamento e cooperação.

9. Saudar os esforços de institucionalização realizados pela Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos para continuar o trabalho nas linhas de ação empreendidas, especialmente no acesso à Justiça, nas novas tecnologias e nos processos de reformas penais, e incorporar novas áreas de ação, como a reforma do sistema penitenciário, a proteção dos direitos humanos e a promoção da qualidade e da transparência da Justiça na comunidade ibero-americana.

10. Felicitar as propostas de fortalecimento da cooperação jurídica na região e as iniciativas levadas a cabo pela Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRed) que, integrada por representantes dos Ministérios da Justiça, dos Ministérios Públicos e Promotores e dos Poderes Judiciais, converteram-se em ferramenta eficaz nos processos transnacionais. Tomamos nota, também, da adoção por parte da Cúpula Judicial Ibero-Americana, das Regras de Brasília, relativas ao acesso à Justiça dos grupos em condições de vulnerabilidade, promovidas igualmente pelas redes ibero-americanas de promotores, defensores públicos e colégios de advogados (AIAMP, AIDEF, UIBA).

11. Solicitar à SEGIB dar continuidade aos trabalhos que visam a realização do estudo relativo à constituição de um Centro Permanente de Gestão de Documentação e de um órgão de coordenação de estudos que permita avançar em direção à possível constituição de um Centro Virtual de Estudos para a Paz e a Segurança Internacionais.

12. Apoiar a realização de uma Reunião de Altas Autoridades de “Não Discriminação, Igualdade e Diversidades”.

13. Expressar o nosso beneplácito pela realização do Seminário de Cooperação Sul-Sul, para um Novo Paradigma da Cooperação Horizontal na Ibero-América, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, com o apoio da SEGIB e da AECID, em Cali, Colômbia, em junho de 2008, onde foi reiterada a importância de fortalecer o apoio a esse tipo de cooperação, dada sua contribuição ao desenvolvimento de capacidades.

Aprovamos o Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul na Ibero-América, o qual visa: a) fortalecer as instâncias nacionais que coordenam a cooperação; b) promover a adoção de posições regionais comuns a diversos foros de diálogo; c) contribuir ao desenvolvimento de sistemas de informação, monitoração e avaliação; d) identificar, sistematizar e replicar boas práticas, lições aprendidas e casos exitosos. Nesse sentido, instruímos à SEGIB a iniciar ações que permitam o início de seu funcionamento.

14. Instruir a SEGIB a continuar colaborando com o Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações na difusão dos princípios e valores do diálogo intercultural. Destacamos, no mesmo sentido, os resultados dos Foros Regionais Ibero-Americanos, realizados no Rio de Janeiro, em 5 e 6 de dezembro de 2007, e em Buenos Aires, em 28 e 29 de abril de 2008.

15. Promover a cooperação com países de renda média e zelar pelo cumprimento e implementação dos acordos da Conferência Intergovernamental de Madri, e das Conferências Internacionais de El Salvador e Namíbia, sobre Cooperação para o Desenvolvimento com Países de Renda Média, destacando a responsabilidade primordial que cada país tem com seu próprio desenvolvimento, entendendo que a renda per capita é um critério insuficiente para a análise integral dos problemas internos dos países e destacando que não existem fórmulas únicas nem universais para satisfazer as particularidades e objetivos de desenvolvimento deste grupo de países.

16. Trabalhar para promover iniciativas orientadas a um sistema de comércio multilateral justo e equitativo, que ofereça oportunidades de desenvolvimento a todos nossos povos. Nesse sentido, os países ibero-americanos reiteramos nosso compromisso de finalizar as negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento, no âmbito da Organização Mundial de Comércio, as quais devem ter o desenvolvimento como elemento essencial.

17. Promover a solidariedade e o compromisso para criar o ambiente e a sinergia propícios para estender o desenvolvimento em direção a uma sociedade mais justa e equitativa, através de um importante apoio em favor das necessidades de nossos povos, em especial os de economias pequenas e mais vulneráveis, entre os que se encontram os países sem litoral marítimo.

18. Reiterar nosso acordo com o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio, bem como com os compromissos do Consenso de Monterrey para financiar as mencionadas Metas. Fazemos, também, um apelo aos países signatários da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, para que cumpram os compromissos assumidos na Agenda de Ação de Acra, aprovada este ano, e que se esforcem por uma crescente incorporação da perspectiva dos países latino-americanos neste diálogo.

Solicitar, igualmente, a SEGIB a participar, junto com os Estados Ibero-Americanos, da reunião de seguimento à Conferência de Monterrey, que terá lugar em Doha em novembro de 2008, insistindo na necessidade de que sejam cumpridos os compromissos de financiamento do desenvolvimento, acordados nessa Conferência.

19. Instruir nossos Ministros da Agricultura a elaborar um Plano de Ação Ibero-Americano que atenda, devidamente, à segurança alimentar da região, em detrimento dos já existentes no âmbito sub-regional, para responder aos desafios e obstáculos que dificultam o pleno desfrute do direito à alimentação. Prosseguir os esforços para combater os efeitos dos altos preços dos alimentos e superar as causas da crise alimentar global.

20. Manifestar a preocupação com a vulnerabilidade das nossas populações aos efeitos adversos da mudança climática; nesse sentido, consideramos importante o cumprimento dos compromissos previstos no Protocolo de Quioto, para o primeiro período de 2008-2012, bem como os períodos subsequentes a serem estabelecidos, de redução de emissões por parte dos países industrializados.



Fazemos um chamado à comunidade internacional a cooperar com os países em desenvolvimento no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em relação à transferência de tecnologia e financiamento e reiteramos a vigência e o papel central da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e do Protocolo de Quioto.

21. Continuar os esforços realizados no âmbito do Programa Ibero-Americano sobre a Formação em Políticas de Infância, aprovado na XVII Cúpula Ibero-Americana, e animar os países ibero-americanos a encontrar fórmulas de financiamento adicional para este propósito. Nesse sentido, reconhecer o esforço do Governo do Chile na criação de um Fundo para o Desenvolvimento da Infância.

22. Gerar ações conjuntas de proteção contra delitos informáticos que atentem contra os direitos e a segurança das crianças e das e dos adolescentes, tais como a exploração sexual comercial infantil e a pornografia de menores. Exortar os países ibero-americanos a participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que será realizado no Rio de Janeiro, Brasil, entre os dias 25 e 28 de novembro de 2008.

23. Ressaltar a importância da preservação e conservação do patrimônio cultural subaquático da região, como testemunho da nossa história comum e acolher, nesse sentido, o tratamento dado ao tema na Conferência dos Ministros da Cultura.

24. Fortalecer os programas ADAI e RADI como estratégia para consolidar a memória ibero-americana, o patrimônio cultural comum e contribuir à defesa e à promoção dos direitos humanos na região. Para isso, buscar-se-a favorecer a incorporação, nos arquivos dos países membros, de tecnologias de informação e comunicação, facilitando, também, o acesso à documentação, sua publicação e intercâmbio real e virtual.

25. Saudar a adoção, pelos Ministros de Administração Pública e Reformas do Estado, da Carta Ibero-Americana da Qualidade na Gestão Pública que promove o estabelecimento de um enfoque comum sobre as noções de qualidade e excelência na gestão pública, tomando em conta a diversidade de condições das nações ibero-americanas.

26. Reiterar o compromisso com a promoção e proteção dos Direitos Humanos, através do intercâmbio de experiências e boas práticas na matéria, ampliando os espaços de cooperação e o apoio ao sistema internacional da Organização das Nações Unidas.

27. Encomendar à SEGIB fortalecer e ampliar as ações dos programas IBERPYME e IBERQUALITAS, com o propósito de facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas aos mercados, através da certificação de qualidade e do apoio às políticas de formalização e emprego.

28. Facilitar o trânsito dos fluxos turísticos entre nossos países, através da formação de grupos de trabalho entre os Estados que assim o desejem, com a finalidade de avançar na busca de acordos bilaterais ou multilaterais que conduzam à realização deste objetivo, respeitando a norma legal vigente em cada país.

29. Promover ações de turismo sustentável que permitam reduzir o impacto negativo do rastro ecológico dos visitantes dos diversos ecossistemas dos Estados Ibero-Americanos.

30. Instruir a SEGIB, conforme decidido pelos Ministros de Turismo Ibero-Americanos em sua VIII Conferência, a realizar, com o apoio e sob a coordenação da OMT, um estudo da oferta e da demanda de formação de recursos humanos no setor turismo na região ibero-americana. Adicionalmente, preparar um banco de dados de investidores potenciais, bem como do conjunto de leis dos países ibero-americanos.

31. Instruir os nossos Ministros, Ministras e Responsáveis por Segurança Viária, a realizar ações necessárias para a criação da Associação Ibero-Americana de Segurança Viária, com a finalidade de contribuir para a diminuição da sinistralidade viária em cada um dos nossos países, mediante a redução do número de acidentes de trânsito e avançar na criação de um Plano Estratégico de Segurança Viária na Região Ibero-Americana. Preparar, igualmente, a criação de um Observatório Ibero-Americano de Segurança Viária, como centro de referência para dados de sinistralidade. Continuar, também, com as tarefas preparatórias do Encontro Ibero-Americano de Segurança Viária a ser celebrado em Madri, em 23 e 24 de fevereiro de 2009, sob a organização da SEGIB em colaboração com os principais protagonistas públicos, privados e multilaterais deste âmbito, a fim de avançar no projeto de um espaço ibero-americano de Segurança Viária.

32. Fortalecer as ações da Rede Ibero-Americana de Organismos de Promoção Comercial e de Investimento para incentivar o comércio intra-regional, a consolidação da oferta para atender a terceiros mercados, e a atração do investimento estrangeiro através da complementaridade e sinergias entre as diferentes instâncias competentes em cada um dos países ibero-americanos.

33. Reafirmar o valor da concertação política e as consultas periódicas entre os países ibero-americanos para o fortalecimento da cooperação, em todos os âmbitos, e a exploração de possíveis vias para a prevenção de conflitos.

34. Aprovar a transformação da Iniciativa “Ibermuseum”, no Programa Ibero-Americano e reconhecer as ações empreendidas no ano Ibero-Americano dos Museus.

35. Congratular, no âmbito da colocação em funcionamento do Plano de Ação da Carta Cultural Ibero-Americana, a realização do I Congresso da Cultura Ibero-Americana, celebrado no México em outubro deste ano e dedicado ao cinema e à produção audiovisual, assim como as convocatórias do II Congresso no Brasil, em 2009, e do III na Colômbia, em 2010. Reconhecer, também, o papel decisivo que o Programa Ibermedia teve no desenvolvimento do espaço cinematográfico ibero-americano.

36. Agradecer a elaboração dos relatórios sobre População Afro-descendente e sobre a Viabilidade de um Fundo Ibero-Americano de Coesão Social, pela SEGIB e organizações participantes.

37. Congratular a celebração do Segundo Encontro Ibero-Americano de Interlocutores Sociais, convocado pela SEGIB, em colaboração com a OIT, e tomar nota da Declaração de Madri, fruto do consenso entre as organizações empresariais e sindicais da região. Encomendamos a convocação de um terceiro encontro e esforços voltados ao fortalecimento do diálogo social no âmbito ibero-americano.

38. Reconhecer os avanços realizados pela SEGIB, em colaboração com a CEPAL, para pôr em funcionamento o Observatório de Igualdade e encomendamos a continuidade dos trabalhos para dispor de um relatório sobre o estado deste tema na região.

39. Aprovar a transformação da iniciativa “Formação e Transferência Tecnológica em matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos” em Programa Ibero-Americano, o qual incorpora novos objetivos e áreas de formação relacionadas ao tema da água na região ibero-americana.

40. Aprovar o início do Programa Ibero-Americano “Cooperação em Gestão Territorial”, cujo objetivo é potencializar as ações na área do desenvolvimento rural e territorial que os países da região vêm desenvolvendo, dirigidas a incrementar suas capacidades, experiências e recursos neste campo.

41. Finalizar a Iberemprende como projeto adscrito à Cooperação Ibero-Americana, agradecendo aos seus incentivadores o trabalho realizado.

42. Tomar nota dos resultados da VI Reunião de Diretores de Academias, Escolas e Institutos Diplomáticos Ibero-Americanos, realizada em outubro em São Salvador, a qual estabeleceu uma plataforma de ação para o intercâmbio de experiências e a transmissão de conhecimentos aos diplomatas da região ibero-americana; assim como a realização do III Curso Anual de Especialização para jovens diplomatas ibero-americanos, a ser ministrado em São Salvador, em novembro, com o apoio da SEGIB e a AECID.

43. Agradecer o apoio do México e da Espanha pela realização do encontro de especialistas na área de desastres, para discutir o estabelecimento de um dispositivo simplificado de resposta aos desastres de origem natural. Encomendar à SEGIB a que trabalhe com os esquemas estabelecidos pelas agências e organismos do Sistema de Nações Unidas, o Comitê Andino para a Prevenção e Atenção de Desastres (CAPRADE), o Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central (CEPREDE-NAC), a Agência de Resposta a Emergências e Desastres do Caribe (CDE-RA), o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e a Associação Ibero-Americana de Defesa e Proteção Civil.

44. Continuar impulsionando a mobilização de voluntários que contribuam ao desenvolvimento de políticas sociais participativas e à redução dos danos produzidos pelos desastres naturais tendo em conta a rede regional de voluntariado humanitário, desenvolvida pela iniciativa Capacetes Brancos no hemisfério, como uma das ferramentas para a sua conformação.

45. Recomendar à SEGIB que, em conjunto com os países, articule as iniciativas e programas ibero-americanos entre si, assim como entre outros programas e projetos regionais, a fim de evitar duplicidades e gerar a sinergia necessária para assegurar maior eficácia da cooperação.



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

